

Políticas culturais, desenvolvimento e construção democrática

Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi
(Organizadora)



OPCULT

Observatório de Políticas Públicas Culturais
Diversidade, Cidadania e Gestão Cultural

MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES MAKIUCHI
(organizadora)

**POLÍTICAS CULTURAIS,
DESENVOLVIMENTO E
CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA**

1º Edição

Brasília

Observatório de Políticas Públicas Culturais

2016

Equipe OPCULT

Coordenadora

Maria de Fátima Makiuchi

Pesquisadores

Anderson do Nascimento

Bruno H. R. Melo

Cleide Vilela

Deise Ramos da Rocha

Edilene Américo

Flávio Santos Pereira

Hugo Leonardo Ribeiro

Leandro Grass

Leandro de Carvalho

Luana Nunes

Mário Lima Brasil

Mayara Reis

Valéria Labrea

Wallace Pantoja

Wanessa Ferreira Sousa

Organizadora

Maria de Fátima Makiuchi

Revisão

Cleide Vilela

Capa

Mayara Reis

Impressão

Gráfica Athalaia

Financiamento

Ministério da Cultura

P474 Políticas culturais, desenvolvimento e construção democrática /
Organização de Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi. –
Brasília: UNB, 2016.

180 p.: il. ; color.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-62539-36-7

Observatório das Políticas Públicas Culturais.

1. Políticas públicas. 2. Política cultural. 3. Desenvolvimento. 4.
Democracia. 5. Brasil. I. Makiuchi, Maria de Fátima Rodrigues. II.
Observatório das Políticas Públicas Culturais. III. UnB.

CDU: 316.7:35

SUMÁRIO

Apresentação	5
O Observatório de Políticas Públicas Culturais e a Pesquisa em Política Cultural no Brasil	
<i>Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi</i>	9
Políticas Culturais, Democracia e Desenvolvimento	
<i>Leandro Grass</i>	29
Cultura, Cidadania e Desenvolvimento: uma abordagem transversal	
<i>Bruno H. R. Melo</i>	45
Percurso Metodológico da Pesquisa em Políticas Públicas Culturais	
<i>Wallace Wagner Rodrigues Pantoja</i>	
<i>Edilene Américo da Silva</i>	
<i>Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi</i>	73
Cultura dos/nos Territórios: ensaiando a politização de um debate	
<i>Wallace Wagner Rodrigues Pantoja</i>	
<i>Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi</i>	93
O Financiamento Público da Cultura do Distrito Federal: um olhar para os planos plurianuais 2012-2015 e 2016-2019	
<i>Cleide Vilela</i>	117
Democracia Digital e Ação Pública: experiências de participação social em rede nas políticas de cultura do Distrito Federal	
<i>Mayara Souza dos Reis</i>	137
A Estreita Relação entre Tecnologia e Produção Cultural: aspectos sociais da tecnologia, ampliação de capacidades e ressignificação de interações na cultura	
<i>Leandro de Carvalho</i>	155
Quem são os Autores	177

APRESENTAÇÃO

O momento atual é mais que oportuno para a discussão da importância da cultura e das políticas culturais no desenvolvimento de uma nação.

O ano de 2016 inicia-se com imensos desafios para sociedade brasileira que põe a prova sua jovem democracia.

No período exato da escrita desta apresentação, as políticas culturais estruturadas sobre os eixos de cidadania, diversidade e democracia correm o risco iminente de serem abandonadas em prol de políticas neoliberais, repetindo modelos já testados em gestões anteriores a 2002 e cuja farta bibliografia acadêmica aponta o caráter elitista e de balcão de negócios.

O título desta coletânea de artigos resume nossa compreensão sobre o papel fundamental tecido pela cultura na relação entre desenvolvimento e democracia. O conceito de cultura possui uma polissemia que lhe é intrínseca e que será discutida em alguns artigos desta coletânea. De forma geral, contudo, a cultura pode ser compreendida como um sistema que organiza a experiência humana, ordenando tantos os comportamentos rotineiros e repetitivos, quanto os processos de transformação. Nessa ordenação estão amparados os modos de ser e de expressar-se no mundo, o que nas sociedades contemporâneas pode ser percebido como a expressão e produção cultural de povos, grupos e indivíduos.

Este livro é resultado de dois anos de trabalhos e pesquisas, em torno da temática da política cultural brasileira, realizados no âmbito do projeto “*Observatório de Políticas Públicas de Cidadania, Diversidade e Gestão Cultural*” da Universidade de Brasília – OPCULT/UnB. Este projeto foi objeto de um termo de cooperação para descentralização orçamentária entre a Secretaria de Cidadania, Diversidade e Gestão Cultural – SCDC/MinC e a

Universidade de Brasília, assinado em novembro de 2013, por meio do programa de pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares.

Durante os anos de 2014 e 2015 o OPCULT executou pesquisas sobre a política cultural com foco em financiamento, território e desenvolvimento, participação social e em programas específicos, tais como o Programa Cultura Viva no país e em perspectiva comparada, procurando apontar as potencialidades e desafios das políticas. Este livro reúne oito artigos realizados.

Como uma das metas do OPCULT é o fortalecimento de redes de pesquisa sobre políticas culturais, o primeiro artigo, elaborado por Maria de Fátima Makiuchi, pretende apresentar o levantamento do estado da arte das pesquisas em política cultural no país, identificando os programas de pós-graduação e grupos de pesquisa voltados à temática da política cultural.

Os dois próximos artigos tem como eixo comum a discussão sobre a relação entre desenvolvimento e cultura. Leandro Grass pretende analisar a relação entre cultura, democracia e desenvolvimento na contemporaneidade. A partir de uma revisão teórica, é proposta a problematização acerca do significado de cultura e os efeitos de sua ampliação no campo da gestão e das políticas públicas. Bruno Henrique Melo discute os desafios contemporâneos envolvendo cultura, desenvolvimento e cidadania à luz dos debates da teoria social sobre a modernidade tardia e diferentes abordagens sobre desenvolvimento e pós-desenvolvimento na América do Sul.

A ênfase na discussão da relação entre território e política cultural pode ser vista no quarto e quinto artigo da coletânea. Wallace Pantoja, Edilene Américo e Maria de Fátima Makiuchi apresentam no quarto artigo os caminhos da pesquisa sobre equipamentos e programas culturais na Área Metropolitana de Brasília (AMB) em um sentido processual, evidenciando os

desafios para a realização de uma cartografia das políticas no território, em face da dispersão das informações. No quinto artigo, Maria de Fátima Makiuchi e Wallace Pantoja discutem os programas Mais Cultura nas Escolas e os Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs) sob a perspectiva do uso do conceito de território no discurso oficial sobre estes programas.

A questão do financiamento público da cultura é abordado no artigo de Cleide Vilela, que tem como foco a compreensão do papel da cultura nas políticas públicas do Distrito Federal nos planos plurianuais 2012-2015 e 2016-2019. Nessa perspectiva ao artigo descreve o cenário institucional da política pública de cultura do Distrito Federal e se detém sobre dois programas, Cultura (2012-2015) e Capital Cultural (2016-2019), com o objetivo de compreender o entendimento de cada gestão sobre as políticas públicas de cultura.

O sétimo artigo da coletânea discute a participação social em políticas públicas a partir das perspectivas e desafios da chamada democracia digital ou *e-democracy*. O estudo explora dinâmicas de atuação em rede do segmento artístico e de produção cultural no Distrito Federal a partir da concepção de política como ação pública e de mídias digitais como instrumentos com potencial de incremento da participação civil na condução dos assuntos públicos.

Por último o artigo final deste livro apresenta um ensaio que discute os aspectos sociais da tecnologia relacionados à apropriação e à difusão de cultura, procurando mostrar que a tecnologia, ao ampliar ou reduzir capacidades, tem condição de ressignificar as práticas sociais e culturais, de motivar novas compreensões, interações e discursos.

Para que este livro pudesse existir certas pessoas e instituições foram fundamentais. Queremos primeiramente agradecer ao Ministério da Cultura e à Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural, nas figuras da secretária Ivana Bentes e do

diretor Alexandre Santini, pelo apoio financeiro e incentivo à criação do OPCULT, à Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – FINATEC pela cuidadosa gestão dos recursos, ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (PPGDSCI/Ceam/UnB) na figura de sua atual coordenadora, Dra. Doriana Daroit, aos professores Mario Lima Brasil e Hugo Leonardo Ribeiro do Instituto de Artes da Universidade de Brasília, aos pesquisadores do OPCULT Cleide Vilela, Mayara Reis, Bruno Henrique Melo, Leandro Grass, Leandro de Carvalho, Wallace Pantoja e Valéria Labrea e a todos os demais que de alguma forma contribuíram para a elaboração e publicação deste livro.

Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi

*Coordenadora do Observatório de Políticas
Públicas de Cidadania, Diversidade e
Gestão Cultural*

O OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS E A PESQUISA EM POLÍTICA CULTURAL NO BRASIL

Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi

Resumo: O presente trabalho apresenta os resultados da pesquisa realizada no âmbito do Observatório de Políticas Públicas de Cidadania, Diversidade e Gestão Cultural (OPCULT) da Universidade de Brasília. Faz-se o levantamento do estado da arte das pesquisas em política cultural no país, identificando os programas de pós-graduação e grupos de pesquisa voltados à temática da política cultural.

Palavras-chave: Cultura. Observatório de Políticas Culturais. Pesquisa em Política Cultural. Política Cultural.

1. Introdução

Ainda que a pesquisa em cultura não seja novidade nas ciências sociais, não é possível afirmar o mesmo para o campo das políticas públicas culturais como objeto de pesquisa. Este campo vem se formando no bojo da própria agenda da política de cultura e como tal, está sujeito à fragmentações, temas prioritários e dispersão.

Se observarmos a história das políticas culturais no Brasil poderemos perceber que a pesquisa sobre esse campo manteve uma relação direta e crítica, com e sobre, a formação da agenda política na medida em que teóricos e intelectuais das ciências humanas e sociais produziram reflexões sobre as perspectivas no

campo da política cultural e a relação entre Estado, Mercado e Cultura (MICELI; MACHADO, 1984).

Desde 1985, com a criação do Ministério da Cultura (MinC) durante a gestão do ex-presidente José Sarney, formaliza-se um campo novo no âmbito das políticas públicas e abre-se um percurso histórico de constituição da cultura como campo de disputas na agenda das políticas públicas do país. Durante 1985 e 1994 a instabilidade do Ministério não propiciou grandes avanços na formulação das políticas – ao contrário, apesar da aparente abertura, o campo da cultura no âmbito das políticas públicas sofreu esvaziamentos e severos desmontes com as trocas recorrentes de ministros e mesmo a extinção do próprio ministério e órgãos associados entre eles a Embrafilme, Fundação Pró-memória e Funarte durante o governo Collor (RUBIM, 2010).

Com a entrada do governo Itamar, o ministério retorna e entre 1994 e 2001, durante a gestão FHC, teve como ministro Francisco Weffort. Há duras críticas sobre este período, sendo a principal o esvaziamento do papel do Estado como indutor de políticas – prática consoante com a radicalização neoliberal da época. Nesse período a política cultural era praticamente inexistente quanto à discussão, eixos e prioridades, sendo confundida com as leis de incentivo fiscal (Rouanet e Audiovisual) (BOTELHO, 2011).

A partir de 2002, com o governo Lula e a gestão de Gilberto Gil a política cultural ganha outras dimensões a partir do resgate de um conceito ampliado de cultura:

A cultura passa então a ser considerada em sua dimensão antropológica, o que significa assumi-la como a dimensão simbólica da existência social brasileira, como o conjunto dinâmico de todos os atos criativos de nosso povo, aquilo que, em cada objeto que um brasileiro produz, transcende o aspecto meramente técnico. Cultura como “usina de símbolos” de cada comunidade e de toda a nação, eixo construtor de identidades, espaço de realização da cidadania. (BOTELHO, 2011, p.70).

Durante a gestão de Gil houve um esforço de reestruturação do ministério e na formulação de políticas públicas de cultura que implicou na necessidade de se obter informações sobre a cultura, de tal forma a sistematizar um conjunto de dados que pudessem gerar informações não somente sobre os diversos segmentos culturais e suas relações produtivas, mas também diagnósticos sobre as ações culturais e a diversidade do campo. Esse esforço veio a resultar no Plano Nacional de Cultura (PNC), no Sistema Nacional de Cultura (SNC) e no Sistema Nacional de Informações e Indicadores da Cultura (SNIIC), além de outras ações do âmbito da gestão pública da cultura.

A partir da leitura do PNC é possível perceber que a gestão pública da cultura incorporou a ideia de que é importante para formulação de políticas mais inclusivas, plurais e democráticas a obtenção de dados e informações sobre as manifestações culturais em suas distintas dimensões (simbólica, econômica, cidadã), ao mesmo tempo em que fomenta a formação qualificada de artistas e gestores culturais, a pesquisa e a pós-graduação em áreas da cultura, conforme as metas 16 a 19:

Meta 16: Aumento em 200% de vagas de graduação e pós-graduação nas áreas do conhecimento relacionadas às linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura, com aumento proporcional do número de bolsas.

Meta 17: 20 mil trabalhadores da cultura com saberes reconhecidos e certificados pelo Ministério da Educação (MEC).

Meta 18: Aumento em 100% no total de pessoas qualificadas anualmente em cursos, oficinas, fóruns e seminários com conteúdo de gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura.

Meta 19: Aumento em 100% no total de pessoas beneficiadas anualmente por ações de fomento à pesquisa, formação, produção e difusão do conhecimento. (BRASIL, 2011).

Mas quando pensamos em pesquisa sobre políticas culturais, qual é a agenda de pesquisa no Brasil atualmente? Existe uma agenda de pesquisa? Quais são os programas de pós-graduação que fomentam pesquisa na temática? A pesquisa em política cultural

está dispersa no campo de conhecimento ou concentra-se em áreas específicas? Estas e outras perguntas foram mobilizadoras desta pesquisa, cujos resultados apresentamos.

A pesquisa desenrolou-se no âmbito do projeto “Observatório de Políticas Públicas de Cidadania, Diversidade e Gestão Cultural” da Universidade de Brasília – OPCULT/UnB, objeto de um termo de referência de descentralização orçamentária entre a Secretaria de Cidadania, Diversidade e Gestão Cultural – SCDC/MinC e a Universidade de Brasília, por meio do programa de pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares.

A emergência do OPCULT é ela mesma um desdobramento da política pública cultural em curso no país que percebe a necessidade estratégica de tecer parcerias com instituições acadêmicas no sentido de obter dados e análises longitudinais ou de profundidade sobre aspectos da cultura e/ou da política cultural, além do investimento em formação de gestores culturais, artistas e gestores públicos do campo da cultura.

Entre os vários objetivos do OPCULT, três se destacam, em particular, como eixos que definiram a necessidade de se realizar a pesquisa sobre o estado da arte da pesquisa em política cultural no país:

- Fomentar e implementar uma rede de pesquisadores, gestores e instituições que trabalham com a produção de conhecimento sobre ou para a política e a gestão cultural.
- Organizar acervo de pesquisas e estudos sobre política e gestão cultural, garantindo sua acessibilidade.
- Coordenar, divulgar e fomentar a produção de pesquisas e publicações sobre a temática.

Dessa forma, a busca por informações sobre programas de pós-graduação e grupos de pesquisa que atuassem na temática de

políticas públicas culturais passou a ser estratégica na estruturação de uma rede nacional de pesquisadores em políticas públicas de cultura, um dos objetivos fundamentais do OPCULT.

Ainda, o levantamento da produção científica voltada ao campo das políticas culturais, que O OPCULT vem realizando, alimenta o banco de informações (repositório do OPCULT) e sua divulgação proporciona condições para a criação de sinergias entre pesquisadores no país.

2. A pesquisa: desafios de um campo disperso

Esta pesquisa é documental e descritiva. Para o projeto geral Observatório de Políticas Públicas da Cidadania, Diversidade e Gestão Cultural (OPCULT) era necessário realizar o levantamento das fontes de informação sobre políticas públicas culturais no que tangia à legislação federal, aos programas federais de fomento em andamento e principalmente às pesquisas que realizadas no país. De certa maneira, este material está disponível nos sítios e portais virtuais, mas estão dispersos, incompletos e sem categorização, o que torna o acesso ao material muito difícil. O interesse em reunir, classificar e categorizar, é o de fomentar a pesquisa na área de políticas culturais, uma vez que o meio privilegiado para a divulgação mais ampla e contínua dos resultados desta pesquisa é exatamente a plataforma virtual do observatório cuja missão é também reunir pesquisadores das políticas culturais.

Realizar o levantamento dos programas de pós-graduação que atuam, direta ou indiretamente, no campo das políticas públicas culturais, os grupos de pesquisa e as teses e dissertações produzidas no campo, explicitando os principais temas estudados, vai ao encontro da necessidade do investimento que vem sendo produzido no campo da formulação das políticas culturais na última década. Esta necessidade se apresenta na formação em pesquisa que permita aos gestores públicos de cultura conhecer e atuar de forma mais eficiente e ao mesmo tempo à sociedade civil

qualificar sua argumentação na mediação com o governo em torno das questões culturais e seus fomentos. Esse movimento de formação mais ampla e qualificada no campo da cultura e da política está, como vimos antes, explicitada em metas a serem cumpridas no Plano Nacional de Cultura.

Este trabalho iniciou-se em 2014, com o levantamento dos programas de pós-graduação na base de dados da CAPES/MEC. Nessa época, os dados referentes aos programas ainda não haviam migrado inteiramente para a Plataforma Sucupira e referiam-se ao ano de 2012.

Para o levantamento dos grupos de pesquisa, utilizamos a Plataforma Lattes, Diretório de Grupos de Pesquisa. Os dados iniciais, colhidos em 2014/2015, foram atualizados para o ano de 2016.

3. Sobre os grupos de pesquisa em políticas culturais

Foram identificados os grupos de pesquisa certificados pelo CNPq cuja linha/tema/objeto de pesquisa fosse “política cultural”. Termos como “política cultural”, “política de cultura” e “políticas públicas de cultura” foram utilizados na busca a partir da indexação do diretório. Nessa etapa da metodologia, 96 grupos de pesquisa estariam relacionados à política cultural.

Num segundo momento, realizamos novo levantamento, desta vez, restringindo a busca às palavras exatas, em lugares específicos da descrição dos grupos de pesquisa, como nome ou palavras-chave. Este resultado foi comparado ao anterior, buscando os resultados similares e investigando os destaques numa ou outra lista.

Esse resultado nos forneceu 57 grupos de pesquisa com 62 linhas de pesquisa que abordam, explicitamente em sua descrição no Diretório de Grupos de Pesquisa, a política cultural.

3.1. Quanto à distribuição regional

Os dados levantados no diretório mostram que há uma concentração regional dos grupos de pesquisa. A grande maioria encontra-se na região sudeste (25), seguida da região nordeste (17). As demais regiões ainda não possuem um quantitativo expressivo, o que irá reverberar nos programas de pós-graduação, como veremos adiante.

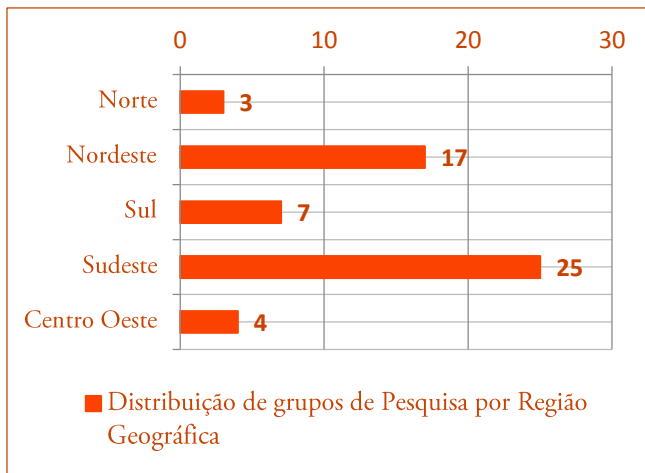
Tabela 1: Número de grupos de pesquisa por estado da federação

Estados	Grupos
Rio de Janeiro	12
São Paulo	10
Bahia	08
Rio Grande do Sul	05
Ceará	03
Minas Gerais	03
Paraíba	02
Pernambuco	02
Pará	02
Paraná	03
Distrito Federal	02
Goiás	01
Mato Grosso	01
Rondônia	01
Sergipe	01
Rio Grande do Norte	01

Elaboração da autora.

Rio de Janeiro aparece como o estado com mais grupos de pesquisa que abordam a política cultural, seguido por São Paulo e Bahia, como é possível constatar na tabela 1.

Figura 1: Distribuição de grupos de pesquisa por região geográfica



Elaboração da autora.

3.2. Quanto às áreas de conhecimento

Dos 57 grupos de pesquisa (tabela 2), a maioria concentra-se nas áreas de História (9), Comunicação (9), Sociologia (8), Antropologia (7) e Artes (6), somando um total de 39 grupos. Os demais grupos estão dispersos em áreas como Educação (3), Planejamento Urbano e Regional (3), Ciência Política (2), Administração (2), Ciência da Informação (2), Turismo (1), Geografia (1), Letras (1), Museologia (1), Serviço Social (1) e Direito (1).

Há uma dispersão dos grupos de pesquisa por áreas distintas do conhecimento que pode ser sinalizador dos desafios inerentes à área, uma vez que o conceito de cultura talvez seja um dos mais difíceis de ser conceituado. Cultura pode englobar ideias como o processo de desenvolvimento intelectual, espiritual e estético de uma determinada época, o estilo de vida de pessoas ou grupos ou mesmo trabalhos e práticas de atividade intelectual e artísticas

(STOREY, 2015). Assim, as políticas de cultura possuem uma abrangência difícil de ser delimitada e o campo da pesquisa se dilui.

Apesar dos grupos terem a intencionalidade da pesquisa explicitada no termo “política cultural” nas descrições encontradas no diretório do CNPq, o objeto não é o mesmo e, conseqüentemente, as metodologias são distintas.

Alguns grupos têm como foco políticas culturais específicas, tais como audiovisual e cinema, dança ou literatura. Outros abordam o tema observando a relação da cultura com a democracia e o Estado, ou observam os instrumentos da gestão para uma política com um campo tão polissêmico.

3.3. Quanto ao tempo de existência dos grupos

Pela base de dados, é possível perceber que o surgimento desses grupos de pesquisa se deu após o ano 2000.

Até o final do século XX existiam no diretório apenas três grupos de pesquisa voltados à política cultural. Todos os demais grupos mapeados surgiram a partir de 2002.

Esse dado está de acordo com a literatura sobre a política cultural no país – foi a partir do governo Lula em 2002 que a política cultural se estabelece como campo de sentidos e disputas, tanto quanto aos seus objetivos quanto aos seus instrumentos de gestão, o que irá justificar colocar a política cultural como objeto de investigação.

É importante lembrar que a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (UNESCO, 2001) e posteriormente a Convenção sobre a Diversidade Cultural (UNESCO, 2005), e demais discussões internacionais sobre direito autoral e economia da cultura cumprem o importante papel de dinamizar as discussões sobre a política cultural brasileira e conseqüentemente, instigar o campo de pesquisa.

Tabela 2: Grupos de Pesquisa por área e ano de fundação

1994	SP	LABORARTE – Laboratório de Estudos sobre Arte, Corpo e Educação	Artes
1996	RS	Núcleo de Pesquisas sobre Culturas Contemporâneas	Antropologia
2000	RJ	Imigração Urbana e Diásporas Contemporâneas	História
2002	PR	Juventude e Sociedade	Antropologia
2002	BA	Grupo de Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT	Comunicação
2002	DF	Lei e Sociedade	Direito
2002	CE	Culturas das Cidades: Arte, Política e Espaço Público na Contemporaneidade	Planejamento Urbano e Regional
2002	BA	Contemporaneidade, Fluxos Culturais e Turismo	Turismo
2004	RS	Gestão, Educação e Políticas Públicas	Educação
2004	SE	Sociedade e Cultura	Geografia
2004	RJ	Oficina de Estudos do Patrimônio Cultural	História
2004	SP	Identidades Americanas	História
2006	PR	Dança	Artes
2006	RJ	Gestão e Marketing na Cultura	Comunicação
2006	SP	História e Audiovisual: Circularidades e Formas de Comunicação	Comunicação
2006	PB	História Cultural	História
2006	RJ	Política Cultural – História e Perspectivas Contemporâneas	História
2006	SP	Observatório das Metrôpoles São Paulo	Planejamento Urbano e Regional
2007	BA	Processos Corporeográficos e Educacionais em Dança – PROCEDA	Artes
2007	CE	Políticas de Cultura e de Comunicação	Sociologia
2007	PA	Sociedade, Ciência e Ideologia	Sociologia
2008	SP	Grupo de Estudos de Práticas Culturais Contemporâneas	Antropologia
2008	SP	América Latina e Marx: Movimentos Sociais, Partidos, Estado e Cultura	Sociologia
2009	RS	Políticas Públicas, Direitos e Democracia	Antropologia

2009	RJ	Memória Nacional e Organização do Conhecimento	Ciência da Informação
2009	MT	INTERFACES: História, Museologia e Ciências Afins	Museologia
2009	RJ	Estudos Políticos	Sociologia
2010	RS	Relações de Fronteira: História, Política e Cultura na Tríplice Fronteira Brasil, Argentina e Uruguai	História
2011	BA	Administração Pública, Planejamento e Desenvolvimento da Gestão Municipal	Administração
2011	RJ	Arte, Crítica e Pensamento	Artes
2011	SP	Arte, Política e Filosofia	Artes
2011	PE	Laboratório de Estudos e Intervenção em Patrimônio Cultural e Memória Social	Educação
2011	SP	ABC das Diversidades	História
2011	RN	Grupo de Pesquisa sobre as Cidades Contemporâneas	Planejamento Urbano e Regional
2012	SP	Coletivo Asa. Artes, Saberes e Antropologia	Antropologia
2012	BA	Divisão de Estudos sobre a Política e seus Espelhos	Ciência Política
2012	RJ	Comunicação, Cultura e Política	Comunicação
2012	RD	Toponímia, Geografia e Cultura na Amazônia	Educação
2012	PE	Grupos de Pesquisa e do Ensino de História da UFRPE: Abordagens da História Política no Tempo	História
2012	BA	Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre Violências, Democracia e Controle Social	Serviço Social
2012	RJ	Grupo de Estudos e Pesquisas em Sociologia, Política e Educação (GEPSPÉ)	Sociologia
2012	SP	GEFICS – Grupo de Estudos em Filosofia e Ciências Sociais	Sociologia
2013	MG	CPC – Cultura e Poder na Contemporaneidade	Antropologia
2013	CE	Biblioteca, Informação e Sociedade (BIS)	Ciências da Informação
2013	MG	Observatório da Diversidade Cultural	Comunicação
2013	RJ	Núcleo de Estudos da Cultura no Capitalismo Tardio	Sociologia
2014	RJ	Cultura, Política e Território	Antropologia

2014	MG	SPIRAX – Arte, Corpo e Experiências Criativas em Contextos de Aprendizagem	Artes
2014	DF	Observatório das Políticas Públicas	Ciências Políticas
2014	PA	Comunicação, Desenvolvimento e Sociedade na Amazônia	Comunicação
2014	RS	Processos e Práticas nas Atividades Criativas e Culturais – GPAC	Comunicação
2014	GO	História, Gênero e Identidades em Artefatos Audiovisuais	História
2014	PB	Grupo de Estudos em Cultura, Políticas e Sociabilidades	Sociologia
2015	BA	Motriz – Laboratório de Política, Gestão e Estudos da Cultura	Comunicação
2015	BA	Literatura, Política Cultural e Mercado Editorial: Quais Literaturas (RE)	Letras
2016	PR	GPS – Gestão de Políticas Sociais	Administração
2016	RJ	Modos de Ver – Estudos das Salas de Cinema, Exibição e Audiências Cinematográficas	Comunicação

Elaboração da autora.

4. Sobre os programas de pós-graduação

Levantar dados sobre os programas de pós-graduação que atuam na área/tema da política cultural é um grande desafio ainda em aberto. A pesquisa continua em fase de refinamento na base de dados da Plataforma Sucupira.

Os dados coletados que ora apresentamos foram colhidos na versão anterior da base de dados da CAPES e não foram suficientes para a obtenção do dado diretamente, uma vez que não havia busca por palavra chave da temática (assunto/tema), mas opções quanto às áreas de avaliação da capes, nota de avaliação ou região geográfica onde se encontrava o programa.

Podia-se, contudo fazer uma busca geral, sem identificar instituição ou programa. Hoje, na atual plataforma isso não é mais possível. A pesquisa é restrita por instituição e programa o que dificulta o acesso ao tipo de informação que necessitamos.

Quando coletamos os dados, realizamos uma busca usando duas estratégias: a primeira, por áreas que consideramos mais próximas da discussão da temática “políticas públicas culturais” e a segunda, a partir do levantamento de teses e dissertações defendidas no período de 2004 a 2014 no país, rastreando dessa forma, sua origem. Na produção acadêmica levantada, encontramos para o período, 127 teses e dissertações, cujo objeto central era a política cultural em algum de seus aspectos. Esta produção acadêmica, apesar de significativa, é restrita, pois abrangeu apenas as seguintes instituições: Universidade de São Paulo, Universidade de Campinas, Universidade Federal do ABC, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade de Brasília, Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Paraná e Universidade Federal da Bahia.

Seguindo a metodologia adotada, consideramos inicialmente a busca por programas na área interdisciplinar, por entendermos que a formação e a pesquisa em política cultural porta uma polissemia comum ao campo da cultura e que programas de pós-graduação nessa temática poderiam ter lócus apropriado nessa grande área. O levantamento inicial demonstrou que esta premissa estava correta, encontrando-se o maior número de programas voltados à temática nessa área, 27 programas (tabela 3). Em seguida, algumas áreas das ciências sociais e humanas, do campo disciplinar foram investigadas e cruzadas com informações já obtidas pelo levantamento da produção acadêmica, tais como teses e dissertações (tabela 4).

Tabela 3: Programas de Pós-Graduação da área Interdisciplinar

Programa	Nível	Área de Concentração	Instituição
Ambiente construído e patrimônio sustentável	M	Bens Culturais, Tecnologia e Território	UFMG
Avaliação de políticas públicas	P	Avaliação de Políticas Públicas	UFC
Ciências humanas e sociais	M/D	Cultura, Desenvolvimento e Políticas Públicas.	UFABC
Ciências sociais aplicadas	M/D	Sociedade, Direito e Cidadania; Cidadania e Políticas Públicas	UEPG
Cultura e sociedade	M/D	Cultura e Sociedade	UFBA
Cultura e sociedade	M	Cultura e Sociedade	UFMA
Cultura e sociedade: diálogos interdisciplinares	M	Cultura e Sociedade: Diálogos Interdisciplinares	UTP
Cultura e territorialidades	M	Não informado	UFF
Desenvolvimento social	M	Desenvolvimento Social: Cultura, Identidade e Territorialidade	UNIMONTES
		Desenvolvimento Social: Poder, Processos Socioeconômicos e Ordenamento Territorial	
Desenvolvimento, sociedade e cooperação internacional	M/D	Desenvolvimento e Políticas Públicas	UNB
		Desenvolvimento e Cooperação Internacional	
Diversidade cultural e inclusão social	M/D	Não informado	FEEVALE
Estudos culturais	M	Não informado	USP
Estudos de cultura contemporânea	M/D	Estudos Interdisciplinares de Cultura	UFMT
Patrimônio cultural e sociedade	M	Patrimônio cultural, identidade e cidadania	UNIVILLE
Políticas públicas	M/D	Estado, economia e políticas públicas.	UFPR

Políticas públicas e formação humana	M/D	Sociais e Humanidades	UERJ
Políticas públicas, estratégias e desenvolvimento	M/D	Governança e Políticas Públicas	UFRJ
		Instituições, Estratégias e Desenvolvimento	
Políticas sociais	M	Inovação, Propriedade Intelectual e Desenvolvimento	UNENF
		Multidisciplinar	
Políticas sociais e cidadania	M	Políticas Sociais, Participação e Regulação	UCSAL
Práticas socioculturais e desenvolvimento social	M	Política Social, Trabalho e Cidadania	UNICRUZ
Preservação do patrimônio cultural	P	Não informado	IPHAN
Processos e manifestações culturais	M	Preservação do Patrimônio Cultural e Interdisciplinaridade	FEEVALE
Sociedade e desenvolvimento	M	Não informado	UNESPAR
Sociedade, cultura e fronteiras	M	Não informado	UNIOESTE
Integração na América Latina	M/D	Não informado	USP
Gestão social, educação e desenvolvimento local	P	Integração na América Latina	UNA
Gestão pública para o desenvolvimento do nordeste	P	Inovações Sociais, Educação e Desenvolvimento Local	UFPE

Elaboração da autora. (P: Profissional/M: Mestrado/D: Doutorado)

Tabela 4: Programas de Pós-Graduação das áreas de Ciências Sociais, História, Comunicação

Programa	Nível	Área de Concentração	Instituição
Ciências sociais	M/D	Cultura, Poder e Instituições	UFJF
Ciências sociais	M/D	Cidades: Cultura, Trabalho e Políticas Públicas	PUC/MG
Ciências sociais	M	Sociedade e Políticas Públicas	UEM
Ciências sociais	M	Fronteiras, Identidades e Políticas Públicas	UNIOESTE
Ciências sociais	M/D	Política, Desenvolvimento e Sociedade	UFRN
		Dinâmicas Sociais, Práticas Culturais e Representações	
Ciências sociais	M	Instituições, Cultura e Globalização	UFSM
Ciências sociais	M/D	Políticas e Práticas Sociais	UNISINOS
		Ciências Sociais	
		Cultura e Política	
		Processos Sociais, Identidades e Representações do Mundo Rural	
Ciências sociais	M/D	Estudos de Gênero	UNICAMP
		Trabalho, Política e Sociedade	
		Transformações Sociais e Políticas Públicas nas Sociedades Contemporâneas	
		Modos de Conhecimento e suas Experiências	
Ciências sociais: cultura, desigualdades e desenvolvimento	M	Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento	UFRB
Planejamento e políticas públicas	P	Planejamento e Políticas Públicas	UECE
Políticas públicas e sociedade	M	Políticas Públicas e Sociedade	UECE
Sociologia	M/D	Não informado	UFRGS

Sociologia	M/D	Sociologia	USP
História, política e bens culturais	M/D	História e Política Memória, Cultura e Sociedade	FGV-RJ
História, política e bens culturais	P	História e Política	FGV-RJ
Comunicação	M	Comunicação, Cultura e Cidadania	UFG
Comunicação	M/D	Comunicação e Cultura	UFRJ
Comunicação e cultura	M	Comunicação e Cultura Mídias	UNISO
Comunicação e cultura contemporânea	M/D	Comunicação e Cultura Contemporânea	UFBA
Comunicação e cultura midiáticas	M	Comunicação e Cultura Midiáticas	UFPB-JP
Comunicação	M/D	Comunicação e Sociedade	UNB
Ciências da comunicação	M/D	Teoria e Pesquisa em Comunicação Estudo dos Meios e da Produção Mediática Interfaces Sociais da Comunicação	USP
Comunicação	M	Comunicação e Sociedade	UFSE
Comunicação	M/D	Comunicação Midiática	UNESP-BAU
Comunicação social	M/D	Práticas e Culturas da Comunicação	PUC-RS

Elaboração da autora. (P: Profissional/M: Mestrado/D: Doutorado)

Com isso constituímos um primeiro conjunto de informações sobre os programas de pós-graduação que atuam na temática, seja pela explicitação da área de concentração, linha de pesquisa ou por terem teses e/ou dissertações defendidas na temática. Este conjunto nos dá 53 programas de pós-graduação.

No levantamento inicial colocamos mais 40 programas que pelo campo, título ou área de concentração, poderiam ter potencial para atuar na formação e pesquisa em políticas culturais. Contudo esse grupo precisa ser verificado na plataforma Sucupira e essa ação é parte do refinamento de dados que estamos fazendo no momento.

5. Considerações finais

É possível observar da distribuição pelas áreas de conhecimento dos programas de pós-graduação dificuldades para fomentar e articular pesquisa no campo das políticas públicas culturais. A dispersão pelas áreas de conhecimento implica muitas vezes em polissemias conceituais e metodológicas para o objeto de pesquisa. Se por um lado esta dispersão assinala e reforça o caráter amplo do próprio conceito de cultura, propiciando a multiplicidade de olhares, consoante com o pluralismo e a diversidade do mundo da vida, por outro, implica em obstáculos de caráter epistemológico, de compreensão e tradução deste mesmo mundo da vida onde a cultura se realiza.

A política cultural, pelo levantamento inicial, tem sido trabalhada desde perspectiva histórica, sociológica, artística, política, comunicacional, territorial ou focada na gestão pública.

Segundo Rubim (2013), o campo de pesquisa em políticas culturais está sendo alterado, saindo de um panorama deficiente de espaços de discussão e pesquisa para um campo mais articulado e pulsante a partir de um conjunto de iniciativas que envolvem a publicação de revistas e coleções de livros dedicados ao tema, além da constituição de uma agenda de encontros periódicos, nacionais e internacionais. É um campo em eferescência, em que pesquisas de natureza diversa (longitudinais, avaliação, construção de indicadores para as políticas culturais, identificação dos elementos que relacionam cultura e desenvolvimento, reflexões sobre as diversas dimensões e articulações da cultura e da política cultural,

estudos de caso, pesquisas etnográficas, pesquisas quantitativas e ensaios teóricos) podem ser articuladas em benefício da sociedade, revertendo subsídios importantes para a agenda das políticas culturais.

São vários olhares que aportam perguntas específicas ao campo da pesquisa em política cultural, o que por um lado demonstra o caráter inovador do tema e reforça este momento como sendo um momento de formação do campo de pesquisa e por outro, implica na necessidade do fortalecimento deste campo uma vez que, a transversalidade da temática pelas áreas de conhecimento, pode ser um indicador da importância da cultura e da política cultural para a compreensão de desafios e problemas atuais.

Em nosso entender, o fortalecimento da pesquisa em políticas culturais passa pela articulação para a formação e fortalecimento do campo de pesquisa em políticas públicas (campo de públicas) como um campo interdisciplinar.

Seria este campo o espaço privilegiado para fazer convergir olhares e debater metodologias diversas, todas voltadas à especificidade das políticas culturais e da discussão em torno das relações entre cultura, desenvolvimento e democracia.

O OPCULT se apresenta como mais um dos espaços de articulação para o fomento do campo de públicas, na medida em que é espaço de encontro e produção voltada para a pesquisa das políticas culturais, entendidas a partir de marcos da ação pública e do debate sobre cultura, desenvolvimento e democracia.

O levantamento dos grupos de pesquisa em políticas culturais, bem como o de programas de pós-graduação afins, tem como objetivo fomentar redes de contato, fluxos de informação e de produção. Parte da missão do OPCULT é pôr em rede os diversos agentes de pesquisa em política cultural e trazer para o debate os diversos olhares metodológicos.

A expectativa é que este movimento encontre e seja acolhido por grupos e pessoas que atuem no campo da política cultural de forma mais ampla. O levantamento realizado até o momento e os resultados encontrados dirigem-se para esta promessa: a de fomentar a rede de pesquisa.

6. Referências

BARBOSA DA SILVA, Frederico A., e LABREA, Valéria Viana. (orgs.). *Linhas gerais de um planejamento participativo para o Programa Cultura Viva*. Brasília: Ipea, 2014.

BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria n ° 123 de 13 de dezembro de 2011. Estabelece as metas do Plano Nacional de Cultura.

BOTELHO, Isaura. Uma rápida reflexão sobre o MinC entre 2003 e 2011. In: BARROS, J.M. e OLIVEIRA JUNIOR, J., (Org.). *Pensar e agir com a Cultura: desafios da gestão cultural*. Belo Horizonte: Observatório da Diversidade Cultural, 2011.

CALABRE, Lia. (Org.). *Políticas Culturais: um campo de estudo*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

MICELI, Sérgio. (Org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais: estado da arte no Brasil. In: DA COSTA, Frederico Lustosa (Org.) . *Política e gestão cultural: perspectivas Brasil e França*. Salvador: EDUFBA, 2013.

_____. Crise e políticas culturais. In: Barbalho et al. (Org.). *Cultura e Desenvolvimento: perspectivas políticas e econômicas*. Salvador: EDUFBA, 2011.

_____. *Políticas Culturais no Governo Lula*. Salvador: EDUFBA, 2010.

STOREY, John. *Teoria cultural e cultura popular – uma introdução*. São Paulo: Edições Sesc 2015.

POLÍTICAS CULTURAIS, DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO

Leandro Grass

Resumo: O presente texto analisa a relação entre cultura, democracia e desenvolvimento na contemporaneidade. A partir de uma revisão teórica, propõe-se a problematização acerca do significado de cultura e os efeitos de sua ampliação no campo das políticas públicas. A consideração da cultura como direito e seu entendimento como expressão identitária leva a uma mudança de paradigma das próprias políticas culturais, além de seu reposicionamento no desenvolvimento e no fortalecimento da democracia. Nesse contexto, a definição de estratégias governamentais que reconheçam o pluralismo cultural acaba também por demandar uma nova sistematicidade das políticas e uma nova estrutura de gestão.

Palavras-chave: Cultura. Democracia. Desenvolvimento. Políticas culturais.

1. Introdução

A instituição da cultura como direito possibilitou uma série de reflexões quanto ao seu papel na própria democracia. Também permitiu diferentes análises sobre o papel que as políticas culturais podem assumir no desenvolvimento. A partir daí, abre-se um leque de problematizações situadas tanto no campo dos estudos culturais quanto das políticas públicas.

O reposicionamento da cultura na esfera da cidadania vem exigindo por parte do poder público o estabelecimento de

estratégias que permitam mais do que o acesso, mas principalmente a expressão da cultura. E em contextos democráticos, tal expressão pressupõe que sua pluralidade seja contemplada ao mesmo tempo que atores antes não reconhecidos, passem a exercer seu papel na definição das próprias política.

Sendo assim, o presente capítulo se dedica a uma discussão de caráter prioritariamente teórico acerca da relação entre cultura, democracia e desenvolvimento, situando as políticas culturais não apenas como mais um nicho de ação governamental, mas como eixo transversal do próprio desenvolvimento.

Na primeira parte serão discutidas as diferentes concepções de cultura e de que forma sua ampliação reflete um novo modelo de política cultural. As últimas décadas se caracterizaram pela adoção da perspectiva sociológica de cultura nos processos de gestão, entendendo-a em sua dimensão produtiva e institucional. A contemplação da abordagem antropológica, a qual define a cultura como expressão linguagem, configura uma estratégia de consolidação daquilo que se compreende como democracia cultural.

Em seguida, tomada a cultura como elemento constituído por diferentes práticas sociais, será justificada a necessidade de que ela se constitua como base do desenvolvimento. Trata-se de pensar a cultura não apenas como mais uma esfera das políticas públicas, mas sim como base transversal de todas as políticas, pretendendo a qualidade de vida da população mediante o reconhecimento de suas múltiplas identidades.

A terceira parte se propõe à uma problematização da cultura no contexto democrático, destacando a importância de que o pluralismo político se integre ao pluralismo cultural e permita o empoderamento de atores sociais antes não contemplados por um modelo de governança voluntarista e centralizados.

Por fim, serão apresentados os desafios para que as políticas culturais se estruturam dentro dos parâmetros anteriormente

sustentados, ou seja, como base do desenvolvimento e em sintonia com os princípios democráticos. Nesse ponto, destaca-se a importância de redirecionamento das políticas culturais para o nível local como forma de aproximação do Estado com a diversidade de expressões presentes na sociedade.

Conclui-se para a percepção de que as políticas culturais não podem ser concebidas de forma deslocada. Mais ainda, constata-se seu papel integrador das diferentes estratégias de desenvolvimento e de fortalecimento da democracia.

2. Concepções de cultura

Os estudos culturais possibilitaram uma diversidade de abordagens e perspectivas acerca do significado de cultura. A variedade de critérios e perspectivas conceituais é proporcional às possibilidades de aplicação e análise. No âmbito das políticas culturais, a discussão sobre os diferentes significados de cultura é de extrema relevância. O fato ilustra o amadurecimento das pesquisas no campo de gestão pública, em que a importância do debate epistemológico acerca das esferas das políticas vem aumentando. A superação da visão gerencialista acerca do papel Estado implicou em um aprofundamento sobre os significados dos direitos, uma vez que as estratégias e fundamentos das políticas tendem a ser diretamente determinadas pelos conceitos referenciados.

Serão aqui apresentadas duas perspectivas conceituais sobre o termo “cultura”, as quais orientam de modo distinto o debate sobre os direitos culturais e, conseqüentemente, sobre as políticas culturais. A primeira refere-se à cultura em uma perspectiva antropológica, relacionada aos elementos de ordem cotidiana, como o pensamento, os valores, hábitos e demais aspectos identitários de um grupo social. Trata-se, em suma, do universo simbólico (LARAIA, 2001) de uma determinada coletividade. Embora tradicionalmente identificada como objeto dos estudos

etnográficos de sociedades tribais, esta concepção também tem sido explorada fortemente pela antropologia urbana através de estudos substanciais para as políticas culturais, revelando que o universo simbólico pode também é determinado por aspectos geracionais, econômicos ou regionais.

A segunda concepção advém da perspectiva sociológica, referenciando a cultura como “circuito organizacional” (BOTELHO, 2001). Trata-se de

uma produção elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão. Para que essa intenção se realize, ela depende de um conjunto de fatores que propiciem ao indivíduo, condições de desenvolvimento e de aperfeiçoamento de seus talentos, da mesma forma que depende de canais que lhe permitam expressá-los. (BOTELHO, 2001, p.74)

A concretude da segunda perspectiva justifica o fato dela ser predominante na concepção das políticas culturais, uma vez que permite uma maior objetividade quanto ao planejamento e aos efeitos da ação pública. Sua institucionalização também representa outro fator que explica e justifica sua adoção como referência para a estruturação das políticas culturais.

No entanto, vale aqui destacar e refletir a importância de uma ampliação acerca do conceito de cultura na fundamentação das políticas. Há de se admitir a dificuldade existente das políticas culturais adentrarem e impactarem no universo simbólico e no cotidiano das sociedades. Embora haja uma valorização desta dimensão no discurso político, muitos são os desafios para que as políticas culturais sejam capazes de impactá-la.

Na prática, o que se percebe é um desprestígio da cultura cotidiana na formulação e implementação das políticas, as que focalizam prioritariamente a oferta cultural dentro do circuito institucionalizado. Emerge, portanto, uma questão: de que forma

as políticas culturais podem privilegiar e contemplar a cultura em sua dimensão antropológica?

Tratando-se de uma realidade diversificada em linguagens, conhecimentos, crenças e tradições, o universo simbólico carrega em sua essência a pluralismo, aspecto também fundante da própria democracia. Porém, nem sempre esta expressão da cultura está representada nas esferas de consulta e deliberação acerca dos recursos públicos orientados à promoção cultural. Os espaços participativos, tal como toda a estrutura da política, são tradicionalmente ocupados por atores vinculados à esfera institucional da produção cultural. Nesse sentido, há de se ampliar o lugar da própria cultura no processo de desenvolvimento, tornando-a um eixo transversal de toda a estrutura governamental.

Considerando que a cultura em seu sentido antropológico perpassa todas as esferas da vida cotidiana, justifica-se que o seu fomento se constitua como base das diferentes políticas públicas. Sendo assim, como afirma Botelho (2001),

a intervenção nesse universo privado, em que cada indivíduo constrói e regula suas relações com o mundo, só pode se dar quando este pressuposto for incorporado por todas as áreas e instâncias administrativas de governo, condição para que os planos de desenvolvimento possam efetivamente levar em conta a dimensão cultural. (BOTELHO, 2001, p. 76)

Em suma, trata-se de posicionar a cultura como base da intersetorialidade, instituindo-a como fundamento da qualidade de vida da população. Porém, é necessária certa cautela para que o discurso da transversalidade não sirva como instrumento de negação do reconhecimento sobre espaço próprio da cultura na estrutura governamental. É importante que a cultura tenha seu lugar, seu aparato e seus recursos, tal como será aqui abordado mais adiante. O que aqui se apresenta é a importância de que, tal como outras políticas, a cultural não seja desconectada de um projeto amplo de desenvolvimento.

A importância da cultura no desenvolvimento será objeto da próxima etapa da discussão, na qual serão apresentados argumentos e aspectos capazes de entrelaçar não somente cultura e qualidade de vida, mas também cultura e democracia.

3. Cultura e desenvolvimento

O debate sobre o lugar da cultura no desenvolvimento e no aperfeiçoamento da democracia ganhou destaque nas últimas décadas. Ao ser compreendida como um direito, a cultura passa por uma mudança de paradigma no que diz respeito tratamento que o Estado lhe confere, implicando consequentemente em uma mudança de perspectiva sobre as políticas culturais.

Outro fator que confere relevância à análise cultura-desenvolvimento refere-se à problematização das desigualdades e seus impactos sobre a hierarquização dos modelos culturais. Trata-se da consideração sobre a relação entre poder, riqueza e reconhecimento cultural, uma vez que ao longo das últimas décadas a adoção de modelos de desenvolvimento tem se pautado em critérios de ordem econômica. Isso implicou diretamente nos modelos de políticas culturais adotados, gerando por consequência uma problematização acerca da democracia cultural. (GUERRA E SILVA, 2012).

Estruturadas sob uma nova sistematicidade, as políticas culturais adquiriram um papel estratégico na construção de um modelo de desenvolvimento capaz de garantir a pluralidade e a diversidade, em especial nos microterritórios locais. Nesse processo, estrutura-se uma concepção de cultura cuja identidade busca combinar as concepções antropológica (cultura enquanto expressão) e sociológica (cultura como circuito) dentro de um mesmo modelo.

Esse fortalecimento das pautas culturais se deve diretamente ao envolvimento dos agentes culturais que, com seu forte

protagonismo no fortalecimento da democracia, tem colaborado para a revitalização dos espaços públicos, reconquistado equipamentos e edifícios e dado visibilidade a grupos sociais renegados historicamente (MARTINELL, 2009). Esse envolvimento exige a resposta do poder público à cultura, não apenas como um setor que merece investimento, mas uma área que abriga a essência da democracia: a participação social.

Assim, as políticas culturais, tal como outras esferas da ação do Estado, passam assumir determinadas características inerentes à dinâmica democrática. Uma delas refere-se ao pluralismo, elemento central de qualquer contexto democrático e fundante da própria noção antropológica de cultura¹ (LARAIA, 2001). A reconsideração dos distintos valores culturais em contextos democráticos ressignifica a concepção de desenvolvimento e, conseqüentemente, a de políticas culturais. Isso implica em uma ampliação da própria noção de cultura no debate sobre as políticas.

Retomando a cultura em seu sentido antropológico como eixo transversal, vale ressaltar a contribuição que a variedade de elementos culturais do cotidiano das populações pode exercer nas dimensões econômica e social. Reconhecer e compreender as expressões cotidianas dos diferentes grupos pode ser estratégico na promoção de novas formas de incremento econômico, sem necessariamente permitir que o universo simbólico seja corrompido ou capturado pelo circuito de produção e consumo cultural. (KLIKSBURG, 2000).

Sendo assim, o posicionamento da cultura no processo de desenvolvimento não pode desconsiderar a dimensão democrática da própria política cultural. No Brasil, é notória a expansão das

¹ Segundo o autor, indivíduos de culturas diferentes percebem o mundo de maneiras diferentes. Os distintos comportamentos sociais resultam de um determinado sistema cultural que está sempre em mudança. Nesse sentido, além de admitir e compreender as diferenças entre povos de culturas diferentes, é também necessário compreender as diferenças que ocorrem dentro desse mesmo sistema.

experiências de gestão democrática nas diferentes políticas públicas. No campo cultural, emerge a discussão acerca da democratização cultural, como forma de garantir o direito à cultura a todos os cidadãos. Essa perspectiva avança à medida em que outros setores do Estado começam a perceber o vínculo entre cultura e desenvolvimento, na busca por uma transversalidade cultural nas diferentes políticas.

Deste modo, na próxima seção será estabelecida a relação entre diversidade cultural e democracia, indicando que não se pode pensar o pluralismo democrático desvinculado de uma concepção de política cultural que fortaleça e dê visibilidade às expressões dos diferentes grupos sociais.

4. Democracia e pluralismo cultural

A consideração da cultura como um direito, faz com que sua discussão se integre conseqüentemente ao debate sobre democracia. Compreendendo o exercício da cidadania como a prática de direitos, vale problematizar de que forma as políticas culturais se integram aos princípios da própria democracia, em especial a liberdade e a pluralidade. Chantal Mouffe (1996) foi responsável por um significativo debate sobre essas duas questões. Ao confrontar as concepções liberal e comunitarista de democracia, a autora chama a atenção para o fato de que, embora os direitos sejam titulares do indivíduo, só podem ser exercidos coletivamente e em circunstâncias de igualdade. Deste modo, a democratização da cultura passa necessariamente por sua revitalização em nível local como forma de romper a segregação e a exclusão das práticas cotidianas de determinados grupos sociais. Transpondo esse aspecto para a dimensão da cultura, podem ser levantadas diversas questões, entre elas a do pluralismo enquanto base de uma democracia cultural. Não apenas do ponto de vista identitário, mas também na perspectiva do envolvimento dos cidadãos nas tomadas de decisão que impactam sobre seus

próprios direitos. Isso se conecta à percepção sobre os recentes avanços e mudanças na própria participação política e nos espaços a ela dedicados:

As nossas sociedades são confrontadas com a proliferação de espaços políticos radicalmente novos e diferentes, que exigem que abandonemos a ideia, inerente tanto ao liberalismo como ao republicanismo cívico, de um único espaço de constituição do político[...] somos sempre sujeitos múltiplos e contraditórios, habitantes de uma diversidade de comunidades (na verdade, tantas quantas as relações sociais em que participamos e as posições sociais de sujeito que elas definem), construídos por uma variedade de discurso[...]. (MOUFFE, 1996, p.36).

Deste modo, uma política cultural inserida em contexto democrático não pode se limitar a viabilizar única e exclusivamente o acesso a recursos que permitam a produção cultural. Mas sim, deve propiciar espaços e situações criadoras de reflexões acerca dos modos de vida, capazes de problematizar a ética civilizacional que sustenta o modelo vigente. Essa perspectiva tende a fortalecer o tecido social e gerar uma rede de conhecimento acerca das diferentes expressões presentes na coletividade.

Uma política cultural fundada no pluralismo, mais do que se conectar às diferentes perspectivas de cultura, serve como instrumento de fortalecimento da própria democracia, mediante a possibilidade de construção de saberes políticos, especialmente quando se constituem os espaços deliberativos em torno das políticas:

El propio ideal de deliberación parte de la constatación de que no hay razones absolutas a las que recurrir en caso de disenso. Su práctica requiere también de ciertos supuestos que incitan la intercomunicación entre los individuos, como, por ejemplo, la conciencia de que uno no posee toda la razón y, sobre todo, de que el otro también puede tenerla. Por eso, la concepción de la política deliberativa – el ideal de la discusión abierta y pública – implica que los ciudadanos deben asumir el pluralismo y la diversidad presentes en la sociedad y, en consecuencia,

enfrentarse a ideas diferentes a las propias. De este modo, tienen la posibilidad de enmendar y depurar sus propias opiniones, así como alterar el orden de sus preferencias. Todas estas actitudes y capacidades subjetivas, estimuladas en un marco público, resultan sumamente recomendables, cuando no imprescindibles, para la convivencia pacífica en una sociedad compleja y plural. (VELASCO, 2005, p.199).

Desse modo, o entrelace entre as políticas culturais e o fortalecimento de democracia se estrutura à medida em que os espaços de participação e virtude cívica se fortalecem. É através dessas experiências que a própria democracia cultural tende a se realizar, uma vez que contribui para abandonar a “concepção universalista e essencialista de uma totalidade social e o mito de um sujeito unitário” (MOUFFE, 1996, p. 36).

De forma a proporcionar uma contribuição que vá além da dimensão conceitual e teórica, caberá agora indicar os desafios para a uma política cultural que seja ao mesmo tempo eixo do desenvolvimento e associada aos princípios da democracia.

5. Os desafios das políticas culturais

Frente a um contexto democrático, de configuração social em rede e fortemente plural, as políticas culturais não escapam das exigências impostas às demais esferas de ação governamental. Os conflitos sociais da era industrial, fundada na distinção de classes, deram lugar a outras formas de disputa, talvez mais complexas ainda, que exigem novos parâmetros de governança. Os novos formatos participativos de caráter horizontal e descentralizados não suprimiram as assimetrias que derivam dos diferentes reconhecimentos e poderes. (BLANCO; GOMÀ, 2003).

No contexto da cultura, essas assimetrias estão diretamente relacionadas à concepção de cultura que fundamentou boa parte das políticas, renegando a determinados grupos a possibilidade de serem contemplados pelos recursos e pelas iniciativas do Estado.

Desta forma, o incremento das políticas culturais passa pela ampliação do conceito de cultura que habita o imaginário dos atores públicos, bem como exige novas estruturas governamentais e formatos de distribuição dos recursos orçamentários.

Em primeiro lugar, uma política cultural que se pretenda como democrática e plural precisa articular os diferentes atores sociais, de forma a dar visibilidade àqueles que foram historicamente renegados dos circuitos já consolidados. Nesse sentido, mais do que uma democratização do acesso à cultura, as políticas devem mirar a democracia das expressões culturais.

Isso requer, além de uma nova concepção política da cultura, um investimento dentro da estrutura governamental, de forma a articular diferentes instâncias de poder com vistas ao desenvolvimento das comunidades em todos os aspectos correlacionados à dimensão cultural. Devem ser criados programas conjuntos a partir de uma coordenação intragovernamental que tenha a cultura como diretriz. Isso se estabelece como estratégia de combate a determinados comportamentos governamentais presentes em experiências não bem sucedidas, como a ausência de sensibilidade para a dimensão local da produção cultural.

Outro empecilho para uma inovação nas políticas culturais diz respeito aos gestores. Embora não seja uma particularidade da cultura, a formação de uma postura que supere o puro e simples gerencialismo burocrático, mas para o pluralismo e a diversidade representa um aspecto fundamental da gestão. Para lidar com as múltiplas representações de conhecimentos e saberes, é preciso ir além das visões burocráticas ou do comportamento acadêmico carregado de arrogância.

Outro aspecto relevante para o incremento das políticas culturais refere-se à dimensão orçamentária. Como as demais esferas governamentais, as políticas culturais precisam ter em seu planejamento a explicitação das fontes de recursos. No entanto,

É a clareza quanto às prioridades e às metas a serem alcançadas em curto, médio e longo prazo que possibilitará a escolha de estratégias diversificadas e adequadas para o financiamento das atividades artísticas e culturais. (BOTELHO, 2001, p.78).

Retomando um aspecto já citado anteriormente, faz-se necessário que o também sistema de financiamento esteja articulado com outros níveis e esferas governamentais, inclusive como estratégia de conquista de fontes privadas de recursos. Nesse processo, cabe ao Estado estabelecer as prioridades e contar com a parceria de diferentes instituições para garantir o fomento das mesmas.

Experiências de políticas culturais bem sucedidas em diversas partes do mundo revelam alguns aspectos que podem e devem ser tomados como referência. Arturo Rodríguez Morató (2005), ao analisar o caso de Barcelona aponta para cinco elementos que foram de grande relevância para uma nova estruturação das políticas culturais em contextos de democracia e pluralismo. Segundo o autor, estas representam um marco de ação condizente com as demandas do próprio contexto democrático no século XXI e com a consolidação da cultura enquanto um direito.

O primeiro aspecto refere-se ao posicionamento das políticas culturais como marco e eixo das políticas públicas do Estado de bem-estar social. Isso relaciona-se ao que já foi apresentado anteriormente quanto a definição da cultura como eixo de desenvolvimento e aspecto integrados às demais políticas. Em segundo, numa perspectiva mais vinculado ao discurso político, indica-se a defesa da democracia cultural e da democratização da cultura como prioridades, na consideração tanto da oferta como da produção cultural em diferentes níveis.

Em seguida, ressalta-se a importância da capacitação de gestores. Este representou, sem dúvida um dos maiores desafios, uma vez que exige o investimento em formação especializada para lidar com os elementos intrínsecos à pluralidade cultural. O quarto ponto indica uma incorporação do desenvolvimento cultural nos

diferentes níveis governamentais, do local ao nacional. Em um processo de descentralização e reconhecimento da diversidade regional, a política cultural deve ser costurada de forma a garantir essa pluralidade. Por fim, destaca-se a preocupação pela ampliação do debate acerca das políticas culturais por parte dos organismos internacionais, fato que foi determinante para o estabelecimento da cultura como direito humano, também sustentada pela legislação de diferentes países.

Um último aspecto merece destaque no que diz respeito aos desafios das políticas culturais. Trata-se do redimensionamento da ação governamental e sua guinada para o território. A gestão local, mais do que uma escolha de contexto, indica também a possibilidade de uma nova sistematicidade governamental. A estruturação de políticas a partir do território expressa tanto novas configurações administrativas, quanto novos formatos participativos e diálogo Estado-sociedade, tal como afirma Morató (2005),

Se trata, pues, del bosquejo de un nuevo paradigma de política cultural: un paradigma cuya identidad no se deduce ya de las oposiciones fundadoras de la política cultural moderna – cultura/educación, modernidad/tradición, cultura/diversión, sino de una perspectiva de integración particular que resulta, en las condiciones actuales del orden cultural de la orientación a la maximización del valor cultural producido en la ciudad. (MORATÓ, 2005, p. 358)

O esgotamento das políticas culturais tradicionais, muitas vezes concebidas numa perspectiva vertical e gerencialista, tem revelado a possibilidade de um novo formato de distribuição de recursos e o resgate da diversidade presente nos diferentes territórios. Trata-se do surgimento de um novo paradigma, definido como “cidade empreendedora” (MORATÓ, 2005), resultando no fortalecimento da cultura local e de seus atores nas diferentes etapas das políticas.

Esse processo vem ressignificando o próprio papel dos governos locais, uma vez que deixam ser simples e meros mediadores de grandes políticas e passam a atuar como promotores do desenvolvimento. Isso também representa a revitalização da própria cidade, sendo esta o lócus da cultura. Pensar estratégias de fortalecimento das expressões cotidianas de diferentes grupos significa viabilizar o renascimento do próprio espaço urbano, uma vez que é nas ruas da cidade que os agentes da cultura local se manifestam e expressam sua identidade.

6. Conclusão

O reconhecimento da cultura como um direito humano justifica a necessidade de se ampliar o debate acerca do seu papel no desenvolvimento e no fortalecimento da democracia. A começar pela ampliação de seus significados no âmbito das políticas culturais, uma série de questões emergem como possibilidade de fortalecimento não somente do campo analítico, mas também dos próprios processos de gestão cultural.

Primeiramente vale ressaltar que a cultura enquanto expressão cotidiana vem dividindo espaço com a noção de cultura institucionalizada em circuitos e estruturas de oferta. Isso vem exigindo uma nova sistematicidade do Estado no planejamento das políticas. Essa ampliação conceitual também reposiciona a cultura no próprio desenvolvimento, uma vez que os diferentes setores de ação do Estado são congregados em torno da dimensão cultural, tendo em vista que esta permeia todas as demais dimensões da vida social.

Considerando o pluralismo como a essência da própria cultura, seu fortalecimento se vincula ao aperfeiçoamento do pluralismo político, à medida em que dar visibilidade às diferentes expressões culturais implica em redistribuir o poder. A democracia cultural passa então a sustentar um processo amplo de democratização com base na diversidade.

No entanto, o incremento dessas relações pressupõe que alguns desafios sejam enfrentados, como a reorganização da própria estrutura estatal e a capacitação dos gestores. Porém, emerge de forma significativa a perspectiva da gestão local como estratégia de fortalecimento da democracia cultural, uma vez que é no território onde o universo simbólico se constitui.

A resignificação das políticas culturais e seu reposicionamento no desenvolvimento revela que a visão fragmentária não condiz com a complexidade e o potencial integrador da cultura e sua contribuição para fortalecimento da democracia.

7. Referências

BLANCO, Ismael; GOMÀ, Ricard. *Gobiernos locales y redes participativas: retos e innovaciones*. Revista del CLAD Reforma y Democracia, v. 26, p. 73-100, 2003.

BOTELHO, Isaura. *As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas*. São Paulo em perspectiva, v. 15, n. 2, 2001.

GUERRA, LD., e SILVA, JB. Cultura e desenvolvimento: uma visão crítica dos temas do debate. In: BRASILEIRO, M. D. S., MEDINA, J. C. C; CORIOLANO, L.N. (Orgs.). *Turismo, cultura e desenvolvimento* (online). Campina Grande: EDUEPB, 2012. pp. 195-233.

KLIKSBERG, Bernardo. *Capital Social y Cultura: Claves Estratégicas para El Desarrollo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2000.

Disponível em: <www.cyta.com.ar/biblioteca/bddoc/bd_articles/334_kli.pdf>.

Acesso em: abril de 2016.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Zahar, 2001.

MARTINELL, Alfons. Las interacciones en la profesionalización en gestión cultural. *Cuadernos del CLAEH*, v. 32, n. 98, p. 97-105, 2009.

MORATÓ, Arturo Rodríguez. La reinención de la política cultural a escala local: el caso de Barcelona. *Sociedade e estado*, v. 20, n. 2, p. 351-376, 2005.

VELASCO, Juan Carlos. La noción republicana de ciudadanía y la diversidad cultural. *Isegoría*, n. 33, p. 191-204, 2005.

CULTURA, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO: UMA ABORDAGEM TRANSVERSAL¹

Bruno H. R. Melo

Resumo: Este artigo constitui um ensaio teórico sobre os desafios contemporâneos envolvendo cultura, desenvolvimento e cidadania à luz dos debates da teoria social sobre a modernidade tardia e diferentes abordagens sobre desenvolvimento e pós-desenvolvimento na América do Sul. A partir da abordagem das capacidades humanas, analisa-se os principais instrumentos internacionais vigentes na área da cultura, pontuando em seguida as limitações dessa abordagem e as possíveis contribuições das teorias pós-desenvolvimentistas para a construção de um olhar transversal sobre o desenvolvimento.

Palavras-chave: Cultura. Desenvolvimento. Pós-Desenvolvimento. Direitos Culturais. Cidadania.

1. Introdução

Um olhar transversal sobre a cidadania e o desenvolvimento a partir das políticas culturais requer uma reflexão conceitual sobre cultura, direitos culturais e desenvolvimento. Isso pressupõe uma análise do conceito de desenvolvimento a partir de referenciais amplos e de uma perspectiva interdisciplinar.

¹ Este artigo é uma adaptação do primeiro capítulo da dissertação de mestrado intitulada “Desenvolvimento e políticas culturais de base comunitária na América do Sul: estudo comparado Brasil-Argentina”, de minha autoria (MELO, 2016).

Assim como a cultura, o desenvolvimento também deve ser encarado como um processo de caráter dinâmico e transversal, construído sob o ponto de vista de diferentes disciplinas, de modo a abrigar as dimensões econômica, social, ambiental e cultural. Um conceito a partir desse olhar abrangente ultrapassa a visão do desenvolvimento associado apenas ao crescimento econômico e ao aumento da renda, incorporando todas as dimensões das relações humanas e da sua relação com o ambiente.

Essas relações são carregadas de significados simbólicos que transcendem a dimensão material e incorporam características relacionadas aos modos de pensar e de viver das diferentes comunidades do planeta. É nesse sentido que as políticas culturais em geral e, mais especificamente, os programas que enfatizam a relação entre cultura, cidadania e direitos culturais, podem contribuir para o desenvolvimento das comunidades e dos territórios.

No Brasil, a partir de 2003, surge uma gama de políticas e programas culturais que privilegiam o acesso à cultura e aos meios de produção cultural como um dos elementos norteadores da política nacional de cultura. Além disso, o Ministério da Cultura (MinC) passa a defender que o Estado tem o grande papel de promover meios e equipamentos para universalizar a todos os brasileiros o acesso à cidadania plena, sendo ao mesmo tempo gestor da política cultural do país e ator garantidor de direitos culturais (BRASIL, 2006; 2010b).

Diante de tudo isso, sinto que ainda há um bom caminho a trilhar até que tenhamos muito claro o papel estratégico que tem a cultura para o desenvolvimento de um País, especialmente quando o queremos de todos.

Enxergamos cultura em toda a trama social. A cultura humana é tudo que resulta da ação humana, de suas interferências sobre o mundo; é tudo que torna visível o pensamento do homem sobre si mesmo e sobre o ambiente que o cerca. Todas as nossas práticas sociais são diferentes formas de concretização da cultura de que fazemos parte. (FERREIRA, 2010).

Um dos programas mais emblemáticos desse esforço é o Programa Cultura Viva, criado em 2004, que congrega a rede nacional de Pontos de Cultura e consolida-se com a Política Nacional de Cultura Viva, instituída pela Lei nº 13.018 de julho de 2014 – a *Lei Cultura Viva* (BRASIL 2005; 2006; 2010a; 2010b; 2015).

Concomitantemente, observa-se na América do Sul a ascensão de governos com forte influência ideológica de esquerda que, no campo da cultura, passaram a promover um gradual reforço do papel do Estado na formulação e implementação de políticas públicas de cultura. O discurso incorpora também a noção de que a sociedade civil e os setores culturais devem ser protagonistas, pois são eles que produzem a diversidade de expressões culturais e os conhecimentos e formas de viver que constituem a dinâmica cultural.

Os direitos culturais devem ser entendidos como direitos de caráter fundamental, segundo os princípios de universalidade, indivisibilidade e interdependência. Seu exercício desenvolve-se no âmbito do caráter integral dos direitos humanos, de forma tal que esse mesmo exercício permite e facilita, a todos os indivíduos e grupos, a realização de suas capacidades criativas, assim como o acesso, a participação e a fruição da cultura. Estes direitos são a base da plena cidadania e tornam os indivíduos, no conjunto social, os protagonistas dos afazeres no campo da cultura. (CARTA CULTURAL IBERO-AMERICANA, 2006).

Na Argentina, também a partir de 2003, a política cultural passa a fazer parte de um projeto político nacional “amplo, democrático e inclusivo” de recuperação dos direitos sociais e culturais, no qual as organizações sociais de base popular e comunitária têm papel fundamental. Nesse sentido, a Argentina também cria em 2011 um programa similar ao brasileiro *Cultura Viva*, intitulado *Programa Puntos de Cultura*, inspirado no brasileiro, mas ao mesmo tempo com especificidades argentinas, inserindo-se no esforço maior de consolidação de “uma política latino-americana de reconstrução do tecido social, de revalorização da

identidade e de expressão popular através da cultura” (ARGENTINA, 2012).

Paralelamente, vários países da América Latina² passam a adotar o termo *Cultura Viva Comunitária* associado à articulação existente entre grupos culturais e organizações sociais de base comunitária, em torno das mesmas premissas dos programas *Cultura Viva* (Br) e *Puntos de Cultura* (Ar), bem como de outros programas e experiências similares na região.

O presente artigo explora, na forma de um ensaio teórico (MENEGHETTI, 2011), o caráter transversal da cultura como elemento essencial do desenvolvimento. Parte-se da hipótese de que a implementação de políticas públicas de cultura e cidadania, especialmente na América do Sul, apresenta especificidades próprias que estão relacionadas à macro visão estatal sobre desenvolvimento, garantia de direitos culturais, promoção da cidadania e participação social. De modo mais específico, busca-se compreender o que representa a relação entre cultura e desenvolvimento, notadamente para os países sul-americanos, e como essa relação pode ser abordada por meio de políticas públicas de cultura e cidadania.

2. Direitos culturais e cidadania: elementos fundamentais da modernidade tardia

No campo da teoria social, a reflexão aqui proposta ancora-se, inicialmente, no debate sobre a modernidade tardia e os desafios que se colocam para as relações entre a sociedade civil e o Estado no contexto das políticas culturais (HARVEY, 1992; BAUMAN, 2001; 2010; BECK, 2010; BAUDRILLARD, 1991). Em tempos de “modernidade líquida” (BAUMAN, 2001),

² Para maiores informações, consultar os seguintes sítios na internet (acesso em 19/02/2016): <http://culturavivacomunitaria.org/cv/>; <http://www.cvcelsalvador.cc/vision-y-objetivos/>; <http://iberkulturaviva.org/>

caracterizada pela fluidez e o estado de constante mudança, de liquefação, de derretimento da sociedade, em seus conceitos e práticas cotidianas; realidade complexa na qual tempo e espaço não são mais barreiras, os deslocamentos e a comunicação são instantâneos, enfim, em que novos desafios se colocam para a subjetividade, a individualidade e o mundo do trabalho (BAUMAN, 2001 apud MELO; MAKIUCHI, 2014), busca-se apontar os desafios de lidar com a pluralidade de narrativas e novos atores, em contraposição às metanarrativas.

Com vistas a situar a noção de sociedade civil aqui vislumbrada, adotaremos o seguinte conceito operacional:

A “sociedade civil” deve ser compreendida aqui como o amplo leque de associações voluntárias e movimentos que operam fora do mercado, do Estado e dos laços primários de parentesco e que especificamente se orientam para moldar a esfera pública, incluindo movimentos sociais, sindicatos, grupos de interesse, ONGs autônomas e organizações comunitárias (EVANS e HELLER, 2013 apud HERRLEIN JR., 2014, p. 91).

Parte-se da premissa de que as políticas culturais de cultura e cidadania implementadas em diversos países sul-americanos, em especial no Brasil e na Argentina, representam uma superação da dicotomia alta cultura/cultura popular, que segundo Boaventura de Sousa Santos (1999) constitui o “núcleo central do ideário modernista”. Essa superação traz consigo o desafio de lidar com novos atores que demandam cada vez mais voz, espaço e protagonismo na complexa teia da participação social. As novas formas de organização e de participação que daí advêm, entretanto, não deixam de refletir as nuances da micropolítica das relações de poder e do exercício da resistência (presentes no pensamento de Foucault), considerando a forte relação entre poder e conhecimento e entre poder e discursos (enquanto sistemas de conhecimento adotados em contextos particulares para o exercício do controle e do domínio sociais) (HARVEY, 1992 apud MELO; MAKIUCHI, 2014).

O poder necessita do saber; o saber empresta legitimidade e eficácia (não necessariamente desconectadas) ao poder. Possuir saber é poder. (BAUMAN, 2010, p. 75).

Na prática, as iniciativas culturais de base comunitária existentes na América do Sul constituem elementos de tensão entre as pressões hegemônicas do global e as contra-hegemonias do local (SANTOS, 2006; MELO; MAKIUCHI, 2014). Ou seja, valores e comportamentos sociais e humanos formatados a partir de uma globalização hegemônica, como a homogeneização das identidades, a impermanência de vínculos sociais e humanos e a obsolescência do território/lugar, coexistem no âmbito local, com a potência da liberdade de ser (diversidade), a necessidade de criar vínculos/redes e a territorialização (MELO; MAKIUCHI, 2014).

Considerando esses aspectos, é necessária uma mudança de postura por parte das autoridades públicas, que signifique a passagem do papel de “legislador” – baseado em regras de procedimento e no conhecimento objetivo, ao papel de “intérprete” – que consiste em traduzir afirmações feitas em um contexto para outros, objetivando facilitar a comunicação e impedir distorções de significado (BAUMAN, 2010). A ideia de interpretação pressupõe que a autoridade reside no autor ou no texto, e o papel do “intérprete” é extrair o significado.

Há que se lembrar que a base e a sustentação para a implementação de ações voltadas para a garantia de direitos culturais e valorização da diversidade é a noção de que a cidadania cultural e o direito à cultura são pressupostos da pluralidade da criação cultural. O desafio maior é fazer da cultura o elemento central na experiência do sujeito enquanto cidadão, para garantir o acesso equitativo à cultura em todas as suas dimensões – criação, fruição, difusão, produção, consumo, participação e criação de laços de identidade (IPEA, 2011, p. 51).

De maneira mais ampla e de forma complementar, considerando a evolução dos direitos civis, políticos e sociais elencados por T. H. Marshall (COUTINHO, 1999; SANTOS,

1999), é interessante recorrer ao conceito de cidadania explicitado por Coutinho:

Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou [no caso de uma democracia efetiva] por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado. (COUTINHO, 1999, p. 42).

Ademais, cabe ressaltar a ligação entre o conceito de cidadania e os direitos culturais de quarta geração, consubstanciados na participação na definição das políticas culturais. Segundo Varela (2014, p. 64-65), “esses direitos estão relacionados à possibilidade de interferência direta da sociedade nos rumos das ações estatais, implementadas através de programas culturais” e representam o empoderamento político dos indivíduos na área cultural e o exercício de sua prerrogativa de participação cidadã. Os direitos culturais de quarta geração constituem-se a partir do direito à democracia, do direito à informação e do direito ao pluralismo (BONAVIDES, 2010 apud VARELLA, 2014).

Neste sentido, ao Estado não cabe mais apenas implementar políticas culturais democráticas e plurais. Ele próprio deve ser democrático e plural na criação de ferramentas de escuta e participação sociais. Deve, portanto, ouvir os setores que serão objeto das políticas [...], com canais efetivos de participação, para estruturar e dirigir tais políticas (VARELLA, 2014, p. 65-66).

3. Um olhar transversal sobre o desenvolvimento

Considerando a fluidez que caracteriza a sociedade contemporânea (BAUMAN, 2001) e os efeitos da globalização sobre a economia, as relações de trabalho, os padrões de consumo e de interação entre os indivíduos, o modelo de desenvolvimento adotado em um país necessariamente afeta – de forma direta ou indireta – outros países e regiões do globo. As recorrentes crises financeiras internacionais das últimas décadas trazem à tona a

necessidade de uma reflexão mais aprofundada sobre os diferentes modelos de desenvolvimento adotados pelos países num contexto de crescente interdependência.

Superadas as velhas dicotomias da bipolaridade da Guerra Fria e das categorias hierarquizantes de “desenvolvidos” versus “subdesenvolvidos”, diferentes países apresentam hoje grandes desigualdades e realidades conflitantes em seus próprios territórios, independentemente do seu status de desenvolvimento. Como enfrentar esses desafios? Que aspectos das políticas públicas deveriam ser ressaltados para esse enfrentamento? O que priorizar? E como?

A relação entre cultura e desenvolvimento vem sendo abordada de maneira recorrente em diversas instâncias de discussão e decisórias, nos níveis nacional e internacional, bem como incorporada aos mais variados documentos oficiais emanados de cúpulas presidenciais e reuniões internacionais de autoridades culturais, como ONU, Unesco, SEGIB³, OEI⁴, Mercosul e Unasul. Essas declarações refletem uma preocupação de vários governos nacionais com a definição de estratégias sustentáveis para enfrentamento dos desafios do crescimento econômico e do desenvolvimento humano sob uma perspectiva abrangente, responsável e duradoura. Ressaltam, ainda, uma preocupação no sentido inverso, ou seja, com o impacto do desenvolvimento sobre a(s) cultura(s).

Para compreender essa relação biunívoca, entretanto, faz-se necessário uma reflexão conceitual, com vistas a destrinchar as conexões entre cultura, direitos culturais e desenvolvimento e localizá-las nas estratégias de política cultural que decorrem dessa abordagem, em especial no que se aplica ao Brasil. Utilizarei como

³ SEGIB – Secretaria Geral Ibero-Americana, órgão operativo das decisões emanadas das Cúpulas Ibero-Americanas.

⁴ OEI – Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura.

ponto de partida o referencial teórico da abordagem das capacidades humanas ou abordagem do desenvolvimento como liberdade, de Amartya Sen (SEN, 2010; PINHEIRO, 2012) e os textos de cinco instrumentos internacionais firmados no âmbito da cultura: a) Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001); b) Agenda 21 da Cultura (2004); c) Convenção da Unesco sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005); d) Carta Cultural Ibero-Americana (2006); e e) Declaração de São Paulo sobre Cultura e Sustentabilidade (2012).

Cabe resgatar, inicialmente, a definição de cultura emanada da Conferência Mundial de Políticas Culturais de 1982:

Permanece atual a síntese que resultou da Conferência Mundial do México⁵ de 1982, ao definir a Cultura como sendo o conjunto de características espirituais e materiais, intelectuais e emocionais que definem um grupo social. [...] Englobando modos de vida, os direitos fundamentais da pessoa, sistemas de valores, tradições e crenças, e o Desenvolvimento como um processo complexo, holístico e multidimensional, que vai além do crescimento econômico e integra todas as energias da comunidade [...] fundado no desejo de cada sociedade de expressar sua profunda identidade. [...] Celso Furtado vai além ao afirmar que, como os projetos de desenvolvimento devem ser definidos pela percepção dos fins e objetivos pretendidos pelos indivíduos e suas comunidades, a dimensão cultural deveria então prevalecer sobre as demais. (MACHADO, 2012, p. 78).

3.1. A Abordagem das capacidades humanas: desenvolvimento como liberdade

O conceito de desenvolvimento como liberdade, de Amartya Sen, é frequentemente evocado nas análises e abordagens da relação entre cultura e desenvolvimento (MACHADO, 2012; CALABRE, 2012). Para Sen (2010, p. 16), o desenvolvimento é “um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas

⁵ Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais (MONDIACULT, México, 1982).

desfrutam”, sendo que o seu alcance está diretamente relacionado à eliminação das principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência de Estados repressivos. As formas de privação incluem, independentemente do nível de riqueza de um país: fome coletiva, subnutrição, serviços de saúde, educação funcional, saneamento básico, emprego remunerado, serviços públicos inadequados ou falta de acesso aos mesmos, assistência social, violação de liberdades e negação de liberdades políticas e civis. Pode-se interpretar que, em grande medida, a eliminação das privações está relacionada à questão do acesso (aos serviços públicos, aos mercados, à educação, à infraestrutura, *etc.*) e à garantia dos direitos fundamentais dos indivíduos, incluindo direitos civis, políticos, sociais e culturais.

Ao afirmar que as liberdades constituem, ao mesmo tempo, os fins primordiais e os meios principais do desenvolvimento, Sen (2010) estabelece uma relação circular de *feedbacks* múltiplos, na qual maior liberdade gera mais desenvolvimento e maior nível de desenvolvimento deve gerar mais liberdades, à medida em que as privações de liberdade são enfrentadas. Além disso, o autor defende que as liberdades políticas e econômicas são inter-relacionadas, podendo fortalecer umas às outras. Assim, a eliminação da pobreza, por exemplo, pode gerar ascensão econômica de um grupo de indivíduos que, por sua vez, poderão acessar mercados de consumo e facilidades dos quais estavam anteriormente privados; por outro lado, o crescimento econômico pode gerar melhores condições para investimentos em programas sociais e melhoria dos serviços públicos voltados para as camadas mais pobres e, conseqüentemente, contribuir para a eliminação da pobreza.

A liberdade assume, portanto, um caráter constitutivo (substantivo) e outro instrumental. As liberdades substantivas dos indivíduos envolvem, por exemplo, a capacidade de evitar a fome

e a desnutrição, bem como a possibilidade real de ser alfabetizado e de participar dos processos políticos; desempenham, portanto, um papel constitutivo no conceito de desenvolvimento e avaliativo do processo de desenvolvimento. As liberdades instrumentais, como o próprio termo aponta, servem de instrumentos para que o indivíduo alcance maior grau de liberdade substantiva. (PINHEIRO, 2012).

Os cinco tipos de liberdade instrumental investigados por Amartya Sen (2010, p. 25) são: 1) liberdades políticas; 2) facilidades econômicas, 3) oportunidades sociais, 4) garantias de transparência e 5) segurança protetora. Nesse sentido irei pontuar, mais à frente, como a cultura contribui ou pode contribuir para a conquista dessas liberdades, a partir dos elementos comuns encontradas nos instrumentos internacionais elencados anteriormente.

Por último, vale ressaltar a relação intrínseca que Amartya Sen (2010) estabelece entre liberdade, participação social, democracia e desenvolvimento. Em síntese, por um lado, o exercício das liberdades políticas permite aos indivíduos participem das decisões públicas, o que fortalece os processos democráticos e, conseqüentemente, melhor adequação das escolhas às necessidades dos indivíduos, escolhas essas baseadas em um conjunto de valores socialmente definidos.

Por outro lado, um melhor nível de desenvolvimento permite a focalização das políticas e dos processos democráticos nas reais necessidades da população, bem como possibilita o desenvolvimento das capacidades dos indivíduos e, conseqüentemente, impacta positivamente a qualidade da participação social e a eliminação das privações de liberdade. Vale ressaltar aqui que o conceito de capacidade está relacionado ao de oportunidade, ou seja, um indivíduo só é capaz de fazer ou ser algo (ou atingir uma realização) se a ele for dada a oportunidade de fazê-lo ou sê-lo (PINHEIRO, 2012, p. 16) – o que novamente nos remete à questão do acesso em sentido amplo.

Sobre a centralidade da noção de democracia no pensamento de Amartya Sen, vale citar:

Pela via do desenvolvimento com liberdade, o autor [Amartya Sen] incorpora, com profundidade ímpar no pensamento social contemporâneo, as diferentes perspectivas e modos de vida existentes nas sociedades na composição da multifacetada equação do desenvolvimento (ou, da perspectiva dos agentes, dos seus próprios desenvolvimentos), atribuindo, deste modo, uma centralidade inescapável à dimensão política, ou em termos mais precisos, à necessidade inescapável da democracia, tanto como meio [como a única plataforma social capaz de reverberar e equacionar em consensos – ainda que contingentes – as diversas vontades e anseios] e como finalidade do desenvolvimento – ou seja, enquanto um telos qualificante que ao tempo em que se realiza, contribui para aperfeiçoar os objetivos e os rumos do desenvolvimento. (ACCO, 2009, p. 214).

À luz dessa abordagem, partimos para a análise de alguns instrumentos internacionais que conclamam a cultura como elemento constitutivo do desenvolvimento e apontam os principais condicionantes para o pleno exercício dos direitos culturais.

3.2. O desenvolvimento na normativa internacional sobre Cultura

Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001)

A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001) recupera os princípios da Declaração Universal de Direitos Humanos (1948) e reafirma que o exercício dos direitos culturais são condição para o pleno exercício dos direitos humanos e liberdades fundamentais, situando-os no contexto do processo de globalização. Trata-se de instrumento balizador dos direitos culturais e que lança bases para a futura adoção de Convenção específica sobre a diversidade cultural no âmbito da Unesco. No

que tange ao desenvolvimento, a declaração preconiza no seu artigo 3 que:

A diversidade cultural amplia as possibilidades de escolha que se oferecem a todos; é uma das fontes do desenvolvimento, entendido não somente em termos de crescimento econômico, mas também como meio de acesso a uma existência intelectual, afetiva, moral e espiritual satisfatória.

Agenda 21 da Cultura (2004)

A Agenda 21 da Cultura⁶ é um documento firmado por representantes de governos locais de diversas partes do mundo, preconizando “um compromisso das cidades e dos governos locais para o desenvolvimento cultural”. Reafirma os princípios da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001), caracterizando a diversidade como principal patrimônio da humanidade e afirmando que a liberdade cultural dos indivíduos é condição essencial da democracia. Propõe compromissos e recomendações relacionados com a implementação de políticas culturais e adoção de medidas voltadas para a valorização da cultura na sua relação com o território e com os espaços urbanos. Destaca-se a seguinte menção específica ao desenvolvimento:

A afirmação das culturas, assim como o conjunto das políticas que foram postas em prática para o seu reconhecimento e viabilidade, constitui um fator essencial no desenvolvimento sustentável das cidades e territórios no plano humano, econômico, político e social. O carácter central das políticas públicas de cultura é uma exigência das sociedades no mundo contemporâneo. A qualidade do desenvolvimento local requer o imbricamento entre as políticas culturais e as outras políticas públicas –sociais, econômicas, educativas, ambientais e urbanísticas.

⁶ Agenda 21 da Cultura - Foi firmada em 8 maio de 2004, em Barcelona, no IV Fórum de Autoridades Locais de Porto Alegre para a Inclusão Social, no marco do Fórum Universal das Culturas.

Convenção da Unesco sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005)

A Convenção da Unesco de 2005, comumente chamada de “Convenção da Diversidade”, versa sobre os direitos e as obrigações dos seus Estados-Parte no que se refere à formulação e implementação de políticas culturais e à adoção de medidas para a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais, entendidas como “aquelas expressões que resultam da criatividade de indivíduos, grupos e sociedades e que possuem conteúdo cultural” (art. 4). Constitui um marco legal inovador do direito internacional, na medida que reconhece que “os bens e serviços culturais comunicam identidades, valores e significados e, por isso, não podem ser considerados meras mercadorias ou bens de consumo quaisquer”, ou seja, “a cultura encontrou um lugar de destaque na agenda política a partir da preocupação com a necessidade de se humanizar a globalização” (UNESCO, *sem data*, p. 22-24)

Dentre seus objetivos, destacam-se três que se relacionam de maneira especial com abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen:

Artigo 1 – Os objetivos da presente Convenção são: [...] (b) criar condições para que as culturas floresçam e interajam livremente em benefício mútuo; [...] (f) reafirmar a importância do vínculo entre cultura e desenvolvimento para todos os países, especialmente para países em desenvolvimento, e encorajar as ações empreendidas no plano nacional e internacional para que se reconheça o autêntico valor desse vínculo; (g) reconhecer a natureza específica das atividades, bens e serviços culturais enquanto portadores de identidades, valores e significados.

As medidas preconizadas pela Convenção incluem, entre outras: medidas regulatórias; criação de oportunidades às atividades, bens e serviços culturais (para sua criação, produção, difusão, distribuição e fruição); acesso efetivo aos meios de produção, difusão e distribuição, para as indústrias culturais e os

setores informais; estímulo à criatividade, ao espírito empreendedor e à circulação. Ao estabelecer tanto medidas para a promoção quanto para a proteção das expressões culturais, a Convenção reconhece o valor da cultura enquanto promotor do desenvolvimento, ao mesmo tempo em que busca proteger as expressões culturais tradicionais (ou aquelas em risco de extinção) dos efeitos negativos do desenvolvimento desenfreado e de modelos de desenvolvimento predatórios.

A convenção dedica dois artigos específicos para explicitar a relação entre cultura e desenvolvimento: *art. 13 – Integração da Cultura no Desenvolvimento Sustentável*; e *art. 14 – Cooperação para o Desenvolvimento*. Nesses artigos, enfatiza-se a necessidade de integração da cultura nas políticas de desenvolvimento dos países e estimula a cooperação para o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza com vistas a favorecer a emergência de um setor cultural dinâmico. O enfoque da cooperação tem uma vertente econômica de fortalecimento das indústrias culturais, especificamente em países em desenvolvimento, e outra de fortalecimento das capacidades estratégicas para formulação e implementação de políticas, com ênfase na transferência de tecnologias e conhecimentos.

Por último, a Convenção pressupõe e incentiva a participação ativa da sociedade civil na proteção e na promoção da diversidade das expressões culturais, inclusive nos esforços empreendidos pelos Estados-Partes.

Carta Cultural Ibero-Americana (2006)

A Carta Cultural Ibero-Americana recupera os princípios e instrumentos preconizados na Declaração sobre a Diversidade Cultural (2001) e na Convenção da Diversidade (2005), reconhecendo e valorizando os programas de desenvolvimento cultural e reafirmando os valores da democracia, a livre criação, a plena participação dos povos na cultura, bem como a necessidade de que isso ocorra num ambiente de liberdade e justiça. Afirma

também que “o exercício e a fruição das manifestações e expressões culturais devem ser entendidos como direitos de caráter fundamental”. A Carta considera que o exercício da cultura é uma dimensão da cidadania que contribui para a coesão e a inclusão social, gerando confiança e autoestima.

O documento ainda destaca o valor estratégico da cultura na economia e sua contribuição para o desenvolvimento econômico, social e sustentável do espaço ibero-americano, mas aponta em primeiro lugar a necessidade de afirmação do valor central da cultura como base para o desenvolvimento integral do ser humano e a superação da pobreza e da desigualdade.

Dentre seus princípios, destacam-se os seguintes: *Princípio de reconhecimento e de proteção dos direitos culturais*, entendidos como direitos de caráter fundamental vinculados ao caráter integral dos direitos humanos, cujo exercício deve permitir a realização de suas capacidades criativas, o acesso, a participação e a fruição da cultura – tais direitos são a base da cidadania plena e tornam os indivíduos os protagonistas no campo cultural; *Princípio de complementaridade*, que ressalta a relação complementar entre o econômico, o social e o cultural; *Princípio de contribuição para o desenvolvimento sustentável, a coesão e a inclusão social*.

Como âmbitos de aplicação, a Carta Cultural elenca: direitos humanos; culturas tradicionais, indígenas, de afrodescendentes e de populações migrantes; criação artística e literária; indústrias culturais e criativas; direitos de autor; patrimônio cultural; educação; ambiente; ciência e tecnologia; comunicação; economia solidária; e turismo. Este amplo espectro realça o caráter transversal da cultura e suas inúmeras possibilidades de contribuir para a redução ou eliminação de diversas privações de liberdade. O estímulo à criatividade, a garantia do direito à educação básica, o fomento ao livro e à leitura, a valorização das culturas tradicionais, o acesso aos bens e serviços culturais e aos meios de produção cultural, são todos exemplos de eliminação das privações e

expansão das liberdades, refletindo os condicionantes do desenvolvimento preconizados por Amartya Sen.

Declaração de São Paulo sobre Cultura e Sustentabilidade⁷ (2012)

A Declaração de São Paulo sobre Cultura e Sustentabilidade (2012) foi assinada no âmbito das atividades preparatórias para a Conferência Rio+20, em um contexto de forte crise financeira internacional. Ancorada nos princípios elencados por todos os instrumentos analisados acima, a Declaração enfatiza no seu preâmbulo a “transversalidade e o papel da cultura na construção de uma resposta aos desafios da sustentabilidade e do desenvolvimento humano com equidade e inclusão social”, reconhecendo a diversidade cultural como condição para o desenvolvimento sustentável “em benefício das gerações atuais e futuras”.

A novidade na Declaração é que incorpora ao seu texto algumas características próprias dos países sul-americanos, como a promoção do conceito do *Bem Viver*.

Promover o conceito do “Bem Viver” (*Sumak Kawsay*, na língua quéchuá; *Sumaq Qamaña*, na língua aymará; e *Tekó Porã*, na língua guarani; entre outras) como perspectiva enriquecedora da sustentabilidade. Esta nova forma de ética cidadã, concebida a partir da articulação organizada, sustentável e dinâmica dos sistemas econômico, político, social, cultural e ambiental, tem como objetivo garantir a reprodução da vida com um horizonte intergeracional. (Art. 2).

Passa-se a reconhecer também o componente ambiental da diversidade cultural dos povos sul-americanos. A herança cultural dos povos originários abrange conhecimentos tradicionais e modos de viver próprios e maneiras peculiares de interagir com o

⁷ A Declaração de São Paulo sobre Cultura e Sustentabilidade foi assinada em 14 de abril de 2012, no âmbito da Reunião de Altas Autoridades Sul-Americanas sobre Cultura e Sustentabilidade, pelos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai.

ecossistema e com seu patrimônio material e imaterial. Dessa forma, amplia-se o conceito de desenvolvimento e defende-se a cultura como quarto pilar do desenvolvimento, “reconhecendo-a como dimensão articuladora e geradora de equilíbrio entre os três pilares até o momento reconhecidos: o econômico, o social e o ambiental”.

Após a análise dos cinco referidos instrumentos internacionais vigentes na área da cultura, pode-se concluir que os mesmos possuem seguintes traços em comum, considerando cinco categorias de liberdades instrumentais elencadas por Amartya Sen (2010):

1) liberdades políticas – os vários instrumentos enfatizam a plena realização dos direitos humanos e direitos culturais, bem como a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais, como condição para o pleno exercício da cidadania, a participação social e liberdade criativa, num ambiente democrático;

2) facilidades econômicas – o reconhecimento da dimensão econômica da cultura pressupõe o acesso aos meios de produção, difusão e distribuição de bens e serviços culturais como pré-condição para o pleno exercício da criação e da fruição. Adicionalmente, a cultura apresenta-se como importante ferramenta de geração de renda e que, portanto, movimenta a economia. O financiamento da cultura torna-se, portanto, elemento fundamental nesse processo. Tornam-se igualmente necessárias medidas de proteção da diversidade das expressões culturais, considerando, por exemplo, os efeitos negativos da globalização ou privações de liberdades aos povos e comunidades tradicionais, advindas de modelos de desenvolvimento predatório das capacidades individuais;

3) oportunidades sociais – a cultura pode contribuir para a redução das desigualdades, o combate à violência e a

redução da pobreza, constituindo-se portanto em fator com alto potencial de desenvolvimento de liberdades e eliminação de privações. Enfatiza-se o caráter transversal da cultura e sua relação com a educação, o turismo, o meio ambiente e a economia solidária, entre outras áreas. Elucida-se, ainda, a relação entre o desenvolvimento cultural e o desenvolvimento urbano, considerando as múltiplas interfaces entre os indivíduos e o ambiente das cidades, como a proteção do patrimônio, o acesso à infraestrutura cultural e aos meios de produção, distribuição e fruição locais;

4) garantias de transparência – essas garantias estão fundamentalmente ligadas ao compromisso dos direitos culturais com a liberdade de expressão, de pensamento e de criação. A criatividade só é possível de ser exercida em um ambiente de plena transparência, onde tais direitos fundamentais são assegurados;

5) segurança protetora – para proporcionar uma rede de segurança social, os instrumentos internacionais analisados defendem uma atuação decisiva do Estado enquanto formulador e implementador de políticas culturais inclusivas, garantindo o respeito às minorias de exercerem seus direitos culturais, bem como a proteção dos conhecimentos tradicionais como forma de garantir a manutenção do bem estar para gerações presentes e futuras.

Esses são apenas alguns dos elementos essenciais que estão presentes nos documentos analisados, mas que demonstram uma relação complementar entre os instrumentos, nos quais o desenvolvimento aparece como elemento comum que vai adquirindo novas características no decorrer do tempo e de acordo com o contexto histórico, político e econômico de sua época. Analisar esse processo era o propósito desta reflexão.

3.3. Desenvolvimento e pós-desenvolvimento na América do Sul

É preciso atentar, entretanto, que em suas distintas elaborações teóricas, o discurso do desenvolvimento evoca traços que são próprios do pensamento da cultura ocidental. Mas há autores – como José de Souza Silva e Arturo Escobar – que, convencidos da percepção etnocêntrica de Ocidente relacionada à ideia de desenvolvimento, propõem uma desconstrução da ideia de desenvolvimento, para uma “descolonização” do pensamento eurocêntrico hegemônico (DE SOUZA SILVA apud MARTÍNEZ e DE ANGELIS, 2013).

Rompendo com velhos paradigmas, a ânsia do desenvolvimento desenha agora caminhos plurais e heterogêneos com diferentes matizes. No Brasil, é quase lugar comum entre especialistas a obra de Amartya Sen, que quase adquire um véu aurático e de ponto de mutação sobre o tema renovando a esperança redentora do desenvolvimento – agora “como liberdade”. Além deste, são especialmente incorporados ao debate a perspectiva sobre capital social, a crítica do desenvolvimento igualado a crescimento (propagado pela noção de desenvolvimento sustentável) e os novos olhares sobre as instituições como centrais para a mudança social. [...] Menos discutidos pela ciência social brasileira, entretanto, são os pontos de vista elaborados pela antropologia do desenvolvimento e pelas perspectivas pós-estruturalista e pós-colonial sobre o assunto, quando nos anos de 1990, o diálogo crítico permitiu o aparecimento da perspectiva denominada de pós-desenvolvimento. (RADOMSKY, 2011, p. 150).

Como advertem Martínez e Angelis (2013), um modelo de desenvolvimento baseado nas especificidades culturais poderia provocar uma revisão epistemológica e um olhar de ruptura conceitual do enfoque de direitos e, em última instância, relativizar e questionar o saber institucionalizado e a percepção do desenvolvimento como meta última de toda a sociedade e a presunção de universalidade dos valores que estão presentes no modelo ocidental de desenvolvimento.

Segundo Radomsky (2011), o pós-desenvolvimento não é um programa unitário e homogêneo de pensamento, mas o que aproxima seus autores é a crítica do modelo de desenvolvimento planejado a partir de meados do século XX. Citando Gilbert Rist e Arturo Escobar como principais representantes desse movimento intelectual, Radomsky (2011) chama a atenção para as diferenças do pensamento dos dois autores. Segundo ele, o pensamento de Rist vai na direção a uma crítica histórica focada na ruína do desenvolvimento a partir das expressões de seus próprios portavozes. Nesse sentido, o ponto de partida conceitual no entendimento de Rist seria o seguinte:

“Desenvolvimento” consiste de um conjunto de práticas, às vezes aparecendo em conflito uma com outra, que requer – para a reprodução da sociedade – a transformação geral e a destruição do ambiente natural e das relações sociais. Seu objetivo é aumentar a produção de mercadorias (bens e serviços) direcionadas, pelo mecanismo da troca, para demanda efetiva. (RIST, 2008 apud RADOMSKY, 2011, p. 154)

Radomsky (2011) complementa que, para Escobar, a reflexão sobre o desenvolvimento estaria mais alinhada à crítica da modernidade, ou mais especificamente a busca por alternativas à modernidade. Por outro lado, os críticos do pós-desenvolvimento chamam a atenção para o risco de romantização e confiança excessiva que os intelectuais teriam depositado em movimentos sociais – compreendidos como “espaços em que relações efetivamente democráticas e antiautoritárias imperam” –, culpando Estados, organismos e agências de desenvolvimento e vinculando sua esperança na capacidade da sociedade civil e dos movimentos sociais de agirem como “libertadores da máquina autoritária” (STOREY, 2000 apud RADOMSKY, 2011, p. 155).

Uma outra corrente, com repercussão crescente na América do Sul, especialmente no Equador, refere-se à noção de *buén vivir* (bem-viver, em português, ou *sumak kamsay* em quéchua) como a representação do que o desenvolvimento deve(ria) ser (WALSH, 2010; ESCOBAR, 2010 apud RADOMSKY, 2011, p. 158).

Na realidade, Walsh mostra que viver bem é antes de tudo um projeto coletivo, daí o direcionamento que transmuta [quando apropriado politicamente] os atuais esforços das organizações e agências internacionais em torno do desenvolvimento humano, ou das formas ainda insistentes na dimensão material do desenvolvimento pensado como expansão tecnológica, de capital e de infraestruturas. Coletivo por princípio, interroga igualmente os aparelhos que querem criar liberdades econômicas, capacidades, oportunidade individuais e acesso a mercados como é o enaltecido projeto (liberal?) de Amartya Sen (2000). (RADOMSKY, 2011, p. 158).

Já Boaventura de Souza Santos (2006) propõe que isso seja pensado em termos de superação da modernidade ocidental a partir de uma análise da globalização como uma zona de confrontação entre projetos hegemônicos e contra-hegemônicos, na qual o “Sul” emerge como protagonista de uma globalização contra-hegemônica. Por entendemos que a globalização transporta valores culturais, torna-se importante discutir como produzir formas alternativas de ser, novas relações sociais e novas possibilidades de resistência. Em última instância, a preocupação é como fazer emergir as vozes subalternas na valorização de tradições locais e na inversão das relações de poder.

Propongo [...] como orientación epistemológica política y cultural, que nos desfamiliaricemos del Norte imperial y que aprendamos con el Sur. Mas advierto que el Sur es en sí, un producto del imperio y por eso aprender con el Sur requiere igualmente una desfamiliarización en relación al Sur imperial, es decir en relación a todo lo que en el Sur es resultado de la relación capitalista colonial. Así solo se aprende del Sur en la medida que éste se concibe como resistencia a la dominación del Norte y que se busca en él lo que no ha sido totalmente desfigurado o destruido por tal dominación. En otras palabras, solo se aprende del Sur en la medida que se contribuya a su eliminación como producto del imperio. (SANTOS, 2006, p. 44 apud MELO; MAKIUCHI, 2014, p. 73)

Para Herrlein Jr. (2014), entretanto, há também uma relação entre o conceito de “desenvolvimento como liberdade”, de

Amartya Sen, e o conceito de “desenvolvimento endógeno”, cunhado por Celso Furtado (1984 apud HERRLEIN JR., 2014). O caráter endógeno do processo de desenvolvimento corresponde à faculdade das comunidades humanas de “ordenar o processo acumulativo em função de prioridades por ela mesma definidas” (HERRLEIN JR., 2014, p. 88):

Existe uma correspondência entre o “desenvolvimento como liberdade” e o “desenvolvimento endógeno”, embora o primeiro conceito coloque a ênfase no indivíduo social e moral, enquanto o segundo, na coletividade histórica. Ambos os conceitos (pres)supõem deliberação. Enquanto Furtado (1984) enfatiza a criatividade e a invenção no desenvolvimento, atributos que se fundamentam nas capacidades culturais dos indivíduos que compõem o povo ou as elites, Sen (2000) enfatiza a liberdade individual e a construção democrática da medida social do desenvolvimento, o que recai na noção de endogeneidade. (HERRLEIN JR., 2014, p. 88).

4. Em resumo

O conceito de desenvolvimento tem sido objeto de larga discussão e reflexão acadêmica, a partir de visões críticas que apontam para a definição de alternativas aos modelos de desenvolvimento tradicionalmente preconizados pelas agências internacionais e absorvidos pelos governos de diversos países, especialmente na América do Sul.

Não é possível adotar um conceito único de desenvolvimento para a análise das políticas culturais. É necessário se valer das diferentes visões sobre o tema, sempre que possível localizando e resgatando outros conceitos presentes, como cidadania, direitos culturais, democracia, liberdade e participação. A perspectiva cultural do desenvolvimento requer um olhar transversal sobre o tema, agregando as suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural.

A partir da abordagem das capacidades humanas, de Amartya Sen (2010), foi possível identificar nos instrumentos internacionais vigentes na área da cultura a preconização de elementos essenciais para o desenvolvimento das liberdades substantivas e instrumentais, que para Sen constituem o fim e os meios do desenvolvimento. Não obstante, é importante observar as limitações dessa abordagem, especialmente em face das teorias pós-desenvolvimentistas (RADOMSKY, 2011) e dos desafios intrínsecos ao universo das políticas culturais na contemporaneidade. A implementação de iniciativas voltadas para o fortalecimento da cidadania e dos direitos culturais tende a fortalecer uma perspectiva contra-hegemônica (SANTOS, 2006; MELO; MAKIUCHI, 2014) a partir do empoderamento da sociedade civil na sua prerrogativa de participação cidadã (VARELLA, 2014).

5. Referências

ACCO, Marco Antônio de Castilhos. *Para onde vão os Estados Nacionais?* Abordagens da teoria social contemporânea sobre as pressões para a transformação dos Estados nacionais na virada para o Século XXI. (Tese de Doutorado). Campinas: 2009. 391p.

AGENDA 21 DA CULTURA (2004). Disponível em: <<http://www.agenda21culture.net/index.php/pt/documents-pt/a21-pt>>

ARGENTINA. Secretaría de Cultura. Presidencia de La Nación. *Puntos de Cultura 2012*. Buenos Aires: Secretaría de Cultura - Presidencia de La Nación, 2012. 111 p.

BAUDRILLARD, J. *Simulacros e Simulação*. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.

BAUMAN, Zygmunt. *A Cultura no mundo líquido moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. *Legisladores e Intérpretes*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

_____. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BEACH, Derek e PEDERSEN Rasmus Brun. *Process Tracing Methods: Foundations and Guidelines*. The University of Michigan Press, 2013.

BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2011.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, 2006. 49p.

_____. *Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania: Cultura Viva: Autonomia, Protagonismo e Fortalecimento Sócio-cultural para o Brasil*. Brasília: Ministério da Cultura, 2010a. 66p.

_____. (2010b). *Oito Anos de Cultura: As políticas do Ministério da Cultura de 2003 a 2010*. Brasília: Minc, 2010b. 143 p.

_____. *Articular, mobilizar, apoiar!: Cidadania e Diversidade #Retrospectiva2015*. Brasília: Ministério da Cultura, 2015. Relatório anual de atividades da SCDC/MinC. Disponível em: <<https://medium.com/@DiversidadeMinC/cidadania-e-diversidade-em-2015-8fac92fd5d4d#.3nfqgc3f7>>. Acesso em: 05 fev. 2016.

_____. *Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania*. Brasília: Minc, 2005. 63 p. Disponível em: <http://semanaculturaviva.cultura.gov.br/linhadotempo/pdf/publicacoes/SPPC/Cultura_Viva_Programa_Nacional_Cidadania_2005.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2016.

CALABRE, Lia. A problemática do desenvolvimento dentro do campo de construção de políticas culturais. In: *Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011-2014*. Brasília: Ministério da Cultura, 2012. pp. 79-101.

CARTA CULTURAL IBERO-AMERICANA (2006). Disponível em: <<http://segib.org/cumbres/files/2006/01/Carta-cultural-ibero-americana-PORT.pdf>>

CONVENÇÃO DA UNESCO SOBRE A PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE DAS EXPRESSÕES CULTURAIS (2005). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6177.htm>

COUTINHO, Carlos Nelson. *Cidadania e Modernidade*. São Paulo:

Perspectivas, 1999. pp. 41-59

DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL (2001). Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>.

Acesso em: 10 jan. 2016

DECLARAÇÃO DE SÃO PAULO SOBRE CULTURA E SUSTENTABILIDADE (2012). Disponível em:

<<http://culturasustentabilidade.blogspot.com.br/2012/06/rumo-rio-20.html>> . Acesso em: 10 jan. 2016.

FERREIRA, Juca. A centralidade da cultura no desenvolvimento. In: BARROSO, Aloísio Sérgio; SOUZA, Renildo (Orgs.). *Desenvolvimento: ideias para um projeto nacional*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2010. p. 265-278. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/artigos/-/asset_publisher/WDHIazzLKg57/content/a-centralidade-da-cultura-no-desenvolvimento-405575/10883>. Acesso em: 23 fev. 2016.

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HERRLEIN J. R., Ronaldo. A construção de um estado democrático para o desenvolvimento no século XXI. In: GOMIDE, Alexandre de A.; PIRES, Roberto R. C. (Org.). *Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2014. pp. 83-109.

IPEA. *Cultura viva: as práticas de pontos e pontões*. Brasília, Ipea: 2011.

MACHADO, Jurema. Em busca do lugar da cultura no processo de desenvolvimento. In: *Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011-2014*. Brasília: Ministério da Cultura, 2012. pp. 78-80.

MARTÍNEZ, Irene Maciá e DE ANGELIS, Alessia. La perspectiva cultural en el discurso del desarrollo. *Revista Iberoamericana de Estudios de Desarrollo / Iberoamerican Journal of Development Studies*. Vol. 2, n. 2, 2013. pp. 86-105.

MELO, Bruno H. R. e MAKIUCHI, Maria de Fátima R.. A Lei Cultura Viva e seus significados no contexto da modernidade tardia: desafios para implementação de uma política nacional. *Revista Agenda Social (RAS)*, v. 8, n. 2, p. 70-83, 2014. Disponível em: <www.revistaagendasocial.com.br>

MENEGHETTI, Francis Kanashiro. O que é um ensaio-teórico? *Revista de Administração Contemporânea*. Curitiba, v. 15, n. 2, pp. 320-332, Mar./Abr. 2011.

PINHEIRO, Maurício Mota Saboya. As liberdades humanas como bases do desenvolvimento: uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen. *Texto para discussão n. 1794*. Rio de Janeiro: Ipea, 2012.

RADOMSKY, Guilherme F. W. Desenvolvimento, Pós-Estruturalismo e Pós-Desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de “modernidades” alternativas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*. v. 26, n. 75, p. 149-193, fev. 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Edições Afrontamento, 7ª edição, 1999.

_____. *Conocer desde el Sur. Para uma cultura política emancipatória*. Lima: Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad Mayor de San Marcos, 2006.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

UNESCO. *Dez Chaves para entender a Convenção para a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais* [adotada pela 33ª Sessão da Conferência Geral da Unesco em 2005]. Brasília: Unesco (Brochura sem data).

VARELLA, Guilherme. *Plano Nacional de Cultura: Direitos e Políticas Culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Azougue, 2014. 208 p.

PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS

Wallace Wagner Rodrigues Pantoja
Edilene Américo da Silva
Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi

Resumo: A pesquisa de políticas culturais em áreas metropolitanas demanda um exercício metodológico específico. Apresentamos os caminhos da pesquisa sobre equipamentos e programas culturais na Área Metropolitana de Brasília (AMB) em um sentido processual, evidenciando acertos, erros e recomeços, valorizando o calor da pesquisa que resultou na construção de mapas de distribuição e tendências dos referidos equipamentos e programas. Concluímos que: a) há uma precariedade na organização das informações entre os municípios componentes da AMB no que se refere às políticas culturais; b) uma forte concentração de equipamentos/programas culturais no Plano Piloto; c) A urgência de mapeamentos multitemporais para balizar planejamentos metropolitanos; d) desconcentração de programas específicos e de caráter recente; e) necessidade de diálogo para construção de metodologias mais sofisticadas e engajadas no tema.

Palavras-chave: Metodologia de pesquisa. Área Metropolitana de Brasília. Políticas Culturais.

1. Introdução

Este artigo apresenta o percurso metodológico desenvolvido no projeto Programas e Políticas Culturais na Área Metropolitana

de Brasília (AMB), uma contribuição ao debate acadêmico, aos interessados no tema e mesmo integrantes de órgãos públicos da área, explicitando o engajamento corpóreo dos pesquisadores como comunicabilidade de um percurso em construção.

O caráter é descritivo e exploratório ao levantar, sistematizar e cartografar os programas e políticas públicas de cultura implementados na AMB. Integra o projeto *Observatório de Políticas Públicas Culturais* (OPCULT)¹. Faremos uma breve conceituação dos aspectos relacionados à pesquisa e apresentaremos o caminho metodológico proposto. Destacaremos dois dos mapas produzidos, explanando as potencialidades de análise. As considerações finais sintetizam o conjunto, encaminhando para os desdobramentos de pesquisas tendo em vista este percurso que, em si, não é inédito, mas traz desafios pouco destacados quando só temos o "produto final", sem o processo que o consubstanciou, o que alguns chamam de *a cozinha de pesquisa*.

2. Cultura, políticas públicas e Área Metropolitana de Brasília: conceituação necessária

Partimos da política pública cultural em sua dimensão sociológica, pois, segundo Botelho (2001), nessa dimensão a cultura não se constitui no plano cotidiano do indivíduo, mas sim em âmbito especializado. É uma produção elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão. Refere-se a um conjunto diversificado de demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas, tendo, portanto, visibilidade em si própria.

¹ O Observatório é uma cooperação entre a Universidade de Brasília, via PPGDSCI/CEAM e a Secretaria de Cidadania, Diversidade e Gestão Cultural – SCDC-MinC). Cf. <http://www.opcult.unb.br>.

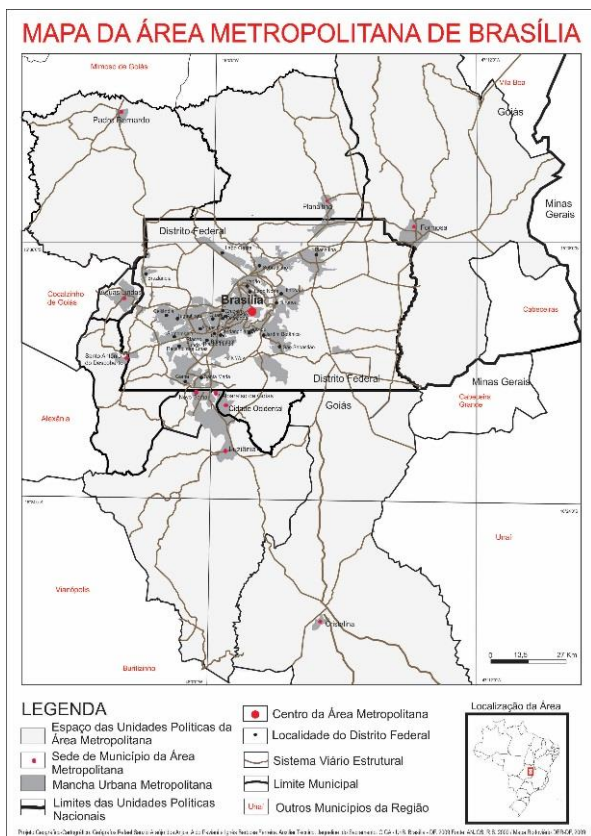
Essa produção compõe um universo que gera (ou interfere em) um circuito organizacional, cuja complexidade faz dela, geralmente, o foco de atenção das políticas culturais, deixando o plano antropológico² relegado ao discurso. E as políticas públicas culturais na AMB têm gênese em um universo institucionalizado em âmbito federal, estadual ou municipal.

2.1. Área Metropolitana de Brasília

Com a inauguração de Brasília, o adensamento populacional passou a ocorrer no interior do Distrito Federal e nas cidades adjacentes, processo intensificado no início da década de 1970 com a consolidação da transferência da Capital. A expansão dessa área ocorreu de forma polinucleada e esparsa no território no Distrito Federal, perpassando seus limites político-administrativos e abrangendo um espaço de influência direta em municípios do estado de Goiás (MIRAGAYA apud PAVIANI, 2010). Na década de “1970 tinha-se aproximadamente 100 mil habitantes [...] e alcançou 1,07 milhão de residentes urbanos, em 2013, que somados à população rural, atingiu um total de 1,13 milhão de habitantes” (MIRAGAYA, 2010, p. 24).

² Para Botelho (2001) a dimensão antropológica da cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir; constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas.

Mapa 1: Mapa da Área Metropolitana de Brasília



Fonte: PAVIANI, A. et. all. (2010). Projeto geográfico-cartográfico de: ANJOS, R. S. A.; PAVIANI, A.; FERREIRA, I. B.; produto cartográfico gentilmente cedido pelo Prof. Dr. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos (CIGA/UNB).

Porém, foi o ano de 1980 que o autor considera como marco no processo de conformação do espaço metropolitano de Brasília, pois houve considerável crescimento demográfico, 200 mil habitantes, nos municípios imediatamente adjacentes ao Distrito

Federal. Estudos realizados pela CODEPLAN e Núcleo de Estudos Urbanos (NEUR/UnB) identificaram os dez municípios que preenchiam os critérios³ para enquadramento em aglomeração metropolitana: Luziânia, Valparaíso de Goiás, Novo Gama, Cidade Ocidental, Santo Antônio do Descoberto, Águas Lindas de Goiás, Planaltina, Formosa, Padre Bernardo e Alexânia conforme indicado no Mapa 1.

Segundo Ferreira (2010), o espaço urbano de Brasília já se estendia no território, quando nem sequer a construção do Plano Piloto estava concluída em virtude do aumento do fluxo migratório para a periferia da cidade. Esse contingente era atraído pela posição de interconexão da capital nacional e, principalmente, por sua função de capital, que lhe garantia ser um mercado urbano em potencial, devido ao porte e ao poder aquisitivo bastante elevado da população de funcionários.

A "aceleração do processo de formação" metropolitana está em íntima relação com a específica função administrativa e serviços agregados para os quais a cidade foi planejada, a maior metrópole terciária do país (PAVIANI, 2010, p. 100). O planejamento não poderia "descolar" a capital da urbanização do território (SANTOS; SILVEIRA, 2012) que, ao mesmo tempo, viabiliza a metropolização e a periferização, no caso de Brasília, são planejadas (PAVIANI, 2010).

O Quadro 1 traz a estimativa da população dos municípios goianos da AMB, conforme dados divulgados pelo IBGE. Os municípios mais populosos são aqueles limítrofes com o Distrito Federal e onde é verificado a contiguidade da mancha urbana segunda se observa no Mapa 1. Conforme a CODEPLAN (2015) a maior parte da população economicamente ativa residente nesses

³ De acordo com a pesquisa Regiões de Influência das Cidades (REGIC), realizada pelo IBGE em 2008, Brasília se apresenta como um centro polarizador e Metrópole Nacional. Hoje, são considerados 12 municípios que fazem parte da metrópole, além dos já mencionados, acrescentou-se o município de Cocalzinho de Goiás.

municípios desloca-se diariamente para trabalhar em Brasília onde consomem também outros serviços da cidade.

Quadro 1: População Total dos Municípios Goianos da AMB 2014

Nº	Município	Estimativa 2014
01	Luziânia	191.139
02	Águas Lindas de Goiás	182.526
03	Valparaíso de Goiás	150.005
04	Formosa	110.388
05	Novo Gama	104.899
06	Planaltina	86.751
07	Santo Antônio do Descoberto	69.000
08	Cidade Ocidental	62.903
09	Padre Bernardo	30.599
10	Alexânia	25.805
11	Cocalzinho de Goiás	18.871

Fonte: Estimativa populacional do IBGE 2014.

Esses municípios possuem relações de natureza metropolitana com o Distrito Federal. Tal vinculação se dá por relações socioeconômicas relevantes expressas através: do fluxo migratório; do acesso ao mercado de trabalho; e da demanda por serviços públicos nas áreas de saúde e de educação (MIRAGAYA, 2013). Mais à frente será observado que a influência de Brasília é determinante inclusive na localização das políticas públicas culturais implementadas na AMB.

2.2. Políticas Públicas Culturais

Para Botelho (2001), o universo da cultura tal como ele se apresenta do ponto de vista da elaboração de uma política pública pode ser distinguido em duas dimensões: a antropológica e a

sociológica. Na primeira, cada indivíduo ergue à sua volta, e em função de determinações de tipo diverso, pequenos mundos de sentido que lhe permitem uma relativa estabilidade. Assim, a cultura fornece aos indivíduos aquilo que é chamado por Michel de Certeau, de “equilíbrios simbólicos, contratos de compatibilidade e compromissos mais ou menos temporários” (apud BOTELHO, 2001, p. 74). Na dimensão antropológica, para que a cultura seja atingida por uma política pública, é preciso que haja uma reorganização das estruturas sociais e uma distribuição de recursos econômicos. Ou seja, de mudanças radicais, que cheguem a interferir nos estilos de vida de cada um; nível em que geralmente as transformações ocorrem de forma bem mais lenta (BOTELHO, 2001).

Já na dimensão sociológica, deixam-se de lado as construções que ocorrem no universo privado de cada um, abordando-se aquelas que, para se efetivarem, dependem de instituições, de sistemas organizados socialmente. Em outras palavras, trata-se de um circuito organizacional que estimula, por diversos meios, a produção, a circulação e o consumo de bens simbólicos, ou seja, aquilo que o senso comum entende por cultura.

Nessa dimensão há um circuito que, por ser socialmente organizado, é mais visível e palpável. Aqui é mais “fácil” planejar uma interferência e buscar resultados relativamente previsíveis. Reitera ainda, que na dimensão sociológica tem-se um universo institucionalizado, socialmente organizado sob suas próprias características; por isso ser o campo privilegiado pelas políticas culturais por possuir uma visibilidade concreta. Neste espaço, tais políticas podem ter uma ação efetiva, pois se está falando de uma dimensão que permite a elaboração de diagnósticos para atacar os problemas de maneira programada, estimar recursos e solucionar carências, através do estabelecimento de metas em curto, médio e longo prazo, por meio de estratégias diversificadas, entre as várias instâncias do poder público - esferas federal, estadual e municipal.

Souza (2006) sintetiza os principais elementos das diversas definições e modelos sobre políticas públicas: a) distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz; b) envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos; c) é abrangente e não se limita a leis e regras; d) é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados; e) embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo; f) envolve processos subsequentes, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

Política pública é o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006).

Observou-se que nas três esferas de governo há permanente intencionalidade na definição e implementação das políticas públicas de cultura desenvolvidas pelos governos à frente da gestão pública. Percebeu-se também que esses planos e os programas são políticas de governo e não de Estado, o que explica a frequente interrupção de ações sempre que se inicia um novo governo. Os avanços e prejuízos advindos com essas iniciativas serão discutidos mais à frente.

3. Movimentos do percurso metodológico da pesquisa

1º movimento: a) definição de um universo temporal para levantamento dos dados – de 2004 a 2014 e reflexão teórica sobre a AMB e Políticas Públicas; b) Acesso aos sites dos órgãos públicos – nas três esferas de governo, para consulta e levantamento preliminar de programas e ações implementadas; c) Apresentação, aos órgãos públicos, da proposta do OPCULT; d) Solicitação de

reuniões com os gestores públicos à frente dos órgãos responsáveis pela implementação das políticas.

A pretensão em trabalhar com uma década estava centrada na análise multitemporal, podendo revelar dinâmicas ainda não cartografadas e/ou discutidas, haja vista que, se a metropolização é também periferização (PAVIANI, 2010). Discutir a capacidade de integração e disseminação de políticas "menos visíveis" do que a construção de casas e asfaltamento da periferia urbana, por exemplo. Desta maneira, problematizar a complexidade da metrópole brasiliense para além de demandas percebidas como de primeira ordem o que, de saída, tende a simplificar a dinâmica da urbanização do território (SANTOS; SILVEIRA, 2012).

De imediato, percebeu-se a dificuldade extrema de sistematizar as informações dos sites oficiais, dada a incompletude ou inexistência. O que demandou um foco maior nos procedimentos *c* e *d*.

2º movimento: e) solicitação de informações aos órgãos públicos; f) apresentação do Observatório junto a órgãos públicos, bem como a solicitação de dados sobre as políticas implementadas (valores, parcerias, caráter da atividade, público envolvido, entre outros); g) avaliação das informações coletadas e tratamento das mesmas, pois estavam incompletas ou duplicadas; h) elaboração de planilhas no formato Excel para registro e organização dos dados; i) parcerias com órgãos governamentais para divulgação dos dados organizados.

A presente pesquisa é pioneira, visto que no DF e em Goiás, até o momento, não se tinha uma sistematização oficial dessas políticas e sua espacialização. Tal realização representa maior transparência, controle social e ainda que as secretarias/órgãos envolvidos sejam unânimes, discursivamente, sobre a necessidade de disponibilizar as informações, na prática, sua gestão possui inúmeros problemas: falta de equipe permanente, incompletude ou descontinuidade na coleta e tratamento dos dados, etc. O

levantamento de dados deu-se no período de campanha eleitoral (2014), dificultando o encontro com gestores municipais, do estado de Goiás e do Distrito Federal. Além disso, ocorreram constantes interrupções do diálogo em virtude da rotatividade periódica dos gestores públicos. Esse fator é agravado pelo acúmulo de pastas, como no caso da Secretaria de Cultura de Goiás, que após as últimas eleições, deixou de existir e passou a integrar a SEDUCE (Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Cultura), esse fato, por vezes, gera descompasso entre as ações e seus processos e, não raro, a ausência da memória das ações realizadas.

Dessa forma, a busca por essas informações e a subsequente dificuldade em obtê-los reforçou a convicção da necessidade premente da realização do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e do Sistema Nacional de Indicadores e Informações em Cultura (SNIIC), como sistemas fundamentais para tornar a política cultural cada vez mais participativa, democrática e transparente. Segundo Calabre (2009, p. 4):

Ao longo das décadas 1990 e 2000, no Brasil, a área da cultura volta a integrar, gradativamente, o rol das políticas públicas, ou seja, daquelas áreas que têm suas atividades integradas às do conjunto do planejamento público, o que deve ocorrer nos três níveis de governo. Entretanto pouco se avançou no sentido do acompanhamento e da avaliação das ações e políticas (estas últimas mais raras) empreendidas pelo setor público (CALABRE, 2009, p. 4).

A geração de informação sistemática não é um capricho acadêmico, mas uma centralidade para a produção de indicadores e interpretação de tendências que possam fundamentar investimentos tendo em vista uma clareza da problemática a ser enfrentadas (CALABRE, 2009), bem como parâmetros mínimos que, se não garantem a efetividade dos resultados, indicam horizontes possíveis.

Para Botelho (2001) a cultura, por sua própria natureza, solicita uma ação privilegiadamente municipal. Ou seja, a ação sociocultural é, em sua essência, ação micro que tem no município a instância administrativa mais próxima desse fazer cultural. Embora esta deva ser preocupação das políticas de todas as esferas administrativas, o distanciamento que o Estado e a Federação têm da vida efetiva do cidadão dificulta suas ações diretas (embora não as impeça). Em função de sua proximidade – indiscutivelmente maior – do viver e do fazer cotidianos dos cidadãos, os governos municipais tornam-se mais suscetíveis às demandas e pressões da população.

Entretanto, o desafio desta pesquisa é justamente concatenar estas ações ao nível dos municípios numa compreensão do sentido metropolitano na qual Brasília e seu entorno se constrói dialeticamente. Ora, na medida em que os municípios se integram num espaço metropolitano, partilhando serviços, infraestrutura, fragilidades, as políticas – inclusive as culturais – demandam a reflexão multiescalar: municipal e metropolitana, mas também estadual/distrital (GO e DF) e nacional.

Realizamos um *corpo a corpo* junto às instituições, já que os dados existem – ainda que dispersos. Porém, ficou claro que o período de uma década não seria atingido, indicativo da necessidade de trabalho exaustivo não apenas de levantamento de dados, mas criação e confirmação. Redefinimos de 2013-2014, para sistematização consistente das informações tendo em vista sua cartografia.

Outro aspecto a se destacar é o descompasso entre as instituições no que se refere a pensar na escala metropolitana. Ou seja, ainda que do ponto de vista da realidade os municípios no entorno do DF estejam integrados, do ponto de vista das ações há uma fragilidade profunda na comunicação, o que está ligado à própria concepção da prática política.

A arena política nacional, principalmente num momento de redução da presença do Estado nas políticas sociais, se torna mais e mais abstrata. Nesse sentido, ou a cultura é uma diretriz global de governo ou não poderá existir efetivamente como política específica. A área cultural, em sua dimensão antropológica, dificilmente terá meios e poderes para assumir esse desafio sozinha (BOTELHO, 2001).

A ênfase dada a esta dimensão mais complexa do problema não significa a minimização dos desafios e a relevância do que se passa na dimensão sociológica, em que o quadro institucionalizado para a produção das artes, dos espetáculos, das exposições e dos eventos de natureza variada torna as tarefas, de imediato, mais exequíveis com os recursos da própria área da cultura. Nunca será demais reiterar o quanto as duas dimensões – antropológica e sociológica – são igualmente importantes e têm questões próprias a serem tratadas de forma articulada.

3º movimento: j) restrição de um conjunto específico de políticas e programas públicos; l) necessária incorporação de dados do setor privado (equipamentos culturais); m) finalização da planilha com o georeferenciamento em programas livres; n) produção de uma série de mapas para interpretação posterior, produtos-síntese do projeto e garantia de sua continuidade.

Readaptamos as diretrizes iniciais, dada certa indefinição de algumas ações políticas, seja pela imprecisão do seu caráter cultural, seja pela integração a outras áreas e/ou secretarias, como já mencionado acima. Botelho (2001), nos alerta que:

[...] uma política cultural que defina seu universo a partir do pressuposto de que ‘cultura é tudo’ não consegue traduzir a amplitude deste discurso em mecanismos eficazes que viabilizem sua prática. Por isso mesmo, torna-se imprescindível reconhecer os limites do campo de atuação, de forma a não serem criadas ilusões e evitando que os projetos fiquem apenas no papel, reduzidos a boas intenções (BOTELHO, 2001, p. 75).

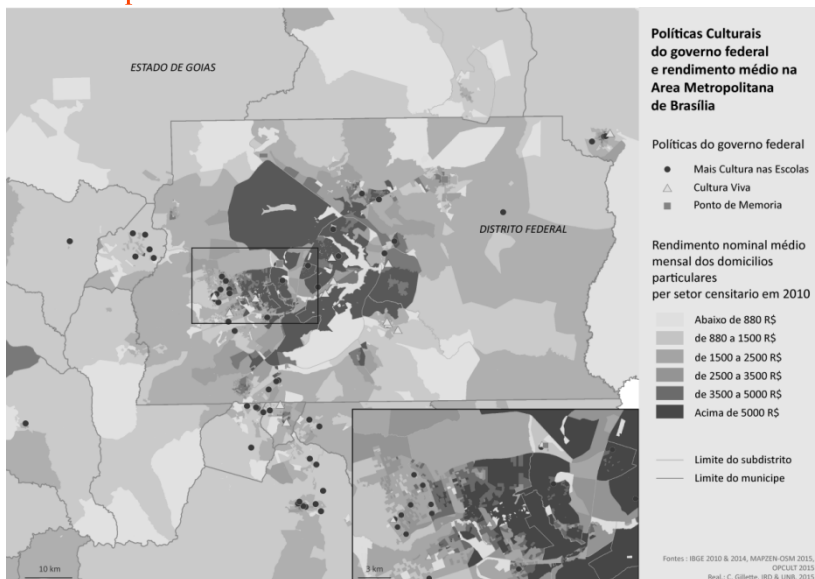
Essa recomendação não se aplica apenas às políticas, mas às pesquisas em políticas públicas culturais. Para tanto, decidimos agrupar as informações em três grandes categorias: a) política e programas federais; b) equipamentos culturais públicos e privados; c) políticas e programas estaduais/distritais. Esta sistematização resulta da integração entre múltiplas escalas, diferentes agentes e diferentes políticas públicas e, obviamente, dos limites dos dados aferidos e confirmados que conseguimos rastrear.

No caso da geração dos mapas, dois caminhos foram viáveis: a) parceria com o Ministério da Integração Nacional, junto ao Observatório de Desenvolvimento Regional (ODR), plataforma livre para produção de mapas e base informacional de várias políticas nacionais; b) para um mapeamento específico e controlável, os dados foram cartografados por Claire Gillette, do *Institut de Recherche pour le Développement* (IRD – France/Bondy) com o qual o OPCULT possui cooperação acadêmica por integrar a pesquisa: “Desenvolvimento, território e ambiente: as transformações e perspectivas na área metropolitana de Brasília” IRD/CNPq-UnB.

4. Cartografia das políticas públicas em cultura na AMB: exemplos

O potencial da cartografia é quase inesgotável, na medida em que representar a espacialização dos fenômenos implica a possibilidade de uma visão sintética e apreensão de tendências da realidade para intervenção na mesma. Obviamente, jamais podemos confundir representação com realidade mas, a partir do mapa, quando consistentemente desenvolvido, podemos apontar caminhos de interpretação e análise sobre o significado mesmo das relações sociais, neste caso, da AMB a partir das políticas culturais. Como o mapa a seguir, um de uma série desenvolvida, pode demonstrar.

Mapa 2: Políticas Culturais do Governo Federal na AMB



Elaborado por GILLETTE, C. a partir dos dados levantados por MAKIUCHI, M. F. R.; PANTOJA. W. W. R. e SILVA, E. A. (OPCULT), 2015. Os dados de renda média são referentes ao censo de 2010, já os dados dos equipamentos referem-se a 2014, o que implica um cuidado na ponderação e atualização a partir da pesquisa por amostragem de domicílio desenvolvida pela CODEPLAN, 2013.

No mapa 2, notamos a concentração de escolas atendidas pelo programa "Mais Cultura nas Escolas" no entorno imediato do Plano Piloto do Distrito Federal, mas também uma presença importante nos municípios goianos da porção oeste e sul. A ausência do programa em outros espaços importantes da metrópole, seja no Distrito Federal, seja nos municípios goianos, pode ser explicado tanto pela demografia, afinal, a AMB é polinucleada (PAVIANI, 2010), quanto pelos critérios do programa⁴ que é uma parceria entre MEC e MinC.

⁴ A partir de 2011, os critérios para adesão da escola ao Programa Mais Educação (MEC) são: escolas estaduais ou municipais de baixo IDEB que foram contempladas com o

O programa se volta para uma territorialização das ações educativas e culturais, porém, no caso específico das áreas metropolitanas é preciso refletir sobre qual escala territorial se deve pensar o próprio programa, haja vista a vida de relações integrada e interdependente no espaço metropolitano. O que fica claro, a partir do mapa é que está ocorrendo uma disseminação programática do centro na direção leste e sul, com reduzida presença em outras áreas da metrópole. Entretanto, o mesmo programa, parece estar presente em áreas de renda mais alta e mais baixa, o que pode indicar uma tendência de otimização, porém, só possível de ser averiguada se for realizada uma pesquisa nas escolas para avaliar as práticas desenvolvidas com o aporte financeiro do programa. Os recursos tendem a variar de R\$ 20.000 a R\$ 22.000, por escola, na AMB, segundo nosso levantamento.

Importante comparar com o *Mapa 1 – Mapa da Área Metropolitana de Brasília*, dada que a concentração de escolas acompanha o padrão disperso e polinucleado da metrópole. Conjugada a centralidade da escola como difusor cultural e espaço (território?) de coexistência metropolitana, o programa assume um potencial interessante, aqui tal potencial só se realiza a partir dos projetos desenvolvidos nas escolas e o grau de autonomia da ação para criar o novo.

No Mapa 3, observa-se a concentração desses equipamentos culturais no entorno imediato do Plano Piloto no Distrito Federal e sua importante presença, embora menos expressiva, nos municípios goianos da porção norte e sul. A ausência dessas estruturas em outros pontos importante da AMB pode ser

PDE/Escola no ano em questão; escolas localizadas em territórios de vulnerabilidade social e escolas situadas em cidades com população igual ou superior a 18.844 habitantes. No Programa Mais Cultura nas Escolas os principais critérios de aprovação de projetos a serem realizados nas escolas selecionadas foram: proposição de projetos por parte das escolas devidamente inscritas; adequação das atividades aos recursos destinados; quantidade de estudantes a partir do censo escolar; satisfatória prestação de contas.

explicada pela baixa demografia, pelo baixo grau de urbanização e especialmente pela escolha política da localização.

Essa concentração de recursos e de espaços culturais, segundo a centralidade urbana que algumas cidades exercem sobre as demais, não é característica apenas de Brasília e de Goiás. Ela é recorrente em diversos municípios do país onde as estruturas encontram-se associadas às urbanidades de maior influência e com áreas mais densamente povoadas.

Notemos que a concentração das bibliotecas ocorre especialmente no Plano Piloto, no Sudeste e Sudoeste no Distrito Federal. Mas há também a importante presença delas em outros municípios goianos, por exemplo, na porção Oeste (em Águas Lindas) e ao Sul (em Valparaíso, Cidade Ocidental e Luziânia).

Os Centros de Artes de Esportes Unificados (CEUs), ainda que muito poucos, estão descentralizados na porção Nordeste da AMB (município de Formosa-GO). Observa-se ainda a presença desse equipamento na porção sul da AMB, nos município goiano de Valparaíso-GO.

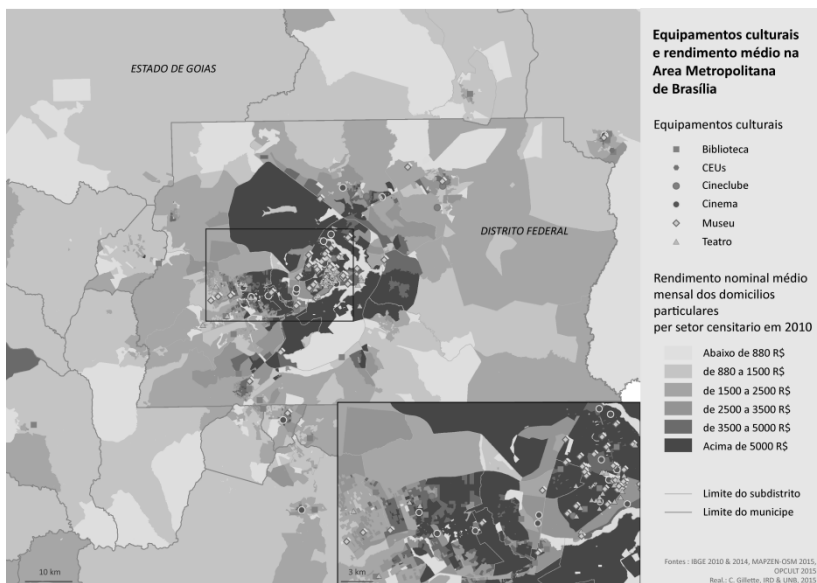
Os cineclubes e cinemas estão situados em maioria no Plano Piloto, porém é possível verificar sua presença também na porção Nordeste, no Distrito Federal, e ao Sul em Valparaíso e Luziânia, ambos no estado de Goiás.

Os museus estão majoritariamente concentrados em Brasília, mas é possível identificar a presença deles também ao Norte e Nordeste e Leste, no Distrito Federal, e ao Sul nos municípios goianos de Valparaíso e Luziânia.

No Mapa 3 é notório a concentração dos equipamentos culturais no Plano Piloto embora verifique-se também a sua dispersão, pouco expressiva, em outros municípios da AMB. Nestes destacam-se Valparaíso, Luziânia e Águas Lindas cidades goianas com maior presença dessas estruturas culturais. Denota a influência da demografia e do grau de urbanização sobre a

localização das políticas. Indica também, a necessidade da sua desconcentração espacial para os demais municípios da AMB.

Mapa 3: Equipamentos Culturais e Rendimento Médio AMB



Elaborado por GILLETTE, C. a partir dos dados levantados por MAKIUCHI, M. F. R.; PANTOJA, W. W. R. e SILVA, E. A. (OPCULT), 2015. Os dados de renda média são referentes ao censo de 2010, já os dados dos equipamentos referem-se a 2014.

Conforme destacado na parte em que foi feito da caracterização da AMB, os três municípios goianos possuem relações de natureza metropolitana com o Distrito Federal. As relações socioeconômicas podem ser notadas pelo fluxo migratório pendular de pessoas que acessam o mercado de trabalho e pelos serviços públicos nas áreas de saúde e de educação tudo isso é favorecido em virtude da proximidade geográfica e das facilidades de locomoção permitido pelas vias de acesso. Também

fica claro, a partir do Mapa 3, que está ocorrendo uma disseminação do centro nas direções norte, nordeste, leste e sul, com reduzida presença em outras áreas da metrópole.

5. Palavras finais, mas que apontam começo(s)

A exposição do percurso metodológico buscou contribuir com o entendimento das dificuldades e estratégias de ação realizadas no plano do desenvolvimento de pesquisas em políticas públicas culturais, neste caso, em áreas metropolitanas.

Um exercício não apenas desafiador quanto à coleta de dados, mas necessário se queremos construir conhecimentos mais sólidos sobre a proposição, difusão e monitoramento das políticas em cultura. Neste sentido, representar espacialmente as políticas e programas em áreas metropolitanas implica concentrar esforços para o entendimento de um aspecto, muitas vezes, "invisível" da vida de relações na metrópole. Entretanto, esta possível invisibilidade não retira a importância do fomento da diversidade e das práticas culturais que devem ser uma centralidade de governo e de Estado. Quando pensamos em espaços metropolitanos a escala da ação precisa ser repensada, tanto para sua efetivação, quanto para o monitoramento do seu impacto social e controle de recursos. É urgente entender que a metrópole não existe apenas no papel ou na infraestrutura visível, mas se ergue também através do intangível das relações que não podem ficar em segundo plano.

Os mapas apresentados apontam para processos de concentração, reduzida descentralização metropolitana de programas específicos e reforça uma tendência de negligência da periferia metropolitana, o que pode refletir não apenas a desigualdade socioespacial, mas o choque e fragilidade dialógica entre esferas governamentais diferentes, bem como entre os municípios que integram a AMB. Portanto, o percurso metodológico e os bastidores da pesquisa indicam um caminho possível para o desenvolvimento da temática e nos exige, enquanto

grupo de pesquisa, o refinamento, aprofundamento e continuidade sistemática do trabalho.

6. Referências

BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. *São Paulo em Perspectiva*, n. 15, p. 73-83 2001. Disponível em: <http://www.guiacultural.unicamp.br/sites/default/files/botelho_i_dimensoes_da_cultura_e_politicas_publicas.pdf>. Acesso em 16 out. 2014.

CALABRE, L. Políticas Públicas e Indicadores Culturais: algumas questões. In: *ENENCUT*, UFBA, 2009. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19406-1.pdf>>. Acesso em 03 abr. 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO. *Observatório do Desenvolvimento Regional – ODR*. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/observatorio-do-desenvolvimento-regional>>. Acesso em 20 nov. 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Programa Mais Cultura nas Escolas - manual de desenvolvimento de atividades*. MEC/MinC, 2015. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/1171222/manualdesenvolvimento_maisculturanasescolas_periodo+eleitoral_19-08.pdf/ecf78e5c-f9bd-4528-a427-a1c906d12c56>. Acesso em 20 abr. 2015.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL (CODEPLAN). *Observatório ODM – Distrito Federal, Área Metropolitana de Brasília, 2012*. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/area-metropolitana.html>>. Acesso em 19 out. 2014.

_____. *Delimitação do Espaço Metropolitano de Brasília (Área Metropolitana de Brasília)*. Nota Técnica Nº 1/2014. Dezembro de 2014. Disponível em <<http://www.codeplan.df.gov.br/area-metropolitana.html>>. Acesso em 02 de fev. 2015.

FERREIRA, I. Brasília: mitos e contradições na história de Brasília. pp. 23-54. In: PAVIANI, A. et. al. (Orgs.) *Brasília 50 anos: da capital à metrópole*. Brasília: EDUnB, 2010.

PAVIANI, A. *Brasília - a metrópole em crise*. Ensaios sobre urbanização. Brasília: Editora UNB, 2010.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil*. Território e Sociedade no início do século XXI. 16ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2012.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45. Jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em 15 out. 2014.

CULTURA DOS/NOS TERRITÓRIOS: ENSAIANDO A POLITIZAÇÃO DE UM DEBATE

Wallace Wagner Rodrigues Pantoja
Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi

Resumo: Com a intenção de contribuir para o debate sobre a relação entre cultura e território, o presente artigo discute os programas “Mais Cultura nas Escolas” e “Centros de Artes e Esportes Unificados” (CEUs), sob a perspectiva do uso do conceito de território no discurso oficial sobre estes programas. Para dar concretude à discussão, foi tomado como recorte territorial a Área Metropolitana de Brasília (AMB) com o intuito de inquirir sobre o(s) sentido(s) da política cultural para este território.

Palavras-chave: Cultura. Política Cultural. Território. Área Metropolitana de Brasília.

1. Introdução

As relações entre território e cultura são amplamente debatidas nas ciências humanas e sociais. Nas últimas décadas, poderíamos falar de um retorno do território (HAESBAERT, 2014), seja para decretar o seu fim (BADIE, 1996) ou tender a isto em Virílio (1996) e Castells (1999), seja para explicitar sua condição radical e inescapavelmente humana (SANTOS; SILVEIRA, 2001; HAESBAERT, 2004; SAQUET, 2007).

Conexa a esta emergência conceitual, podemos falar de um descentramento dos sentidos de território exclusivamente ligados ao Estado-Nação (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2004; SOUZA 1995, 2007), inclusive com a entrada do termo no vocabulário das políticas públicas – como o caso dos “Territórios da Cidadania”¹, entre outros. Esta multiplicação terminológica, muitas vezes, não significa um cuidado conceitual e, no caso das políticas públicas, pode levar à mistificação e/ou banalização dos territórios (SOUZA, 2008) numa busca por evitar a controvérsia ou divergência.

No plano da politização da cultura a partir do território nacional e de territórios no interior² do nacional, é preciso qualificar e problematizar não apenas o que se quer dizer por território(s), como também como as políticas culturais se inscrevem, ou mesmo pretendem “empoderar” possíveis territórios. Mais ainda, refletir sobre os limites das políticas e suas pretensões, notadamente quando as mesmas partem muito mais de um projeto-vertical do que, efetivamente, auxiliando processos de autonomia horizontal e solidária nos contextos onde se desenvolvem.

Este ensaio, portanto, mais do que definir um conjunto de diretrizes, pretende inquirir sobre o(s) sentido(s) da política cultural para os territórios em âmbito nacional. Para dar concretude à questão partiremos do um referente empírico: a Área Metropolitana de Brasília (AMB), tomando o cuidado para debater

¹ O Programa Territórios da Cidadania, criado por decreto, foi lançado pelo Governo Federal em fevereiro de 2008 com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial. O Programa conta com 120 Territórios da Cidadania que estão distribuídos nas cinco regiões brasileiras.

² A afirmação “territórios no interior do nacional” enfatiza os diversos recortes territoriais, não apenas os oficiais, que estão baseados no Brasil. Porém, não necessariamente se restringem a ele, dada a reticularidade de certos territórios ou territórios fronteiriços que transcendem o nacional (HAESBAERT, 2014).

aspectos que possam dialogar com outros contextos, sem generalizar forçosamente os mesmos.

Inicialmente iremos delimitar o que estamos chamando de política cultural e território, para daí discutir como políticas públicas e programas específicos – O Mais Cultura nas Escolas e os Centros de Artes de Esportes Unificados – estão sendo implementados nos e com os contextos socioespaciais de maneira diversa.

2. Política cultural e território, o que podem ser?

Quando se fala em políticas culturais, as esferas de ação (e seus agentes) são variadas. Porém, no Brasil, são as esferas do Estado que respondem sobremaneira pela movimentação do debate, notadamente a esfera federal. Ainda que tenhamos clareza das limitações de reduzir "política" ao "Estado", é aqui que a problemática se intensifica e onde se aprofunda grande parte das contribuições no âmbito da pesquisa no Brasil (BOTELHO, 2001; CALABRE, 2007; PAIXÃO, 2013; entre outros³).

Políticas culturais podem ser conceituadas como "um conjunto ordenado e coerente de preceitos e objetivos que orientam linhas de ações públicas mais imediatas no campo da cultura" (CALABRE, 2005). Esta conceituação é um convite ao diálogo e a problematização em contextos vívidos, na medida em que as políticas são produzidas por agentes específicos e implementadas em espaços específicos, sejam na escala do território nacional ou em outros recortes.

É interessante como as políticas culturais, nos últimos anos, se colocam mais enfaticamente como políticas territoriais no plano discursivo. Obviamente, sempre foram políticas no território em

³ Para maior conhecimento do debate, recomenda-se visitar o repositório em desenvolvimento do Observatório de Políticas Públicas Culturais (OPCULT): <http://www.opcult.unb.br/>.

sentido vago, mas agora há uma "emergência do territorial" explicitamente inscrita nos documentos balizadores. Além de carregarem o termo na própria nomenclatura, como o já mencionado Programa Territórios da Cidadania, em outras políticas públicas, vários objetivos o explicitam, como no Programa Mais Cultura nas Escolas:

[...] Promover, fortalecer e consolidar territórios educativos, valorizando o diálogo entre saberes comunitários e escolares, integrando na realidade escolar as potencialidades educativas do território em que a escola está inserida; [...] Contribuir para a ampliação do número dos agentes sociais responsáveis pela educação no território, envolvendo iniciativas culturais dos territórios nos processos educativos em curso nas escolas (PROGRAMA MAIS CULTURA NAS ESCOLAS, 2014, p. 4).

Há muitos exemplos, mas podemos questionar este uso (alguns diriam, abusivo) do termo. Seria interessante perguntar, efetivamente, o que seriam "territórios educativos"? Ou como se dá este trânsito dialógico entre "o território" e "os territórios" para a ampliação dos agentes sociais responsáveis pela educação?

Território é um conceito amplamente utilizado, inclusive nas ciências naturais (HAESBAERT, 2004). Porém, em uma perspectiva territorial humana/social, o poder surge como elemento central. Em uma definição de inspiração foucaultiana, Raffestin (1993) propõe que o território seja um construto de um ator sintagmático (que possui uma programação) sobre o espaço que controla, portanto, exercita o seu poder⁴.

⁴ Há fortes críticas ao conceito proposto por Raffestin. Haesbaert (2004) questiona esta relação de antecedência entre espaço (já dado) e território (construído pelo exercício do poder sobre o espaço) ao qual faz referência Raffestin. Sendo o território e o espaço qualitativamente diferenciados haja vista que o primeiro está centrado nas relações de poder e o segundo nas imbricações de relações: sociais, políticas, culturais, etc. Entretanto, para efeito deste ensaio evitaremos esta conflitualidade conceitual, ressaltamos que a dimensão do poder (não estritamente político) é o distintivo do território, o que é reconhecido por diversos estudiosos que se dedicam ao tema.

Essa proposta busca uma superação do entendimento do território apenas como de um Estado-Nação, para valorizar outros agentes programáticos, o que possibilita o diálogo entre as políticas culturais que parecem valorizar esta *diversidade de territórios* dentro dos marcos nacionais.

O território, além de ser um espaço construído por e a partir de relações de poder entorno de um programa (e de um ou mais agentes que o programam e o disputam), não é exclusivo de uma relação política de poder, outras dimensões humanas se imbricam no território, como a cultural, embora, para alguns autores, não seja a centralidade conceitual (SOUZA, 2009).

Interessa esta centralidade do poder – não percebido como algo simplesmente negativo, como já nos ensina Foucault (1995), mas como uma relação que se estabelece e inscreve uma positividade – na medida em que as políticas culturais, enquanto expressões programáticas dos agentes territoriais (aqui privilegiando a esfera federal) possibilitam o exercício de poder em programações que, contraditoriamente, podem explicitar tanto a *heteronomia*, assimetria nas relações de poder, quanto suscitar a *autonomia*, simetria nas relações de poder⁵ (SOUZA, 2009).

Privilegamos aqui as relações de poder político, justamente por ser a dimensão foco da discussão, mas também porque é preciso realizar um enfrentamento do sentido do político em tempos de profunda incerteza e confusão acerca desta condição humana e que transcende a gestão, indo na direção da construção de novos projetos de mundo pela via democrática (MOUFFE, 1999). A intenção é problematizar o(s) sentido(s) de determinadas políticas culturais e as relações de poder que elas viabilizam – contraditoriamente – pontes para heteronomia ou autonomia de outros territórios no interior da escala nacional.

⁵ Nossa inspiração se relaciona com o debate proposto por Souza (2009), muito embora em uma direção e a partir de um referente empírico bastante diferente do proposto pelo autor.

A política cultural se dá em espaços específicos e em escalas variadas e para que nosso debate não compactue com discussões que muitas vezes aplainam o território nacional erigindo imaginações espaciais (MASSEY, 2008) simplificadoras, tematizamos a AMB.

A AMB pode ser definida como a área de integração do Distrito Federal e 12 municípios goianos com alto grau de interconexão, uma vida de relações diárias, deslocamentos intensos de pessoas, mercadorias, serviços e informação, ainda que não seja um aglomerado contínuo, tendo ocupações descontínuas (PONTES, 2010), configura uma formação metropolitana (PAVIANI, 2010), isto é, o “Distrito Federal forma com esses municípios uma região metropolitana como outra qualquer, muito embora não seja oficialmente reconhecida como tal” (CODEPLAN, 2014).

É importante ressaltar que ao olharmos para a AMB estamos partindo do pressuposto, já discutido em pesquisa anterior⁶, de que a produção desse espaço metropolitano de Brasília, instituiu a chamada *segregação planejada*⁷, criando a periferização da população.

Ainda, nos interessa agregar conhecimento sobre a questão das desigualdades sociais no território e pensar um percurso no qual se possam discutir desigualdades no acesso à cultura e à fruição cultural.

Nessa perspectiva, a AMB se constitui um espaço possível para pensar estas desigualdades, uma vez que

tem-se nas áreas centrais [...] uma população com altos níveis de renda e escolaridade, e em estágio muito avançado do processo de envelhecimento. Em contrapartida, nas áreas de mais baixa

⁶ Vasconcelos et al. Os arranjos domiciliares na Área Metropolitana de Brasília. In: Ribeiro, R. et al (eds). Brasília: transformações na ordem urbana. Observatório das Metrôpoles. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

⁷ Campos, N. A segregação planejada. In: Paviani, A. (ed). A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

renda, a população ainda apresenta uma estrutura jovem. Em termos relativos e absolutos, a população com menos de 15 anos concentra-se nessas áreas, onde se observam os mais elevados níveis de fecundidade na adolescência e de mortalidade juvenil. (VASCONCELOS & GOMES, 2015, p.170).

É ainda nesse espaço que desenvolvemos nossas pesquisas sobre “Programas e Equipamentos Culturais⁸” (PANTOJA, SILVA, MAKIUCHI, 2015), o que possibilita uma contextualização franca do debate. Entretanto, como área espacial, não é fechada – e não pode se confundir com um território unitário, entre outras razões pela fragilidade da gestão partilhada – , mas comporta relações territoriais relacionadas às políticas culturais que podem servir de pontes dialógicas para outros contextos.

Em nossa pesquisa⁹ uma série cartográfica foi produzida, representando a espacialização dos equipamentos e programas resultantes de políticas culturais tanto públicas como privadas. Além de ficar clara a forte concentração de equipamentos no Plano Piloto (ou Brasília – Região Administrativa 1 – RA-1) e entorno imediato, foi possível notar que algumas políticas públicas culturais parecem apontar para a desconcentração de equipamentos e de incentivos à produção cultural, notadamente o Programa Mais Culturas nas Escolas e o Programa CEUs das Artes – Centros de Artes e Esportes Unificados. O primeiro se destaca por um formato integrador ao processo educativo, o segundo pela construção de uma infraestrutura que comporta serviços diversificados, não só culturais.

⁸O Projeto coordenado pela Prof. Dr. Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi era intitulado “Programas e Políticas Públicas Culturais na Área Metropolitana de Brasília”, desenvolvido no período de 2014-2015.

⁹O capítulo “Percurso Metodológico da Pesquisa em Políticas Culturais” neste livro trata da metodologia de pesquisa como uma referência para estudos correlatos e apresenta outros dados relevantes da mesma.

3. A política cultural na AMB: o caso dos Programas Mais Cultura nas Escolas e os Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs)

Não pretendemos aqui avaliar cada projeto realizado no Programa Mais Cultura nas Escolas ou a agregação de intervenções nos CEUs, mas os sentidos emergentes deste encontro entre territorialização de coletivos/grupos a partir de programas que anunciam em seus objetivos um *empoderamento territorial* num contexto metropolitano como a AMB.

3.1. Programa Mais Cultura nas Escolas na AMB

O Programa Mais Cultura nas Escolas na AMB desenvolve-se em 75 escolas distribuídas conforme *Quadro 1*.

A distribuição do acesso ao programa, como explicita a tabela, repercute em quase toda a AMB, embora algumas regiões administrativas (RAs) do Distrito Federal e municípios goianos não tenham projeto financiado.

Um aspecto central a ser ressaltado é a possibilidade de valorização da escola pública como espaço da produção, acesso e desenvolvimento cultural, como problematiza Botelho (2003, p. 14):

As escolas públicas têm altíssima densidade e uma boa distribuição [para o caso estudado pela autora, São Paulo, o que é correlato na AMB], o que nos leva de imediato a considerar que o problema não deve ser a falta desses equipamentos, mas sim a deficiência de seu uso para fins culturais. Isto aponta uma questão de gestão e de qualificação de professores.

É uma das demandas antigas de movimentos sociais, professores e coletivos organizados, radicalizar o papel da escola na sua evidente relação com a diversidade espaço-cultural. O desenho do Programa Mais Cultura nas Escolas vai ao encontro deste enfrentamento, ainda que os valores para os projetos sejam

bem inferiores a de outros programas culturais, não em seu montante total (100 milhões de reais em sua primeira etapa), mas os valores disponíveis para cada escola (20 a 22 mil reais) ¹⁰.

A questão do território posta nas diretrizes do programa Mais Cultura nas Escolas (MinC), se remete ao Programa Mais Educação (MEC) e ao conceito de *território educativo* explicitado em seu conteúdo programático.

Esse conceito, *território educativo*, está disperso num discurso amplo, sem restrições limitadoras, o que é um desafio ao seu uso como uma categoria analítica possível. No texto *Territórios Educativos para Educação Integral* deixa-se claro a ideia de que, apesar de existirem diferenças entre conceitos tais como espaço, lugar, território e ambiente, eles serão usados como sinônimos na construção do conceito de território educativo. O objetivo do texto é alcançar a ideia de que território é o lugar e as relações e redes de relações que ali existem e ali se realizam, algo próximo ao conceito de território usado de Milton Santos, citado com destaque no texto.

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, apud PDE/MEC, s/d).

A construção conceitual do território educativo procura recolocar a escola num papel central de fomentadora das ações educativas, na medida em que ela se abre à comunidade e com esta se responsabiliza pela a educação de crianças e jovens. É esta relação, escola-comunidade com a intencionalidade educadora que

¹⁰ Importante, porém, ressaltar, que há uma orientação para o estabelecimento de aprofundamento das ações entre o Programa Mais Cultura nas Escolas e outros programas já em curso, como Programa Ensino Médio Inovador, o que pode potencializar resultados e promover sinergia e amplitude das ações.

estrutura o processo de territorialização da educação, segundo os conteúdos programáticos do Programa Mais Educação.

Quadro 1: Programa Mais Cultura nas Escolas na AMB (2015)

Município/Região Administrativa	Escolas	UF	População ⁽¹⁾
Águas Lindas de Goiás	7	GO	159.378
Alexânia	1	GO	23.814
Brasília	3	DF	214.529
Brazlândia	2	DF	49.418
Ceilândia	9	DF	398.374
Cocalzinho de Goiás	2	GO	17.407
Cristalina	2	GO	46.580
SCIA/Estrutural	1	DF	25.732
Formosa	5	GO	100.085
Gama	8	DF	127.121
Guará	1	DF	112.998
Luziânia	13	GO	174.531
Novo Gama	6	GO	95.018
Paranoá	2	DF	46.527
Planaltina	2	DF	200.000
Recanto das Emas	1	DF	160.000
Riacho Fundo	1	DF	52.404
Samambaia	1	DF	193.485
Santa Maria	2	DF	123.976
São Sebastião	1	DF	100.000
Sobradinho	2	DF	85.491
Taguatinga	1	DF	221.909
Valparaíso de Goiás	2	GO	132982

Fonte: Lista de Escolas com Projetos Selecionados no “Programa Mais Cultura nas Escolas”, disponível em: <http://www.cultura.gov.br/maisculturanascolas>, acesso em 02.02.2016.(1) Para os municípios goianos foram usados dados do IBGE (Censo 2010), para as Regiões Administrativas (RAs) do Distrito Federal, a pesquisa por amostra de domicílio (CODEPLAN, PDAD, 2011).

Discursivamente, os programas Mais Educação e Mais Cultura nas Escolas procuram reposicionar a escola pública no cenário da formação cidadã, reconhecendo seu potencial para organização social e política do(s) território(s). Isso pode ser identificado nos objetivos programáticos, do Programa Mais Cultura nas Escolas que explicitam o conceito de território educativo, como já citado anteriormente.

Entretanto, esta noção de *território educativo* não permite observar as dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais das quais a relação Escola-Comunidade faz parte. Se por um lado o conceito de *território educativo* é uma construção discursiva ampla, por outro, é restrita à relação Escola-Comunidade, colocando, muitas vezes, no espaço escolar os limites desse território e a escola como centro articulador.

O programa se alinha com as iniciativas do programa Mais Educação para a promoção da educação integral e, portanto, atua nas escolas consideradas prioritárias:

escolas de baixo IDEB, inicialmente situadas em capitais e regiões metropolitanas, chegando no ano 2010 em cidades com mais de 90.000 habitantes em territórios marcados por situações de vulnerabilidade social e educacional, que requerem a convergência prioritária de políticas públicas. (SEB/MEC., 2011).

Esse aspecto, explica a dispersão espacial do Programa Mais Cultura nas Escolas e sua vocação para o combate às desigualdades instaladas no território em situação de vulnerabilidade¹¹. Ao cancelar os projetos culturais e criar instrumentos de gestão para que a escola seja um polo produtor e disseminador de cultura e diversidade cultural, o programa se qualifica como uma ação

¹¹ O conceito de vulnerabilidade tem em sua matriz estruturante duas condições institucionalizadas pelo mundo social contemporâneo, que são também a marca da modernidade atual: incerteza e risco. Essa condição de incerteza está presente em todos os espaços, mas adquire características relacionais e dinâmicas de acordo com os processos sociais, os elementos de exposição de natureza multiescalar, a sensibilidade e a adaptação. (MARANDOLA Jr & HOGAN, 2006, p. 193).

pública voltada à democracia plural. Entretanto, uma visita a alguns blogs de escolas¹² que desenvolvem o programa revela o encaminhamento dos eixos propostos¹³, notadamente “criação, circulação e difusão da produção artística” e “promoção pedagógica em espaços culturais”, os demais eixos, com alto potencial de intercâmbio metropolitano, como “tradição oral” e “residências artísticas” quase não são abordados.

É importante ressaltar que a escola tem abertura para propor o projeto, tendendo a uma relação escola-comunidade-parceiros na comunidade – o que se por um lado fortalece o sentido de pertencimento local, por outro tende a fragmentar a experimentação metropolitana e mesmo as trocas territoriais de expressões culturais, salvo exceções. Ainda, os estudantes, muitas vezes, possuem maior intercâmbio e circulação metropolitana, bem como trocas virtuais, que podem constituir redes de reciprocidade de ações entre escolas em pontos diferentes da AMB e interferências ousadas no formato dos projetos fomentados pelo programa.

Apesar desses fatores, percebe-se que a atuação das escolas e seus projetos ainda se dão de maneira isolada, sem grande intercâmbio e sinergia entre as demais escolas da AMB, participantes ou não do programa, tanto para partilhar projetos e recursos, quanto para ampliar o seu alcance e profundidade de ação pública.

¹² São poucos e com certa desatualização de informações, por exemplo: <http://integraldf.blogspot.com.br/2014/12/mais-cultura-nas-escolas-do-df.html>, acesso em 12.03.2016. Grande parte das escolas mantém páginas do Facebook, mas tendem a servir mais para postagens entre os estudantes do que dos projetos da escola, reforçando a certa ambiguidade entre pujança digital dos jovens e fragilidade comunicativa das escolas.

¹³ São nove os eixos: 1. criação, circulação e difusão da produção artística 2. cultura afro-brasileira; 3. promoção cultural e pedagógica em espaços culturais; 4. educação patrimonial; 5. tradição oral; 6. cultura digital e comunicação; 7. educação museal; 8. culturas indígenas; 9. residências artísticas para pesquisa e experimentação nas escolas.

Este poderia ser um caminho viável para dar maior concretude aos *territórios educativos*, articulando educação e cultura na metrópole o que tenderia a influenciar mais fortemente as dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais desse espaço metropolitano. A escola seria um dos centros possíveis de produção e disseminação de conhecimentos e saberes locais, e fortalecimento das expressões da diversidade cultural, articulada com outros centros, tais como Pontos de Cultura, equipamentos culturais diversos e CEUs das Artes, por exemplo. Se o território é categoria para o desenho de uma política pública em determinada área, então é preciso que sejam mapeados tanto o território, quanto a própria área, buscando as ações, grupos, coletivos, infraestruturas, técnicas e tecnologias já instaladas. A ação pública democrática, plural e inclusiva se pautaria, antes de tudo, por colocar em movimento direcionado todos esses elementos.

Um desafio ao Programa Mais Cultura nas Escolas é apreender a diversidade metropolitana como coexistência dos múltiplos (MASSEY, 2008), indo além do padrão de apresentações culturais na escola, para uma radical criação cultural partilhada na diferença.

Apesar da valorização da autonomia dos projetos, tornando as escolas centros irradiadores de cultura, descentralizando na metrópole a possibilidade não só do acesso, mas da criação cultural, é preciso questionar uma cidadania ainda genérica e a confusão produzida pelos “territórios” (escolas?) dentro de um “território” (nacional?) que, concretamente, desconsidera o sentido de coexistência dos múltiplos e construção da cidadania na identidade e na diferença via projetos culturais na AMB.

3.2. Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs)

No caso dos Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs), o investimento é concentrado na construção de espaços

físicos que possam oferecer uma série de serviços e ambientes de ocupação comunitária, não apenas culturais.

Os *CEUs* podem ser conceituados como:

Equipamento público estatal, instalado em áreas de vulnerabilidade social, que integra atividades socioculturais, socioassistenciais, recreativas, esportivas, de formação e de qualificação. Visa à integração das políticas nacionais de cultura, esportes, assistência social, justiça e trabalho e emprego, a fim de oferecer serviços públicos dos seus respectivos sistemas nacionais, na medida da sua consolidação e da adesão por parte dos entes federados. Tem natureza cultural, recreativa, socioeducativa, esportiva, socioassistencial, tecnológica e de qualificação profissional. (MODELO DE REGIMENTO INTERNO DOS CEUS E ESTATUTO DO GRUPO GESTOR, 2014. Grifo no original).

Portanto, implicam em projetos ousados que demandam construção e manutenção específicas. Segundo a página oficial do MinC dedicada ao programa, estão em construção 357 CEUs no território nacional¹⁴. Na AMB há apenas 2 CEUs em funcionamento (Águas Lindas de Goiás e Formosa)¹⁵. Estão previstos a construção de mais sete: Ceilândia, Recanto das Emas, Águas Lindas de Goiás, Formosa, Planaltina e Valparaíso de Goiás, todos com 3.000 m² de área construída e no valor de 2 milhões e vinte mil reais¹⁶.

A arquitetura institucional e relacional dos CEUs preconiza uma gestão compartilhada e a constituição de territórios¹⁷, que se

¹⁴ <http://ceus.cultura.gov.br/>, acesso em 03.02.2016.

¹⁵ O de Águas Lindas foi inaugurado em 07/11/2014, com 3.000 m² de área construída e investimento de 2 milhões e 20 mil reais. O de Formosa foi inaugurado em 20/05/2014, com o mesmo tamanho de área construída e valor de investimento.

¹⁶ <http://ceus.cultura.gov.br/index.php/acompanhamento-das-obras>, acesso em 03.02.2016.

¹⁷ Relatório Devolutivo do Seminário Nacional de Capacitação para Gestores e Comunidades dos CEUs. Realização do Ministério da Cultura, através da Coordenação Geral de Mobilização Social e Gestão. Disponível em:

configuram como *intersectoriais* e *interministeriais* – envolvendo desde os ministérios da Educação e Cultura, passando pelo de Trabalho, Justiça e Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por exemplo.

Do ponto de vista metropolitano, a proposta evidencia a conexão em rede e articulações intersectoriais locais (MINC, 2014, p. 8), o que revela um avanço no que se refere aos equipamentos culturais e seus usos. Vale ressaltar o esforço dos CEUs em configurar um articulador dos chamados Territórios de Vivência, “[...] conceito de Dirce Koga, segundo o qual o território se configura como um elemento relacional na dinâmica do cotidiano de vida das populações e, conseqüentemente, é central para a definição de políticas sociais”¹⁸.

A rigor o conceito proposto por Koga não inova nos debates acerca do território multidimensional (político, social, cultural e natural) que é o referente básico para a vida de um dado grupo ou sociedade (HAESBAERT, 2004), a não ser pela vinculação às políticas sociais e aqui há necessidade de parametrizar o que seria um Território de Vivência:

Entende-se os Territórios de Vivência como o espaço envoltório (raio médio de 50km) aos CEUs, que apresenta-se como foco das políticas de desenvolvimento por meio da ampliação do acesso à infraestrutura cultural e do fortalecimento da economia da cultura. Uma vez que os atores e agentes ali presentes são ao mesmo tempo demandantes e produtores de serviços e bens culturais nos equipamentos culturais multiuso, configura-se grande potencial para fortalecimento da economia criativa e inclusão produtiva em áreas de vulnerabilidade social no país.

Descontando o cartesianismo (raio médio de 50 km) para realização da cartografia social (a metodologia que ancora o

<http://ceus.cultura.gov.br/images/pdfs/SeminarioCEUS2014/relatorio-devolutivo.pdf>, acesso em 02.02.2016.

¹⁸ <http://ceus.cultura.gov.br/index.php/mapeamento-dos-territorios-de-vivencia>, acesso em 03.05.2016.

mapeamento dos Territórios de Vivência¹⁹) tem alto potencial de empoderamento das próprias comunidades e afirmação de seus territórios. Entretanto, os mapas disponíveis revelam mais pontos num espaço circunscrito pelo CEU do que propriamente Territórios de Vivência em sentido largo, feito de tramas, redes, conexões, enfim, apropriação e exercício do poder partilhado na copresença e coexperiência (GIDDENS, 1989; PANTOJA, 2015). Em grande parte o que já há são configurações territoriais e espaços relacionais de grupos variados, por isso a vantagem de ter um CEU é mais para potencializar do que para “ativar” os territórios²⁰, que é o termo usado em um dos processos de implantação do CEU.

Importante ressaltar que este mapeamento é o primeiro movimento para visibilidade dos Territórios de Vivência, o que já é um avanço digno de nota,

[...] os mapeamentos dos territórios de vivência são um retrato inicial e momentâneo da comunidade, que devem ser apropriados e constantemente atualizados pela própria comunidade. Por meio dos mapas se alcança a compreensão dos arranjos e redes locais, permitindo ao Ministério da Cultura auxiliar as prefeituras e as comunidades na gestão e definição das atividades que serão promovidas nos espaços. Pretende-se assim qualificar a gestão, o uso e a programação dos equipamentos, contando com a expertise da própria comunidade e dos órgãos locais, que devem protagonizar o processo de ocupação, pois são esses os atores

¹⁹ <http://ceus.cultura.gov.br/index.php/mapeamento-dos-territorios-de-vivencia>, nota 1.

²⁰ O termo “ativação” é usado nos documentos como um passo no processo de implantação do CEU, basicamente são dois dias de vivências no espaço recém construído junto à comunidade, com oficinas, reuniões, mapeamentos sociais que fomentem a existência do CEU e desperte na comunidade do entorno uma aproximação/ocupação do espaço.

que conhecem, de fato, o território, podendo promover a melhor utilização dos espaços²¹.

O protagonismo relacional da comunidade abre o efetivo caminho para construção de um território, não o espaço físico em si. Claro que a materialização em forma de infraestrutura é importante como convergência de ações e expressões, mas são as relações – de poder, importante ressaltar – que vão dar concretude ao território (SOUZA, 1995; 2007) e mesmo o sentido de vivência pretendido.

Portanto, a cartografia social, no limite, deve ser produção da própria comunidade, de seus interesses, ter o poder para definir o que cartografar, como e por quê? Nos mapas disponíveis, embora se destaque a participação da comunidade, o que temos é uma padronização, talvez para facilitar a consulta, mas que acaba por fragilizar o sentido próprio de uma cartografia socialmente apropriada de um território diferenciado de vivência na metrópole.

Soma-se a este protagonismo, a necessária descentralização das políticas setoriais preconizado pelo Programa CEUs, promovendo uma gestão compartilhada entre membros da comunidade, de movimentos sociais organizados e entes municipais, sendo que a responsabilidade pela manutenção do espaço físico é do município (ANEXO I – Termo de Referência..., 2015, p. 3²²).

Em se tratando de AMB, talvez a experiência dos CEUs, possa significar um rompimento de um ordenamento geopolítico fragmentário tendo em vista mapeamentos de territórios mais fluidos, mais condizentes com a vida cotidiana metropolitana e atentos ao compartilhamento de demandas, criações, serviços e

²¹ <http://ceus.cultura.gov.br/index.php/mapeamento-dos-territorios-de-vivencia/maptecidos-socioculturais>, acesso em 03.05.2016.

²² Anexo I – Termo de referência para a realização da meta de mobilização social para a ocupação em formação artística e cultural do Programa Centro de Artes e Esportes Unificados – Praças CEUs. Integrante da Portaria nº 108, de 27 de outubro de 2015.

trocas culturais para além do estrito limite municipal. Porém, isto não se dará sem efetiva apropriação do território para além dos CEUs, usando este como catalizador de ações comunitárias e parcerias estratégicas de fruição cultural metropolitana, o que supõe duração! Haja vista, que:

Não existe relação direta de causa e efeito no campo da ação cultural, o que torna complexa a avaliação. Parte das ações interagem com o campo das mentalidades, das práticas culturais enraizadas, necessitando de um tempo mais longo para gerarem resultados visíveis. Nesse caso o grande desafio é o de criar projetos que não sejam desmontados a cada nova administração, gerando um ciclo contínuo de desperdício de recursos e de trabalho (CALABRE, 2007, p. 12).

Porém, não podemos esquecer que, concretamente, só existem dois CEUs em toda a AMB e a sua *territorialização* ainda precisa ser compreendida, haja vista que o conceito de território é complexo e mais polissêmico do que o refletido em políticas públicas (HAESBAERT, 2014), o que pode – e muitas vezes promove – a banalização da categoria, que não é apenas do pensamento, mas da prática.

Sendo um espaço público de uso diversificado pode tanto polarizar ações de afirmação e diferenciação com amplo alcance (para além do estrito município) ou tender a uma padronização do uso e construção de hierarquias de poder que revelam a heteronomia que repercute o todo metropolitano, já que “na presença de uma heteronomia significativa no plano coletivo, será frequente a manipulação imbecilizante dos sentimentos de satisfação individual, como ocorre nas sociedades de consumo contemporâneas” (SOUZA, 2002, p. 66). Estabelecendo um modelo de acesso fragmentado, com “nichos” homogêneos (LEFEBVRE apud LENCIONI, 2010) sem coesão-na-diferença e sinergia em um território apropriado (e não meramente dominado), o avesso da proposta inicial, mas que pode debandar sem uma radicalidade dos usos, superando criativamente o modelo posto. E em tempos de contenção financeira, não apenas o Mais

Cultura nas Escolas, mas a construção dos CEUs parece comprometida.

O desafio é monumental, neste caso, e não restritivo ao programa em questão, haja vista que exige uma reflexão mesmo do sentido de cidadania como projeto identitário. Segundo Mouffe (1989, p. 120-121):

La visión de una democracia radical y plural que quiero proponer entiende la ciudadanía como una forma de identidad política que consiste en la identificación con los principios políticos de la democracia moderna pluralista, es decir, en la afirmación de la libertad y la igualdad para todos [...] Los deseos, decisiones y opciones son privados porque son responsabilidad de cada individuo, pero las realizaciones de tales deseos, decisiones y opciones son públicas, porque tienen que restringirse dentro de condiciones especificadas por una comprensión específica de los principios ética-políticos del régimen que provee la «gramática» de la conducta de los ciudadanos (MOUFFE, 1989, p. 120-121).

Portanto, Mouffe nos alerta para não cairmos em um “vácuo” de cidadania, direitos, igualdade, e liberdade meramente genéricos, mas explicitamente identificados e partilhados com os que o exercem numa identidade em sua existência – individual e coletiva – o que, inevitável e necessariamente, produzirá diferentes exercícios/entendimentos de cidadania, de modo que a cultura enquanto contexto de expressão de grupos, coletivos, não no sentido genérico liberal “para todos” – pode viabilizar a diferença com co-existência metropolitana, ao mesmo tempo que valoriza, aprofunda e ressignifica a própria cidadania e o sentido de política para os que necessitam vivê-la em seus territórios.

4. Uma conclusão como abertura de horizontes

Há uma forte concentração dos equipamentos culturais no chamado Plano Piloto de Brasília, em relação aos demais espaços que compõem a metrópole. Esta concentração, se contextualizada a partir de indicadores de mobilidade urbana, renda média e nível

de instrução, corrobora a ideia de que a produção do espaço metropolitano de Brasília é caracterizada pela segregação sócio espacial, no qual as áreas ditas periféricas possuem um maior índice de vulnerabilidade e um menor aporte de recursos públicos na forma de equipamentos e programas.

Os programas e equipamentos aqui discutidos avançam em quatro aspectos fundamentais para repensar a vida metropolitana: a) descentralização; b) valorização da escola como centro de criação cultural; c) participação cidadã via mapeamento social e gestão partilhada dos equipamentos; d) compreensão da cultura como central para vida e a criação de redes de vivências urbanas. Enfatizando que o Estado não deve ser produtor/controlador de cultura, mas garantir as condições de sua democratização (CALABRE, 2007) e apropriação diferenciada e plural.

Por outro lado, os referidos programas e equipamentos ainda falham em reconhecer-se em um espaço metropolitano, enfatizando a ordem municipal e/ou escola-comunidade do entorno, o que pode aprofundar a fragmentação do sentido da fruição do viver em Brasília. Além disso, não se pode esquecer que muito mais do que a materialidade física, são as relações construídas, as redes culturais e políticas desenvolvidas, as trocas de energia e reconhecimento mútuo para além do “entrincheiramento” que garantem a emergência de territórios que convivem na e com a diferença/diversidade, cuja ponte a cultura como contexto para o encontro pode principiar e/ou consolidar.

Desde os mapeamentos – que precisam ser aprofundados e efetivamente realizados pelos grupos e comunidades metropolitanas – até o reconhecimento da cidadania como expressão comunitária em um território de coexistência dos múltiplos numa perspectiva de criação e vivência cultural, revelam alternativas espaciais e caminhos para repensar a participação em uma perspectiva geográfica e, assim, construir um aprendizado político-espacial tendo em vista o futuro como projeto.

5. Referências

- BADIE, B. *O fim dos territórios*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- BOTELHO, I. Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública. *Espaço e Debates*, n. 43-44, 2003. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/antigo/v1/pdf/espaco_d_ebates.pdf, acesso em 12.03.2016.
- BRASIL, Ministério da Educação. *Programa Mais Cultura nas Escolas*. Manual de Desenvolvimento de atividades. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/documents/10883/1171222/manualdesenvolvimento_maisculturanasescolas_periodo+eleitoral_19-08.pdf/ecf78e5c-f9bd-4528-a427-a1c906d12c56, acesso em 02.03.2016.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA CULTURA. *CEUs – Centro de Artes e Esportes Unificados*. Modelo de Regimento Interno dos CEUs e Estatuto do Grupo Gestor, 2014 [Documentos e Referências]. Disponível em: <http://ceus.cultura.gov.br/index.php/documentos-e-referencias?layout=edit&id=9>, acesso em 03.02.2016.
- _____. *Seminário nacional de capacitação para gestores e comunidades dos CEUs*. Relatório Devolutivo. Dezembro de 2014. Disponível em: <http://ceus.cultura.gov.br/images/pdfs/SeminarioCEUS2014/relatorio-o-devolutivo.pdf>, acesso em 02.02.2016.
- _____. *Reflexões sobre o conceito, os desafios e as potencialidades do PAC da Cultura*. Disponível em: <http://ceus.cultura.gov.br/index.php/detalhes-noticias/78-texto-traz-reflexoes-sobre-conceito-desafios-e-potencialidades-do-pac-da-cultura>, acesso em 15.05.2016.
- BRASIL, *Censo 2010*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>, acesso em 12.03.2016.
- BRASÍLIA, *Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio 2010-2011*. CODEPLAN, 2011. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/Pesquisas%20Socioecon%C3%B4micas/PDAD/2012/PDAD-DF-2011-091112.pdf>, acesso em 12.03.2016.
- CALABRE, L. Política Cultural no Brasil: um histórico. *I ENECULT*, Salvador, UFBA, 2005. Disponível em:

<http://www.cult.ufba.br/enecul2005/LiaCalabre.pdf>, acesso em 20.03.2016.

_____. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. III *ENECULT*, Salvador, UFBA, 2007. Disponível em: http://www.guiacultural.unicamp.br/sites/default/files/calabre_1_politicas_culturais_no_brasil_balanco_e_perspectivas.pdf, acesso em 20.03.2016.

CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CODEPLAN. Delimitação do Espaço Metropolitano de Brasília (Área Metropolitana de Brasília), Nota Técnica 01/2014. Disponível em: http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/desenvolvimento_regional/2014/AMB%20-%20Nota%20Tecnica%20dez2014.pdf, acesso em 12.02.2016.

GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

HAESBAERT, R. *O Mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LENCIONI, S. Redes, coesão e fragmentação do território metropolitano. *Scripta Nueva*. Barcelona, v. 14, n. 331, 2010. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-69.htm>, acesso em 12.03.2016.

MASSEY, D. *Pelo Espaço*. Por uma política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

MOUFFE, C. *El Retorno de lo político*. Comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical. Traducción de Marco Aurelio Galmarini. Barcelona: Paidós, 1999.

PAIXÃO, C. D. A. *De Vargas à Lula: os (des)usos da política cultural no Brasil*. (Tese de Doutorado), UNESP, Campus Marília, 2013, 206 f. Disponível em: <http://opcult.unb.br/index.php/repository/Teses-e-Disserta%C3%A7%C3%B5es/>, acesso em 17.04.2016.

PANTOJA, W. W. R.; SILVA, E. A.; MAKIUCHI, M. F. R. Políticas públicas em cultura na Área Metropolitana de Brasília – percurso metodológico e desafios da pesquisa. *Anais do III EBPC*, 2015.

PANTOJA, W. W. R. Educação do campo à beira da “faixa”: a (in)existência do lugar enquanto espacialização do fenômeno. In:

Geotextos, v. 11, n. 2, 2015. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/13375>, acesso em 02.03.2016.

PAVIANI, A. *Brasília – a metrópole em crise. Ensaio sobre urbanização*. Brasília: Editora UNB, 2010.

PONTES, T. F. *Avaliação da mobilidade urbana na área metropolitana de Brasília*. Brasília: UNB, 2010, 275 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Disponível em: http://repositorio.unb.br/handle/10482/7789?mode=full&submit_simple=Mostrar+item+em+formato+completo, acesso em 12.03.2016.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil. Sociedade e Território no início do século XXI*. São Paulo – Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, M. L. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SOUZA, M. L. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. [digital] São Paulo: Expressão Popular, 2009.

VIRÍLIO, P. *Velocidade e Política*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

O FINANCIAMENTO PÚBLICO DA CULTURA DO DISTRITO FEDERAL: UM OLHAR PARA OS PLANOS PLURIANUAIS 2012-2015 E 2016-2019

Cleide Vilela

Resumo: O objetivo desse artigo é compreender o papel da cultura nas políticas públicas do Distrito Federal nos planos plurianuais 2012-2015 e 2016-2019. Para isso, traçamos o cenário institucional da política pública de cultura do Distrito Federal e analisamos os programas temáticos *Cultura* (2012-2015) e *Capital Cultural* (2016-2019) com o objetivo de compreender o entendimento de cada gestão sobre as políticas públicas de cultura.

Palavras-chave: Cultura. Políticas Culturais. Financiamento da Cultura. Plano Plurianual. Distrito Federal.

1. Introdução

O plano plurianual (PPA) é um instrumento previsto na Constituição de 1988 que estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração pública para despesas de capital e relativas a programas de duração continuada. Possui vigência de quatro anos, a qual abrange o segundo ano de uma gestão até o primeiro ano do mandato subsequente.

As leis de diretrizes orçamentárias (LDO) e orçamentárias anuais (LOA) devem estar compatíveis com o que dispõe o PPA, desse modo, o plano plurianual é “concebido com evidente caráter

coordenador das despesas governamentais e o poder de subordinar a seus propósitos todas as iniciativas que não tenham sido inicialmente previstas” (GARCIA, 2012, p. 432).

Apesar de o vínculo entre o PPA e as leis orçamentárias se tornar cada vez mais tênue, o que enfraquece a base material e financeira das políticas públicas (LÚCIO et al., 2014) e, também, por apresentar limitações quanto ao destaque de prioridades de cada governo, sendo de fato “uma *programação pluriannual de despesas*”, reduzindo-se ao cumprimento de disposição constitucional (GARCIA, 2012), neste artigo, parte-se do pressuposto que o plano plurianual é um documento que apresenta as principais posições de uma administração para a política pública, sendo uma importante ferramenta de planejamento que permite a criação de “mecanismos e instrumentos factíveis para o alcance de objetivos propostos e demandas prementes, refletindo tanto as possibilidades quanto as limitações postas” (LÚCIO et al., 2014, p. 155).

Portanto, pretendo analisar as diretrizes, objetivos e metas dos PPAs 2012-2015 e 2016-2019 do Distrito Federal para a área da cultura com o objetivo de compreender seu papel nas políticas públicas do DF pelas duas gestões em questão. Primeiramente, discuto a institucionalização e o conceito de políticas culturais, depois, descrevo o cenário institucional da política pública do Distrito Federal e, por fim, analiso a política pública de cultura definida pelos planos plurianuais 2012-2015 e 2016-2019 para compreender os conceitos de política cultural que norteiam esses planos.

2. Políticas culturais: algumas considerações

Mesmo havendo divergências sobre a institucionalização das políticas culturais no Ocidente, autores definem o período pós-guerra como um importante marco para sua afirmação. Aqui cabe mencionar a criação do Ministério dos Assuntos Culturais na

França (1959) e as iniciativas da Unesco para o campo. Na América Latina, o modelo de institucionalização de políticas públicas de cultura combinou com as Reformas Administrativas realizadas na década de 1960, inspiradas na aplicação de novos modelos econômicos para o desenvolvimento (MEJÍA, 2004).

As políticas culturais implementadas nesse primeiro momento foram fortemente marcadas pelo conceito de democratização cultural que “refere-se a um processo regulado pela ideia de igual acesso de todas as pessoas aos *bens culturais considerados legítimos*” (BARBOSA; FREITAS FILHO, 2015, p. 7, grifo nosso). Esse modo de fazer política cultural recebeu várias críticas, principalmente, por escolher as práticas que são válidas para o fomento da política pública, em consequência, o debate realizado na área construiu um modelo alternativo, o da democracia cultural, que atribuiria:

[igual] valor a todas as práticas culturais e o reconhecimento de que as diferentes formas de vida, saberes e linguagens artísticas podem encontrar nos espaços públicos seu lugar de expressão e diálogo (BARBOSA; FREITAS FILHO, 2015, p. 7).

A discussão sobre *democratização* e *democracia cultural* reflete-se nos conceitos elaborados de *políticas culturais*. Neste artigo, concorda-se com a definição de Canclini (1987, 1987, p. 26) em que as políticas culturais são intervenções realizadas tanto pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários com o “objetivo de orientar o desenvolvimento simbólico [e] satisfazer as necessidades culturais da população”, e devem contemplar a pluralidade dos atores e manifestações de cada sociedade¹.

No âmbito das políticas públicas, essas intervenções são realizadas por um conjunto de normas que mantêm ou modificam a realidade de um ou vários setores da vida social e produzem

¹ Essa discussão foi melhor argumentada no primeiro capítulo de minha dissertação intitulada “Instrumentos e políticas públicas de cultura: o caso dos editais do Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal no período de 2011 a 2014”.

sentidos e significados ao escolher um tipo de público, temas e territórios de ação (LABREA; BARBOSA, 2014; BOTELHO, 2001). Desse modo, as políticas culturais compõem “um universo que gere (ou interfere em) um circuito organizacional” (BOTELHO, 2001, p. 74).

Nos planos plurianuais, por demonstrarem de alguma maneira o modelo de desenvolvimento prioritário para um determinado governo, a cultura é muitas vezes reconhecida como um *recurso* de desenvolvimento econômico e social (YÚDICE, 2004). Nesse sentido, a cultura seria um componente-chave para o avanço das transformações institucionais, pois ela é portadora de “atitudes de cooperação, valores, tradições, visões da realidade” e se for ignorada, importantes capacidades aplicáveis ao desenvolvimento serão inutilizadas, se reconhecida, “pode ser muito relevante e propiciar círculos virtuosos com as outras dimensões do desenvolvimento” (KLIKSBERG, 2001, p. 115).

Na próxima seção, descrevemos como as políticas públicas de cultura estão instituídas no Distrito Federal para depois analisar os planos plurianuais. A justificativa dessa trajetória se dá por conta dos desafios que o modelo institucional do DF apresenta para os governantes e como eles respondem a esses desafios nestes planos.

3. O cenário das políticas públicas de cultura do DF

No DF, o órgão responsável pela formulação das políticas culturais é a Secretaria de Cultura (Secult), localizada no centro de Brasília, próxima da interseção dos eixos Rodoviário e Monumental, no anexo semienterrado do Teatro Nacional Cláudio Santoro, cuja cobertura sustenta a base da pirâmide do teatro. O prédio é um dos monumentos da cidade projetado por Oscar Niemeyer, parte do Conjunto Cultural da República, composto também pela Biblioteca Nacional e pelo Museu da República, equipamentos administrados pela Secretaria.

A estrutura física da Secult, disposta na Região Administrativa I (RA) – Brasília (Plano Piloto), é composta também pelo Centro Cultural Três Poderes (Museu Histórico de Brasília, Panteão da Pátria Tancredo Neves e Espaço Lucio Costa), Centro de Dança, Orquestra Sinfônica, Rádio Cultura FM, Cine Brasília, Concha Acústica, Espaço Cultural Renato Russo, Museu da Cidade, Museu de Artes de Brasília, Memorial dos Povos Indígenas, Biblioteca de Artes de Brasília e Biblioteca Pública de Brasília.

Figura 1: Localização da Secretaria de Cultura



Fonte: Google Earth.

Na RA IX Ceilândia estão localizadas a Casa do Cantador e uma biblioteca pública; no Gama, o Museu do Catetinho e uma biblioteca pública; no Núcleo Bandeirante, o Museu Vivo da História Candanga e duas bibliotecas públicas; e, em Sobradinho, uma biblioteca e o Polo de Cinema e Vídeo. A Secult ainda é responsável pela administração de duas bibliotecas públicas nas RAs Recanto das Emas, Santa Maria e Taguatinga; e de uma

biblioteca nas RAs de Águas Claras, Brazlândia, Candangolândia, Cruzeiro, Guará, Itapoã, Paranoá, Planaltina, Riacho Fundo, Riacho Fundo II, Samambaia, São Sebastião e Sobradinho II. Dez RAs não possuem nenhum equipamento cultural administrado pela Secult: Lago Sul, Lago Norte, Sudoeste/Octogonal, Varjão, Park Way, Jardim Botânico, SCIA/Estrutural, SIA, Vicente Pires e Fercal.

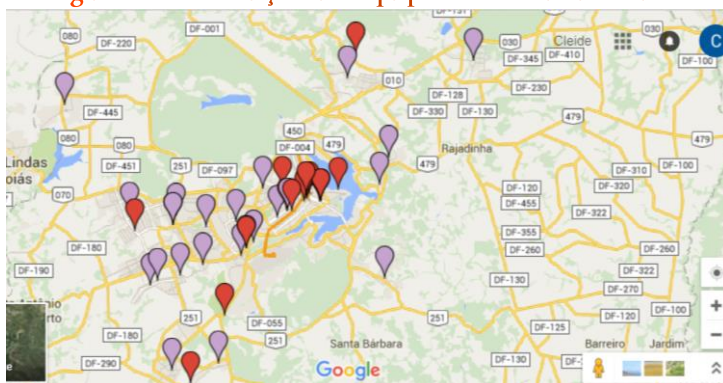
Observa-se que tanto as RAs que possuem maior renda média domiciliar² – Lago Sul (28,27 SM), seguida do Park Way (23,34 SM), Sudoeste/Octogonal (19,33 SM) e Lago Norte (18,54 SM) –, quanto as regiões de menor renda média domiciliar – Fercal (2,88 SM), Varjão (2,59 SM) e SCIA-Estrutural (1,99 SM) – estão listadas entre as RAs que não possuem equipamentos de responsabilidade da Secult. Isso pode ser reflexo de falta de políticas públicas nos locais de renda menor e de uma política de segregação nos locais de renda mais alta, em que equipamentos particulares como *shopping centers*, que também oferecem serviços culturais, podem ser considerados mais vantajosos que espaços públicos.

A *figura 2 – Distribuição dos equipamentos culturais do DF* evidencia que a maior parte dos equipamentos culturais da Secult se concentra na região central do Plano Piloto, apesar de 26 bibliotecas públicas (marcadas em lilás) estarem espalhadas por boa parte do território do Distrito Federal. Essa concentração de equipamentos confirma a configuração “socioespacial segmentada e segregada” de Brasília (PAVIANI, 2010 [1991], p. 140), em que a distância entre a cidade idealizada e as demais RAs se expressam pela distância em Km e, também, pela “distância social, econômica, política e demográfica que marcam as trajetórias das populações que aí residem” (VASCONCELOS et al., 2015, p. 182).

²Dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) 2013.

Mesmo ao considerarmos as bibliotecas públicas, elas se encontram nos “centros” (locais com comércio e com serviço de transporte) das RAs, ressaltando a característica “polinucleada” e fragmentada da cidade. Desse modo, concordamos com a posição de que os arranjos domiciliares mais empobrecidos compõem “espaços de vulnerabilidade”, em contraposição ao “espaço da modernidade”, não apenas afastados do centro de Brasília, mas também marcados “pela distribuição desigual dos equipamentos públicos do uso coletivo” que obriga um deslocamento de seu local de moradia para ter acesso à educação, lazer, cultura, esporte e postos de trabalho (VASCONCELOS et al., 2015).

Figura 2: Distribuição dos equipamentos culturais do DF



Fonte: Google Earth.

A desigualdade do acesso aos bens e serviços culturais também pode ser observada nos dados da PDAD 2013 sobre o consumo cultural do DF. A pesquisa mostra que a população consome pouca cultura em todas as RAs, porém, esse consumo é quase nulo nas RAs com índices de renda média domiciliar menores. No DF, 92,57% da população não possui o hábito de frequentar museus, na SCIA/Estrutural este percentual chega a 99,77%, no Varjão, 99,7% e, na Fercal, 99,27% da população não

vai a museus. Enquanto isso, os habitantes das RAs que mais frequentam museus moram no Sudoeste/Octogonal (34,98% afirmam frequentar), Lago Sul (27,2%) e Plano Piloto (28,74%). Ainda que o percentual dos entrevistados da PDAD que frequenta cinema seja maior do que o de todos os outros equipamentos considerados (museus, bibliotecas, teatro e shows), apenas 41,02% afirmam que possuem o hábito de ir ao cinema, e a população das RAs que mais frequenta esse espaço continua sendo a do Sudoeste/Octogonal (80,09%), seguida por Lago Sul (71,73%) e Brasília (71,38%); as RAs que não frequentam cinema também se repetem: SCIA Estrutural (88,4%), Fercal (86,8%) e Varjão (86,77%). As três regiões que mais frequentam e as que menos frequentam esses espaços culturais se repetem também na frequência de ida ao teatro e a shows e à regularidade do hábito de leitura.

Embora essa pesquisa seja um instrumento importante para avaliar a relação que os habitantes do DF possuem com a área cultural e as desigualdades no acesso aos equipamentos de cultura, ela dá muita atenção para as atividades *legitimadas* socialmente como culturais (frequência a espaços culturais) e não apresenta informações de como a população do DF usa seu tempo livre (BOTELHO; FIORE, 2004). Portanto, esses dados servem para ilustrar o pouco consumo e as desigualdades do acesso à cultura legitimada, porém, acreditamos que pesquisas dessa dimensão precisam ampliar o conceito de cultura para que a pluralidade das manifestações seja, de fato, contemplada, pois esse tipo de consumo demonstra diferenças de formação e hábitos, como exemplifica Isaura Botelho e Maurício Fiore ao usar o conceito de *habitus* de Bourdieu:

Há distinções de formação e de hábitos no tecido da vida cotidiana que têm grande incidência sobre as práticas culturais, a começar pelo fato de a cultura erudita, embora dominante no plano oficial por razões históricas e pelos valores que agrega, ser apenas uma vertente que convive com outras formas de produção e outras tradições populares, tudo bastante infiltrado pela

dimensão “industrial” e mercantil dos processos nos dias de hoje. (BOTELHO; FIORE, 2004).

Esses dados, contudo, revelam a distância das políticas públicas de cultura da população. Ao voltar nosso olhar para as competências da secretaria, é possível perceber que, embora o órgão seja responsável pela formulação e execução da política cultural, suas atribuições ainda estão majoritariamente relacionadas à difusão de hábitos culturais legitimados socialmente, por meio da criação e manutenção de equipamentos culturais e de eventos, como o Festival Brasília do Cinema Brasileiro, com pouco espaço para outras manifestações que favoreçam maior pluralidade:

Criar, manter, preservar, estimular e apoiar direta e/ou indiretamente bibliotecas, centros de ação cultural, museus, arquivos, teatros, salas de espetáculos, orquestras, coros, cinemas e outros afins relacionados à área de cultura; formular e executar a política cultural do Distrito Federal; propiciar meios de acesso à cultura, através da manutenção dos bens, espaços e instituições culturais do Distrito Federal; incentivar a produção cultural do Distrito Federal, por meio do Fundo da Arte e da Cultura (FAC); incentivar os programas de valorização e profissionalização dos artistas e técnicos do Distrito Federal; promover e incentivar festivais, seminários, temporadas e programas de intercâmbio cultural, artístico e científico; promover, apoiar e patrocinar eventos de cunho artístico e cultural da cidade e Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno; programar, coordenar, organizar, executar e fiscalizar anualmente o Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, direta ou indiretamente; adquirir, arrendar, manter ou administrar teatros, cinemas, galerias, museus, bibliotecas, orquestras, salas de espetáculos e outros espaços de apresentações culturais. (DISTRITO FEDERAL, 2000).

Portanto, esse cenário pode não colaborar para formulação e execução de políticas que favoreçam o pleno exercício dos direitos culturais, como previsto na Lei Orgânica, por meio da liberdade de expressão cultural e respeito à pluralidade; do modo de criar, fazer e viver; das criações científicas, artísticas e tecnológicas; e da difusão e circulação dos bens culturais.

Quanto à participação social, o DF possui um Conselho de Cultura criado em 1990. O conselho é composto por doze membros, sendo seis representantes do governo e os outros seis indicados pelo movimento cultural para aprovação dos nomes pelo governador. As principais atribuições do conselho são especificadas na Lei nº 111/1990: traçar as diretrizes executivas da política cultural do Distrito Federal (formalizada pela Secretaria de Cultura mediante Plano Plurianual); opinar sobre programas e planos de trabalho apresentados pelas instituições culturais para ajustá-los às propostas do Plano Plurianual; recomendar a concessão de auxílios, subvenções e financiamentos às instituições culturais, oficiais ou particulares, declaradas de utilidade pública; aprovar inscrição de pessoas físicas e/ou jurídicas no Cadastro de Entes e Agentes Culturais; desenvolver mecanismos de apoio e difusão da manifestação cultural, de preservação e fortalecimento da identidade cultural de Brasília. No entanto, a maior parte das discussões do conselho ainda estão relacionadas à avaliação de projetos culturais do Fundo de Apoio à Cultura (FAC), com pouco espaço para formulação das políticas culturais do DF.

Existem também os Conselhos Regionais de Cultura, que são vinculados tanto aos núcleos de cultura das RAs quanto ao Conselho Distrital de Cultura. Dentre suas atribuições, estão a de acompanhar a administração dos espaços culturais mantidos pelo Governo do Distrito Federal (GDF) – que possui equipamentos culturais não vinculados à Secult, mas às Administrações Regionais –, opinar sobre a realização de projetos culturais desenvolvidos com o apoio do GDF e cumprir as resoluções do Conselho. No entanto, há pouco diálogo dessas estruturas (conselhos e diretorias responsáveis pela cultura nas RAs) com a Secult.

Foram realizadas quatro conferências de cultura: 2005, 2009, 2011 e 2013. A política de financiamento à cultura é efetivada por meio de subsídios direto previstos no Fundo de Apoio à Cultura (FAC) – que fomenta projetos da área artística-cultural desde o ano 2000 e, também, pela Lei de Incentivo à Cultura (LIC), criada em

2013. O DF não possui plano de cultura, apesar de ele estar em discussão e elaboração desde a gestão 2011-2014.

4. O plano plurianual 2012-2015

O PPA 2012-2015 previa sete diretrizes gerais para o governo de Agnelo Queiroz (Partido dos Trabalhadores). O programa temático *Cultura* foi citado apenas na diretriz “propiciar uma educação pública, democrática e de qualidade para todos” (DISTRITO FEDERAL, 2011). Portanto, nota-se, de maneira geral, que a cultura é compreendida pela gestão 2011-2014 como uma estratégia para melhorar a educação pública.

O objetivo geral do programa temático *Cultura* idealizou a política cultural do período como base para um novo ciclo de desenvolvimento do Distrito Federal, por meio da promoção da cultura como direito à cidadania, *instrumento* de integração social e fator econômico relevante na sociedade do conhecimento:

Lançar as bases para um novo ciclo de desenvolvimento do Distrito Federal de forma a promover a cultura como direito da cidadania, instrumento de integração social e fator econômico relevante na sociedade do conhecimento, por meio de ações de incentivo à leitura, a preservação do patrimônio cultural e a promoções de atividades culturais (DISTRITO FEDERAL, 2011).

As políticas culturais podem ser entendidas aqui, portanto, com dimensões da ideia de democracia cultural (direito da cidadania) e, também, da cultura como um recurso (integração social e fator econômico). O documento afirma que compreende o Estado “como indutor dos processos culturais” e que a política pública de cultura é assentada no seguinte tripé: a) descentralizar a aplicação dos recursos; b) democratizar o acesso aos bens e serviços culturais; e c) reconhecer a diversidade das expressões culturais que Brasília acolhe. A partir desses três pressupostos, é possível acrescentar a concepção de políticas de democratização cultural que está implicada nessas três ideias. Portanto, o PPA

mostra três maneiras de conceber as políticas culturais num mesmo programa político.

O objetivo geral é desmembrado em três objetivos específicos: o primeiro é composto por metas para implementação da política do livro e da leitura; o segundo apoia-se na manutenção, preservação e valorização do patrimônio cultural material e imaterial; e o último se relaciona à promoção e difusão cultural.

Para a política do livro e leitura são definidas cinco metas: duas metas relacionadas à criação e manutenção de equipamentos culturais, uma à formação e qualificação de agentes de leitura e servidores da Secretaria de Cultura, uma à produção e difusão do livro e leitura e uma à ampliação de acesso à população aos espaços e atividades realizadas:

- 1) Manutenção de 100% dos equipamentos culturais que foram viabilizados; 2) Ampliação do acesso à população das regiões administrativas em percentuais de 60% quando integradas aos espaços e atividades realizadas; 3) Formação continuada a 100% dos inscritos nos Programas Mala do Livro e Agentes da leitura, bem como os funcionários terceirizados e Servidores da Secretaria de Cultura; 4) Construção de quatro complexos culturais nas cidades satélites de menor IDH no Distrito Federal; 5) Realização de uma ação, por ano das cadeias criativa, mediadora e produtiva do livro e leitura em todas as cidades do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2011).

As metas que envolvem criação e manutenção de espaços, capacitação de agentes culturais e realização de eventos possuem indicadores para avaliação e seu monitoramento: bibliotecas instaladas; bibliotecas públicas modernizadas; pontos de leitura instalados; edição de livros em formatos especiais (*braille*, audiolivro e *e-book*); agentes da Mala do Livro capacitados e qualificados; bibliotecários e auxiliares capacitados e qualificados em mediação de leitura; atividades, ações e projetos sociais de leitura apoiados; prêmio para reconhecimento às ações de incentivo às práticas sociais de leitura no Distrito Federal. No entanto, não há nenhum

indicador previsto no PPA que possa mensurar a ampliação do acesso da população a essas atividades.

O segundo objetivo é relacionado à preocupação da Secretaria de Cultura com a manutenção do patrimônio cultural da cidade, que é tombada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Esse objetivo possui seis metas:

- 1) Reforma de 80% dos Espaços Culturais da Secretaria de Cultura e dos Espaços Culturais do DF; 2) Implantação do Sistema de Museus do DF – SIM-DF e criação do comitê gestor;
- 3) Criar a Reserva Técnica Central e os Laboratórios de Restauro para a recuperação do acervo com a digitalização e catalogação das obras de arte; 4) Consolidar as Áreas de Memória em todas as cidades do DF; 5) Implantar a Educação Patrimonial nas escolas públicas do DF; 6) Construir 16 Espaços Culturais em cidades do DF e no Plano Piloto (DISTRITO FEDERAL, 2011).

Com exceção da implementação da educação patrimonial nas escolas públicas do Distrito Federal e da implantação de um Sistema de Museus com comitê gestor, todas as metas são quantificáveis e estão relacionadas com a construção ou melhoria dos espaços culturais tanto para a população quanto para pessoas que visitam Brasília como turistas. Essa relação com o turismo é evidenciada, principalmente, pela realização de grandes eventos como a Copa do Mundo em 2014.

O terceiro objetivo específico é o de promover e difundir a produção cultural no Distrito Federal, oriunda das diversas regiões brasileiras e das expressões culturais do mundo. É o único objetivo específico que prevê a utilização de recursos da Unidade Orçamentária correspondente ao Fundo de Apoio à Cultura. Suas metas estão relacionadas à realização de eventos artísticos e culturais do DF, como incentivo ao desenvolvimento da produção cultural:

- 1) Contribuir com a realização do Carnaval do DF; 2) Apoiar até 8 festivais; 3) Realizar as atividades culturais prioritárias para o

GDF; 4) Apoiar 120 ações de intercâmbio e diversos eventos artísticos. (DISTRITO FEDERAL, 2011).

Os indicadores para cumprimento dessa meta são o número de atividades e ações de valorização à cultura brasileira relacionadas à Copa de 2014, priorizadas pelo Governo do Distrito Federal e organizadas pelas RAs, de eventos religiosos, de festivais e de intercâmbios culturais.

O planejamento, desse modo, mostra que a política cultural do DF no período de 2011 a 2014 priorizou ações no intuito de transformar Brasília na “capital da leitura”, manter o patrimônio e os equipamentos culturais e realizar eventos artísticos e culturais como festivais. Percebe-se que não existem metas claras para que as políticas culturais sejam instrumento de integração social e fator econômico relevante na sociedade do desenvolvimento.

Outro ponto relevante é que não percebemos conexão entre os objetivos do programa temático com a diretriz geral a qual ele se insere. Isso pode ser reflexo de um planejamento realizado pelos órgãos responsáveis pelas políticas setoriais com pouco diálogo com o planejamento, já apontado por Garcia (2012) como uma tendência dos planos plurianuais.

5. O plano plurianual 2016-2019: capital da cultura

Uma mudança simbólica ocorrida entre o governo anterior (2011-2014) e o governo de Rodrigo Rollemberg (Partido Socialista Brasileiro – 2015-2018) foi a denominação usada para o território: anteriormente se usava Governo do Distrito Federal e nessa gestão adotou-se o termo Governo de Brasília. Popularmente, Brasília é a denominação usada para designar a área que engloba o Plano Piloto e os Lagos Sul e Norte, sendo o Distrito Federal composto pelas demais RAs.

Quanto ao PPA 2016-2019, o plano apresenta cinco macro diretrizes, e o programa temático *Capital Cultural* faz parte da

diretriz “Viver bem, direito de todos”, possuindo o objetivo estratégico de “valorizar a cultura como instrumento do desenvolvimento econômico e social” (DISTRITO FEDERAL, 2015). Nesse aspecto, a visão de cultura nesse PPA foi ampliada se comparamos com o PPA anterior, em que o programa temático estava inserido a uma macro diretriz relacionada à educação.

O objetivo geral do programa temático apresenta a uma visão de cultura próxima à ideia de democracia cultural em que a cultura é relacionada com outras dimensões mais globais da política pública como moradia, alimentação, saúde e educação e, tida como um direito, enfatizada sua pluralidade:

Incentivar, fomentar e difundir a cultura, em toda a sua diversidade, considerando-a como direito fundamental do cidadão, tão importante quanto o voto, a moradia, a alimentação, a saúde e a educação. O programa compreende a cultura em sua diversidade e sob uma perspectiva integrada, envolvendo Brasília e Entorno, com base em uma concepção que considera a cultura em suas dimensões simbólica, cidadã, artística, educativa, patrimonial e econômica, como um vetor estratégico para a inovação e o desenvolvimento do DF. (DISTRITO FEDERAL, 2015).

Portanto, o objetivo geral engloba dimensões da democracia cultural, da democratização do acesso e, por último, da cultura como recuso, um “vetor estratégico para a inovação e o desenvolvimento do DF”.

Esse objetivo é dividido em cinco objetivos específicos. O primeiro denominado “cultura para todos” está relacionado à ideia de *democratização da cultura* ao garantir o acesso de todos os cidadãos e cidadãs à fruição, à produção, à formação, à pesquisa e aos bens culturais. Nesse objetivo estão previstas ações de “levar à cultura” para regiões pouco atendidas pelas políticas públicas e também de mapeamento das expressões culturais do Distrito Federal. Este objetivo pode ser interpretado como uma consequência do terceiro objetivo específico do PPA 2012-2015 também relacionado à difusão da produção cultural do DF, porém, mais estruturado ao

prever metas de indicadores de contratações artísticas e uma plataforma de informações sobre eventos de Brasília.

O segundo objeto específico é relacionado com o patrimônio e equipamentos culturais do DF. É composto de metas para aprimoramento da gestão e manutenção das políticas para preservação de acervos e realização de inventários assim como para revitalização de seis equipamentos culturais. Metas menos ambiciosas e factíveis que as apresentadas pelo governo anterior.

A inovação no PPA do novo governo na área das políticas públicas de cultura é expressada nos objetivos 3, 4 e 5. Há um objetivo específico para o fomento das artes em que é proposta a criação da Fundação das Artes de Brasília, cuja finalidade é “implementar programas e políticas específicas para os setores de audiovisual, música, dança, teatro, circo, artes visuais, livro, leitura e literatura, linguagens interdisciplinares e outras linguagens” (DISTRITO FEDERAL, 2015). As ações de leitura e literatura, enfatizadas no PPA anterior, estão inseridas nesse objetivo.

O objetivo específico Diver-cidades trata de ações e metas que pretendem potencializar as iniciativas culturais historicamente desassistidas pelo Estado. Essas iniciativas estão relacionadas ao Projeto Cultura Viva Cidadã, inspirado no Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura, composto por uma rede de pontos e pontões. Esse objetivo é permeado da ideia de *democracia cultural*, de acordo com suas metas, o meio utilizado para implementar esse objetivo deve ser realizado por premiações a partir de editais, que podem não ser o instrumento mais adequado para esse tipo de política como abordamos em outros trabalhos (VILELA; MAKIUCHI, 2015; VILELA, 2016).

O último objetivo específico “modernização da gestão cultural” é um conjunto de intenções para implementação do Sistema Nacional de Cultura, previsto no artigo 216-A da Constituição Federal, no DF. Entre as metas destacamos: a

implementação do Sistema de Informações e Indicadores Culturais e a realização de conferência de cultura.

Percebe-se, portanto, que o PPA 2016-2019 está mais preocupado com o fortalecimento da gestão cultural e, também, mais alinhado com os programas do Ministério da Cultura. Além disso, o programa apresentou objetivos já previstos anteriormente relacionado à difusão cultural e ao patrimônio (especificidade de Brasília).

6. Considerações finais

O artigo pretendeu demonstrar o entendimento das políticas públicas de cultura a partir do planejamento plurianual de 2012-2015 e de 2016-2019, compreendendo assim dois mandatos.

Nos dois PPAs nota-se que a cultura é usada como um *recurso* do desenvolvimento econômico e social e que as políticas culturais são perpassadas pelas ideias de *democracia* e *democratização* da cultura. No entanto, as metas ainda estão mais relacionadas com políticas de democratização do acesso à cultura.

Um dado interessante é que o PPA 2016-2018 está mais alinhado com as políticas do Ministério da Cultura que o do governo anterior que era do mesmo partido do governo.

Para demais estudos, é importante salientar como os orçamentos anuais implementaram os objetivos propostos nos PPAs de modo a perceber quais foram, de fato, as metas atendidas.

7. Referências

BARBOSA, Frederico; FREITAS FILHO, Roberto. *Financiamento Cultural: uma visão de princípios*. Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

BARBOSA DA SILVA, F. A; LABREA, V. V. *Linhas gerais de um planejamento participativo para o Programa Cultura Viva*. Brasília: Ipea, 2014.

BOTELHO, Isaura. As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, n. 2, v.15, 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000200011>>. Acesso em: 04 set. 2014.

BOTELHO, I.; FIORE, M. O uso do tempo livre e as práticas culturais da Região Metropolitana de São Paulo. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 7., 2004, Coimbra. *Anais eletrônicos*. Coimbra, 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/IsauraBotelho_MauricioFiore.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2016.

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 4742 de 29 de dezembro de 2011.

_____. CODEPLAN. *Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios* (2013). Brasília: Codeplan, 2014. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/pdad/2013/Pesquisa%20PDAD-DF%202013.pdf> Acesso em: 08 fev. 2015.

GARCIA, R. C. PPA: o que não é e o que pode ser. *Boletim de Políticas Sociais: acompanhamento e análise*, n. 20. Brasília: Ipea, 2012.

KLIKSBERG, B. Capital social e cultura. Chaves esquecidas do desenvolvimento. In: _____. *Falácias e mitos do desenvolvimento social*. São Paulo: Cortez Editora, 2001. p.105-148

LÚCIO, M. L.; DAROIT, D.; BESSA, L. F. M.; MADURO-ABREU, A. Sentidos e Significados de se Planejar Estrategicamente nas Organizações Públicas - Planejamento Estratégico Sociotécnico (PLANES): análise de uma experiência. *Revista NAU Social*. Salvador, v. 5, n. 9, 2014. p. 151-160. Disponível em: <<http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/rs/article/viewArticle/456>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

MEJÍA, Juan L. ¿Derechos sin Estado? Tres momentos de la institucionalidad cultural en América Latina. *Pensar Iberoamérica Revista de Cultura*. Sevilla, n. 7, 2004. Disponível em: <<http://www.oei.es/pensariberoamerica/numero7.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2015.

BRASIL. Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988.

PAVIANI, Aldo. A construção injusta do espaço urbano. In: _____ (Org.). *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 2010 [1991]. p.131-166

VASCONCELOS, A. M. Nogales; MOURA, L. B. A.; BESSA, L. F.; LUCIO, M. L.; MAKIUCHI, M. F. R.; GOMES, M. M. F. Os arranjos domiciliares na Área Metropolitana de Brasília. In: RIBEIRO, R.; TENORIO, G.; HOLANDA, F. (Org.). *Brasília: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

VILELA, Cleide; MAKIUCHI, M^a de Fátima R. Editais: um olhar sobre o Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal no período de 2011 a 2014. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM CULTURA, 3., Crato. *Anais eletrônicos*. Crato: UFCA, 2015. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B5xa65vwjsTJUFZuX0dNOG9mV2c/view>>. Acesso em: 25 jan 2016.

VILELA, Cleide. *Instrumentos e políticas públicas de cultura: o caso dos editais do Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal 2011-2014*. 2016. 150f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

DEMOCRACIA DIGITAL E AÇÃO PÚBLICA: EXPERIÊNCIAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM REDE NAS POLÍTICAS DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL

Mayara Souza dos Reis

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo apresentar elementos para compreensão das perspectivas e dos desafios da chamada democracia digital ou *e-democracy*, estabelecendo um recorte sobre a participação social em políticas públicas. Propondo um olhar para o comportamento de atores da sociedade civil e para a relação desses com o Estado por meio da internet e dispositivos que lhe são compatíveis, o estudo explora dinâmicas de atuação em rede do segmento artístico e de produção cultural no Distrito Federal a partir da concepção de política como ação pública e de mídias digitais como instrumentos com potencial de incremento da participação civil na condução dos assuntos públicos.

Palavras-chave: Democracia digital. Participação social. Direito cultural. Ação pública. Redes sociais. Cibercultura.

1. Introdução

A articulação de atores sociais voltados à construção ou regulação de aspectos das práticas políticas tem sido um movimento corrente ao redor do mundo e, em especial, na América Latina desde a segunda metade da década de 1980 até os dias atuais. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 expandiu significativamente a concepção de cidadania e inaugurou uma nova

perspectiva sobre a relação entre Estado e sociedade civil (REIS; PEIXOTO; MAKIUCHI, 2015).

O tema participação social vem se constituindo como um dos pilares do campo de políticas públicas e, à medida que o envolvimento da sociedade civil nos assuntos públicos vem crescendo nas últimas duas décadas, algumas questões passam a receber um olhar mais atencioso de estudiosos e segmentos ligados mais diretamente à prática política, a citar o gradativo avanço dos mecanismos formais de diálogo, o surgimento de novas formas de representação e, mais recentemente, a demanda social por iniciativas que promovam o aumento da diversidade de agentes, de agências e de agendas na esfera pública e nas instâncias de decisão política (MAIA; GOMES; MARQUES, 2011).

O amadurecimento democrático brasileiro, acompanhado por mudanças nos contextos político, social, econômico e tecnológico, ofereceu as condições para a propagação de questionamentos advindos da falta de clareza quanto às intenções e aos modelos de participação nos mecanismos institucionais de diálogo com o Estado, sobretudo no que se refere ao processo de “superposição de representações” (AVRITZER, 2007) gerado pelo papel de “interlocutores” (DAGNINO, 2004) atribuído a determinados entes da sociedade civil organizada (movimentos sociais, organizações não-governamentais, conselhos gestores e outros a quem coube a expressão dos interesses difusos da sociedade).

Esse arranjo formal da participação social não poderia deixar senão lastros de tensão entre os princípios da autonomia e da eficácia política de atuação da sociedade civil “por dentro do Estado”, o que tem indicado um enfraquecimento do potencial de mudança, dado que os movimentos sociais e outros desses interlocutores da sociedade civil

passariam a atuar muito mais como demandantes de bens e serviços (e a serem assim reconhecidos), do que como atores que

oferecem à sociedade novas formas de nomeação da realidade, a partir do exercício de sua função crítica. (TATAGIBA, 2010, p. 71-72).

Se a esfera civil é o âmbito vital da comunidade política democrática e a instância que justifica e legitima a própria democracia, quando há indícios de uma “tendência autocontraditória das democracias contemporâneas” (MAIA; GOMES; MARQUES, 2011, p. 23) de reduzir a participação do cidadão à mera demanda por bens e serviços, é de se esperar iniciativas partindo da própria sociedade civil para retomada de sua soberania frente ao Estado.

As iniciativas digitais ganham força nesse contexto sobretudo pela perspectiva de inclusão diante do avanço tecnológico em todo o mundo e passam a ser reconhecidas como democraticamente relevantes se conseguem atender a propósitos como o fortalecimento da capacidade concorrencial da cidadania, a consolidação de uma sociedade de direitos e a promoção da pluralidade e da inserção das minorias nas esferas de decisão política. (MAIA; GOMES; MARQUES, 2011).

Relatório da União Internacional de Telecomunicações (UIT, 2015) aponta que entre os anos 2000 e 2015, a penetração da internet aumentou quase sete vezes, de 6,5% para 43% da população global. Em 15 anos, o número de usuários de internet passou de 400 milhões para 3,2 bilhões de pessoas e a proporção de domicílios com acesso à internet em casa avançou para quase 46%.

Desde o início dos anos 2000, a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) têm reconhecido e monitorado o que vêm chamando de *E-participation Index* – índice no qual a ONU trata especificamente da participação social através de ferramentas e dispositivos compatíveis com a internet – e *E-democracy* – no sentido mais amplo da democracia, que veio a ser

adotado pela OCDE. Ambos tentam categorizar elementos para avaliação desses objetos nos diversos países do globo.

Por esse movimento, é possível ter uma noção das potencialidades das plataformas digitais de comunicação como incremento da participação social, uma vez que ferramentas *online* se mostram capazes de organizar, armazenar e expor informação de interesse geral em larga escala para grandes contingentes de cidadãos. É comum que os estudos relacionados à democracia digital e e-participação dediquem atenção aos sites governamentais e portais oficiais na internet. Neste estudo, no entanto, propomos um olhar diferenciado a partir da movimentação política da sociedade civil entre seus atores e desses com o Estado. Acreditamos que esse modelo oferece condições mais apropriadas para análise do cenário que parece ganhar força em diversas partes do planeta, a exemplo das manifestações #VemPraRua no Brasil em 2013 ou de episódios como as Insurreições Árabes, os Indignados na Espanha e o *Occupy Wall Street*, entre 2011 e 2012. Em todos esses casos, as redes formadas ou fortalecidas em ambiente digital tiveram papel fundamental, como destaca Manuel Castells:

Embora os movimentos tenham em geral sua base no espaço urbano, mediante ocupações e manifestações de rua, sua existência contínua tem lugar no espaço livre da internet. Por serem uma rede de redes, eles podem dar-se ao luxo de não ter um centro identificável, mas ainda assim garantir as funções de coordenação, e também de deliberação, pelo inter-relacionamento de múltiplos núcleos. (CASTELLS, 2012, p. 160).

As políticas públicas de cultura no Brasil apresentam um panorama bastante ilustrativo dessa dinâmica de remodelagem dos formatos participativos e da influência da Internet na articulação das redes de atores sociais. Instituído pela Lei nº 12.343 de 02 de dezembro de 2010, o Plano Nacional de Cultura (PNC) prevê pelo menos duas metas diretamente ligadas à atuação da sociedade civil nas deliberações públicas, com destaque ao fomento de uma

plataforma digital de governança colaborativa e à realização de conferências nacionais de cultura com envolvimento de 100% das Unidades da Federação e municípios. Há todo um movimento nos canais de comunicação oficiais do Governo Federal para dar publicidade às intenções de estímulo à participação social, mas a baixa adesão à plataforma digital de governança, que permanece ainda distante da meta de 100 mil usuários prevista no PNC, tendo atingido em 2014 (última atualização¹) pouco mais de 23,6 mil usuários cadastrados, aponta as barreiras para efetivação desse diálogo.

No Distrito Federal, a atuação do segmento artístico na regulamentação das políticas públicas segue historicamente a tendência nacional, embora acrescente ainda algumas peculiaridades em termos práticos. Conforme atestam os documentos da época, na década de 1980 – antes da criação da Secretaria de Cultura do Distrito Federal (Secult), até então ligada à Secretaria de Educação –, a extinta Fundação Cultural do DF – mais tarde absorvida pela Secult –, começava a autorizar a participação de um representante da comunidade no conselho gestor da entidade.

Em 1989, a implementação do Conselho de Cultura do Distrito Federal passou a prever a participação comunitária em metade dos 12 cargos do colegiado; o conselho foi um dos responsáveis pela criação, em 1991, do Fundo de Apoio à Cultura do DF (FAC), uma proposta do Conselho de Cultura encaminhada à Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) pelos representantes do Poder Executivo à época.

¹ Em maio de 2016, houve nova atualização das metas do PNC, tendo a plataforma de governança digital registrado expressivo crescimento no ano de 2015 devido ao cadastro para eleição do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC), atingindo 82,9 mil usuários cadastrados ao fim desse período. Cabe, no entanto, observar a participação e o engajamento da sociedade civil na plataforma após a conclusão do processo eleitoral.

Em 1999, quando o Decreto nº 20.264 estabeleceu a extinção da Fundação Cultural do DF e a reestruturação da Secretaria de Cultura, a Lei Complementar nº 267 de 15 de dezembro de 1999 – reivindicada pelos segmentos sociais ligados à produção cultural – passou enfim a prever a origem dos recursos que iriam compor o FAC, vinculando-o sobretudo às dotações orçamentárias do Distrito Federal.

É também nesse ano que artistas, produtores culturais e outros integrantes do segmento começam a se organizar em torno do Fórum de Cultura do Distrito Federal, um organismo suprapartidário, sem personalidade jurídica, regimento, estrutura ou composição formais, articulado para fins de discussão, controle social e apresentação de propostas para as políticas culturais da região com a contribuição de outros atores individuais, fóruns, movimentos sociais, colegiados e demais redes.

Posteriormente, outros grupos dissidentes ou conectados a outras redes, além de atores individuais, passam a agir também em busca de uma relação direta com o Estado no desenvolvimento das políticas públicas de cultura, chamando atenção, a partir dos anos 2000, a articulação dessas redes por meio de comunidades virtuais.

Atores de influência sobre as redes em articulação nas políticas de cultura do Distrito Federal apontam que, internamente, os grupos de e-mail e os grupos vinculados à plataforma *Facebook*, do grupo *Facebook Inc*, vêm recebendo maior atenção do segmento cultural no Distrito Federal que outros espaços e *sites* de mídias sociais. Já no que se refere ao diálogo inter-redes, as *fanpages* também vinculadas à plataforma *Facebook* se mostram mais ativas que outros ambientes virtuais.

As primeiras análises desenvolvidas a partir desses mecanismos serão apresentadas a seguir com base em observação das principais redes identificadas em pesquisa *online* (FLICK, 2009) realizada por monitoramento e análise de redes em mídias sociais.

2. Fundamentação teórica

O referencial teórico deste trabalho pretende dar suporte à análise de três conceitos principais: democracia digital, ação pública e redes sociais, sendo também relevante para as experiências analisadas pontuar o que compreende-se por participação social, direito cultural e cibercultura.

Democracia digital ou *e-democracy* é entendida aqui como qualquer forma de emprego de dispositivos (computadores, celulares, *palmtops...*), aplicativos (programas) e ferramentas (fóruns, *sites*, mídias sociais) de tecnologias digitais de comunicação para suplementar, reforçar ou corrigir aspectos das práticas políticas e sociais do Estado e dos cidadãos, em benefício do teor democrático da comunidade política (MAIA; GOMES; MARQUES, 2011).

Nesse sentido, estamos explorando a cibercultura e o ciberespaço – meio no qual esse contexto emerge e se transforma – indicando alguns princípios orientadores, tais como a interconexão, o advento das comunidades virtuais e a difusão da chamada inteligência coletiva (LÉVY, 1999).

A política pública é aqui tratada dentro de uma perspectiva distinta da tradição clássica gerencialista, centrada no voluntarismo do Estado e em sua estrutura burocrática. Parte-se da compreensão de política como ação pública (LASCOUMES; LE GALÈS, 2012), abordagem na qual é entendida como um objeto complexo e dinâmico, estruturado não somente por atores e instituições, mas também por representações, processos e resultados.

O conceito de redes sociais é utilizado neste estudo não somente como categoria de análise, mas também como perspectiva metodológica na Teoria do Ator-Rede ou TAR (LATOUR, 2012). Essa compreensão conduz a um olhar dinâmico sobre os processos sociais, fundamentado na observação dos lastros

construídos mediante as interações estabelecidas, o que estamos analisando a partir de diversas técnicas de investigação social.

Partimos da premissa de que as redes de atores sociais, como conjuntos de nós interconectados, podem compreender tanto a articulação de movimentos sociais institucionalmente estabelecidos como a conexão de actantes ou grupos de actantes com interesses, referenciais ou mesmo elementos simbólicos comuns, como é o caso de parte significativa dos atores sociais elencados para viabilização deste estudo.

Por participação social, compreende-se a reivindicação do direito a ter direitos (DAGNINO, 2004a), o que implica em um processo reivindicatório de acesso aos processos políticos que estabelecem os próprios direitos, resultando na inserção dos indivíduos nas estruturas de poder que definem o contexto social. Trata-se da construção de uma nova sociabilidade que impõe um formato mais igualitário nas relações de poder entre sociedade e Estado no sentido do fortalecimento da esfera pública e dos debates nela inseridos (REIS; PEIXOTO; MAKIUCHI, 2015).

Por fim, considerando a infinidade de conceitos para o termo cultura que, em geral abordam os conhecimentos, expressões, formas e valores transmitidos entre gerações, adotamos neste estudo o conceito de direito cultural, previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos e incluído na Constituição Federal Brasileira de 1988. Sob esse aspecto, entende-se como direito cultural o “direito à identidade e à diversidade cultural (ou direito à memória ou, ainda, direito à proteção do patrimônio cultural); direito à participação na vida cultural (que inclui os direitos à livre criação, o livre acesso, à livre difusão e à livre participação nas decisões de política cultural); direito autoral; e direito/dever de cooperação cultural internacional (ou direito ao intercâmbio cultural)” (MATA MACHADO, 2011, p. 106).

3. Resultados alcançados

Com o intuito de conhecer as principais redes de atores em articulação nas políticas públicas de cultura do Distrito Federal, mapeamos por meio da plataforma *Facebook* as principais *fanpages* e grupos de discussão da região que, entre as suas postagens, abordam o tema política cultural. Além das ferramentas oferecidas pelo próprio *site*, utilizamos alguns mecanismos de busca disponibilizados para fins de monitoramento de mídias digitais, selecionando 16 expressões-chaves: “cultura df”; “cultura Brasília”; “fórum cultura df”; “fórum cultura Brasília”; “fórum df”; “fórum Brasília”; “arte df”; “arte Brasília”; “redes cultura df”; “redes cultura Brasília”; “pontos cultura df”; “pontos cultura Brasília”; “cultura df”; cultura Brasília”; “política cultural df” e “política cultural Brasília”.

Como o estudo refere-se à participação social nas políticas públicas de cultura do Distrito Federal, selecionamos especificamente os canais desenvolvidos para este fim, desconsiderando *fanpages* e grupos de espaços culturais ou ligados a partidos políticos, campanhas eleitorais, divulgação de trabalhos, publicidade de agenda cultural, entre outras finalidades comerciais ou que não estivessem diretamente vinculadas ao tema de pesquisa.

As posições adotadas para desenvolvimento do estudo com mapeamento de redes digitais são baseadas na perspectiva metodológica do Ator-Rede, que centra a observação nos lastros deixados pelos atores mediante as interações estabelecidas. Consideramos para isso a viabilidade de coleta e análise dos dados, pois os métodos de rede estão agora abertos para pesquisadores de um largo conjunto de disciplinas e ferramentas cada vez mais avançadas estão emergindo enquanto novas tecnologias estão fazendo com que novas aplicações sejam possíveis (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2015).

O levantamento adotado nesse contexto resultou em 15 *fanpages* administradas por atores da sociedade civil, além de outras

duas *fanpages* de caráter humorístico, mas que também abordam discussões sobre políticas públicas culturais. Também foram consideradas as páginas no *Facebook* vinculadas aos portais oficiais dos poderes públicos locais, bem como a Secretaria de Cultura, uma subsecretaria vinculada à Secretaria de Cultura, a emissora pública de rádio local e o Ministério Público.

Coletamos dados referentes às “curtidas” (opção de seguir as publicações de uma página no *Facebook*) das 24 *fanpages* selecionadas por meio do aplicativo *Netviz*, ferramenta desenvolvida pelo pesquisador Bernhard Rieder em 2013 e mantida de forma pública. Essas informações foram então processadas no programa *Gephi*, ferramenta aberta desenvolvida por um conjunto de estudantes franceses em 2009.

Nosso principal objetivo nessa etapa do estudo foi verificar a ligação entre as redes para entender a forma como elas se comunicam. Para tal, selecionamos três métricas da análise de redes em mídias sociais: a) o grau do nós, que representa o número de conexões de uma determinada *fanpage*, sendo possível registrar o grau de entrada (as curtidas recebidas) e o grau de saída (as curtidas feitas); b) a modularidade, identificando as comunidades formadas a partir das curtidas de páginas pelas *fanpages*; e c) por meio da modularidade, foi possível observar a formação de buracos estruturais no esforço de entender se há redes isoladas e por quem são formadas (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2015).

A partir das 24 *fanpages* selecionadas, foram gerados 759 nós na rede, cada um representando uma página na plataforma *Facebook*. Pudemos identificar que as páginas vinculadas aos órgãos oficiais do poder público possuem em média um maior grau de entrada que as *fanpages* administradas por atores da sociedade civil, o que mostra maior tendência do Estado em ser procurado que buscar conexões com a sociedade civil, ou seja, um esforço estatal no sentido de centralizar as discussões por meio de canais oficiais em detrimento de um empenho para acompanhar outras páginas

ou monitorar o que a sociedade civil vem discutindo fora dos ambientes formais controlados pelo poder público.

Outro ponto que chama atenção no estudo é a formação de comunidades a partir das “curtidas” entre *fanpages*. Dentro dos 759 nós, identificamos 16 comunidades, sendo oito delas comunidades isoladas onde não há qualquer comunicação com outras redes e uma delas se refere justamente ao órgão central do poder legislativo local, que não se comunica institucionalmente enquanto Câmara Legislativa com outras redes pelo critério de acompanhamento de *fanpages*, ação feita somente no âmbito pessoal a partir das *fanpages* dos atores políticos representados pela figura dos deputados.

As primeiras análises feitas até aqui sugerem dois movimentos merecedores de atenção: o primeiro, já citado, refere-se ao esforço de centralização das discussões pelo poder público em plataformas controladas por agentes formais do Estado (todos os órgãos centrais de cada um dos três poderes possui uma página oficial na plataforma *Facebook*) quando, em sentido oposto, a dinâmica de atuação da esfera civil na internet tende a descentralizar os núcleos de emissão de mensagens no ambiente digital. Esse movimento social já é observado pela iniciativa privada no Brasil, onde é possível estabelecer um diálogo horizontal entre consumidores e empresas até mesmo em perfis de usuários comuns sem que se faça necessário ao cliente buscar a página oficial de determinada corporação para ter sua mensagem recebida e ao considerar que as empresas estão interessadas em monitorar o que estão falando sobre ela fora dos canais oficiais.

O segundo movimento refere-se à dificuldade de interação entre as redes quando não há clara afinidade. Dentro das outras oito *fanpages* integradas na rede, observamos indícios de que elas tendem a se comunicar a partir de afinidades e se afastar a partir das diferenças, o que pode indicar como sendo um desafio para a efetivação da democracia digital a polarização nos espaços de

discussão política, sendo este um aspecto que pretendemos analisar com mais profundidade no decorrer da pesquisa.

Scherer-Warren (2008, p. 513) destaca que “as novas tecnologias, especialmente a internet e as rádios comunitárias, são um elemento facilitador na difusão das narrativas e ideários em construção pelos sujeitos, nós das redes”, sobretudo em decorrência de sua agilidade e amplitude. É o que se observa nas discussões promovidas pelas redes de Cultura do Distrito Federal que, em diversas oportunidades, culminou em mudanças efetivas na estrutura e até na concepção de determinadas políticas públicas.

Tem sido comum que as notas e cartas abertas, construídas coletivamente e disponibilizadas ao público pelas diversas redes ressaltem conquistas que os participantes atribuem à sua articulação, tais como a Emenda à Lei Orgânica nº 52/2008 que ampliou os recursos do Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal para 0,3% da receita corrente líquida do DF, as mobilizações para o cumprimento da legislação vigente e a proposta por trás de grandes eventos para garantia de incentivo à cultura local, como ocorreu durante o aniversário de 50 anos de Brasília, quando produtores locais se organizaram em um projeto denominado “Brasília Outros 50”, exigindo a valorização dos artistas da região.

Ao mesmo tempo em que as redes apontam algumas fragilidades – ao se apresentarem, muitas vezes, como alternativa aos espaços formalmente instituídos – e de ampliar as possibilidades de fragmentação – dada a inclusão de novos atores –, observamos alguns sinais de que elas também operam em um sentido de emancipação, como ressalta Machado:

Os interesses dos indivíduos que os ligam em redes são cada vez mais cruzados, diversos e frequentemente tênues. Luta-se cada vez mais em torno de códigos culturais, valores e interesses diversos. Essa luta se dá, cada vez menos, a partir dos indivíduos e mais sobre a construção de sujeitos sociais. (MACHADO, 2007, p. 277).

Um número razoavelmente amplo de pesquisas conduzidas nos últimos anos tem mostrado indícios de que as mídias digitais possibilitam uma atuação política diferente daquela operacionalizada sob a lógica tradicional, propiciando condições para a ocorrência de fenômenos como maior interatividade entre agentes institucionais e cidadãos, liberdade de discurso e publicação instantânea de conteúdos a baixo custo (MAIA; GOMES; MARQUES, 2011). No entanto, é ainda um desafio avaliar a possibilidade de uma mudança da cultura política, uma vez que os primeiros resultados deste estudo apontam um esforço pela centralização das discussões em canais oficiais, o que iria na contramão dos fluxos do ciberespaço, um campo notadamente marcado pela horizontalidade e diversidade de pontos de emissão.

Ressalta-se aqui que já é possível observar um potencial subutilizado de uso e monitoramento de mídias digitais para fins de interesse público. Se, por um lado, é salutar no ambiente digital o avanço das interações entre sociedade civil e entes do Mercado ou personalidades políticas em período eleitoral, é ainda incipiente o diálogo de atores da sociedade civil e o campo estatal, dado que a interação se mostra mais fortalecida entre os próprios atores sociais para fins de articulação e confronto que destes com o poder público com o intuito de solução de impasses e aprimoramento das práticas políticas.

4. Considerações finais

A formalização da participação social nas últimas décadas representou também um deslocamento de sentido na atuação da sociedade civil por dentro do Estado. A constituição de redes e coletivos de atores articulados com o auxílio da internet e dispositivos que lhe são compatíveis tem se mostrado como alternativa para promoção dos requisitos democráticos e inserção de agentes, agências e agendas diversas nos espaços de discussão e tomada de decisão política.

As políticas públicas de cultura no país têm sido campo fértil para essa remodelagem dos formatos participativos e, no Distrito Federal, a articulação de membros da sociedade civil em redes tem apresentado resultados animadores quanto à formação de sujeitos políticos capazes de provocar impacto nas práticas políticas.

A luta pelo direito cultural, travada sobretudo por artistas e produtores culturais da região, tem sido fortemente influenciada pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Comunidades virtuais tem se multiplicado entre a sociedade civil e é ainda incipiente o seu diálogo com o poder público no ambiente digital, embora a articulação facilitada pela internet apresente resultados positivos a serem encaminhados no campo presencial, um fenômeno que ilustra a tendência de um novo formato organizacional da sociedade civil em seu papel de controle e acompanhamento das políticas, atribuindo um novo caráter à ação pública.

5. Referências

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3. Rio de Janeiro: UERJ, 2007, p. 443-464.

BRASIL. Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014. Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências.

_____. Lei nº 12.343, de 02 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC e dá outras providências.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura*. 8ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *Redes de indignação e esperança – movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando. In: *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de*

globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004a, p. 95-110.

DAGNINO, Evelina. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. In: GRIMSON, Alejandro (org.). *La cultura en las crisis latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2004b, p. 195-216.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 20.264/1999. Dispõe sobre a extinção da Fundação Cultural do Distrito Federal e a reestruturação da Secretaria de Cultura do Distrito Federal, na forma da Lei nº 2.294, de 21 de janeiro de 1999.

_____. Lei Complementar nº 267/1999. Dispõe sobre a criação de Programa de Apoio à Cultura – PAC.

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 49/1989. Altera a estrutura da administração do Distrito Federal, extingue órgãos e dá outras providências.

_____. Lei nº 111/1990. Estabelece a competência, composição e classificação do Conselho de Cultura do Distrito Federal, e dá outras providências.

_____. Emenda à Lei Orgânica nº 52/2008. Acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 246 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

_____. Decreto nº 31.414/2010. Aprova o Regulamento do Fundo de Apoio à Cultura e o Regimento Interno do Conselho de Administração do Fundo de Apoio à Cultura e dá outras providências.

_____. Decreto nº 31.660/2010. Altera o Decreto nº 31.414, de 11 de março de 2010, e dá outras providências.

_____. Decreto nº 34.122/2013. Altera o Regulamento do Fundo de Apoio à Cultura, aprovado pelo Decreto nº 31.414, de 11 de março de 2010.

GOMES, Wilson. Internet e participação política em sociedades democráticas. In: *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 1, n. 27, 2005.

FLICK, Uwe. *Introdução à metodologia de pesquisa*. Porto Alegre: Editora Penso, 2002.

_____. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman, 2004.

LASCOURMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. *Sociologia da ação pública*. Maceió: EDUFAL, 2012.

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011

_____. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: EDUFBA; Bauru: EDUSC, 2012.

_____. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MACHADO, Jorge Alberto. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. In: **Sociologias**, Porto Alegre, v. 9, n. 18. Porto Alegre: UFRGS, julho a dezembro de 2007, p. 248-285.

MAIA, R. C. M.; GOMES, Wilson; MARQUES, F. P. J. A. (Orgs). *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre: Sulinas, 2011.

MATA MACHADO, B. N. Os direitos culturais na Constituição brasileira: uma análise conceitual e política. In: CALABRE, Lia (Org). *Políticas culturais: teoria e práxis*. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.

OCDE. *Promise and Problems of E-Democracy: Challenges of Online Citizen Engagement*. Paris: OECD Publications Service, 2003. Disponível em: <<http://www.oecd.org/governance/public-innovation/35176328.pdf>>

ONU. *United Nations E-Government Survey 2014: E-Government for the future we want*. Nova York: United Nations, 2014. Disponível em: <https://publicadministration.un.org/egovkb/Portals/egovkb/Documents/un/2014-Survey/E-Gov_Complete_Survey-2014.pdf>

RECUERO, R.; BASTOS, M.; ZAGO, G. *Análise de redes para mídia social*. Porto Alegre: Sulina, 2015.

REIS, M. S.; PEIXOTO, L. A. G.; MAKIUCHI, M. F. R. Perspectivas de participação social em rede nas políticas públicas de cultura: a experiência do Fórum de Cultura do Distrito Federal. In: Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades – CONINTER, Ano 4, 2015, Foz do Iguaçu, *Anais*. Disponível em: <<http://www.aninter.com.br/>>.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. In: *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 1. Brasília: UnB, janeiro a abril de 2006, p. 109-130.

_____. Redes de movimentos sociais na América Latina – caminhos para uma política emancipatória? In: *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 54. Salvador: UFBA, setembro a dezembro de 2008, p. 505-517.

TATAGIBA, Luciana. Desafios da relação entre movimentos sociais e instituições políticas: o caso do movimento de moradia da cidade de São Paulo – Primeiras reflexões. In: *Colombia Internacional*, Bogotá, n. 71. Bogotá: Universidad de los Andes, janeiro a junho de 2010, p. 63-83.

UIT. *Measuring the Information Society Report 2015*. Geneva: International Telecommunication Union Place des Nations, 2015. Disponível em: <<http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/publications/misr2015/MISR2015-w5.pdf>>.

A ESTREITA RELAÇÃO ENTRE TECNOLOGIA E PRODUÇÃO CULTURAL: ASPECTOS SOCIAIS DA TECNOLOGIA, AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADES E RESSIGNIFICAÇÃO DE INTERAÇÕES NA CULTURA

Leandro de Carvalho

Resumo: Este breve ensaio tem como objetivo discutir os aspectos sociais da tecnologia relacionados à apropriação e à difusão de cultura. Quero defender aqui que levantar questões sobre os aspectos produtivos da tecnologia é relevante e necessário quando se pensa a geração de riqueza para um país, mas reduzir a reflexão a estes aspectos acaba por limitar seu entendimento. Desse modo, apresento os principais autores que tratam dos aspectos sociais da tecnologia e reafirmo a relevância de pensar a tecnologia para além de seu aspecto monetário ou produtivo na discussão sobre o *desenvolvimento*, incluindo as motivações culturais e políticas de sua apropriação e as consequências estruturais que pode acarretar. Dessa forma, rejeito o entendimento da tecnologia como neutra e/ou uma simples ferramenta e defendo seus aspectos sociais e sua capacidade de ressignificar as práticas sociais e culturais (em foco aqui) e o quanto é capaz de carregar sentidos em sua implementação.

Palavras-chave: Aspectos sociais da tecnologia. Produção cultural. Acesso. Distribuição.

1. Em busca de um conceito

No conhecimento popular, a palavra tecnologia está associada a produtos complexos, normalmente de microeletrônica ou microinformática, que de alguma forma impressionam por inúmeras funcionalidades ou por agilizar algum processo que antes era manual. Aprendemos a associar a tecnologia ao futuro, como se o futuro viesse a nós por alguns instantes e na difusão da nova tecnologia tivéssemos alcançado uma parte do futuro prometido e desde ali para frente seríamos mais avançados. Quem apresenta a tecnologia ganha ares de viajante do futuro, que foi capaz de capturar uma necessidade, selecionar os melhores meios e num *insight* surge o produto mágico, normalmente propagado como um esforço de décadas de experimentações. Se a tecnologia vem desse futuro não imaginado ou se acontece por iluminação de pessoas capazes de operacionalizar as ideias, logo tem permissão para chegar e modificar nossas vidas. Seu caráter desconhecido/místico nos forçaria apenas a nos adaptar ao que virá de novo, será desejada desde sua divulgação e quem não se propuser a usá-la estará fadado a viver no passado como um primitivo.

Escrito dessa forma, fica evidente que não se trata da visão deste trabalho, mas essa evidência não resolve prontamente algumas questões: se não são puramente ferramentas e técnicas, o que mais a tecnologia pode ser? Seria apenas a recombinação de ferramentas, insumos e processos? Seria o ente inesperado que nos surpreende no momento em que surge? O que permanece de social na tecnologia? Há disputa de poder na sua formulação, no seu uso ou na sua difusão? Quais as implicações de tratar a tecnologia como algo dado, incontrolável e, por que não, místico? Se forem apenas aparatos, insumos ou ferramentas, haveria necessidade de refletir sobre eles?

É essencial definir bem em que circunstâncias estou definindo a tecnologia e em que debate pretendo me inserir. Não é minha intenção tratar do aspecto da inovação ou da produção

fabril, ou entrar no debate que estabelece o lugar de fala da tecnologia diante da ciência e da filosofia. Diversos pesquisadores(as) fizeram esse trabalho de forma muito competente, os quais cito em alguns momentos apenas para indicar que o debate é maior do que o apresentado aqui. Meu objetivo é discutir que a tecnologia é capaz de motivar e influenciar novas sociabilidades e novas formas de compreender a apropriação da produção cultural, não sendo de forma alguma neutra ou inevitável.

Ao acompanhar as reflexões dos teóricos que tratam da tecnologia, ficou evidente que o termo pode receber diversos significados, cada um acompanhando um enfoque ou perspectiva para a atuação da tecnologia na sociedade.

De acordo com Silva (2013, p. 843-844), “o primeiro significado para tecnologia é o de logos da técnica ou epistemologia da técnica”. O autor aponta que a técnica “é um ato produtivo” e “um ato humano”, que passa a requerer “um conjunto de considerações teóricas” e essas considerações “impõem a necessidade de um campo do conhecimento humano para aglutinar e consolidar tais reflexões”, tomando “a técnica como objeto de suas reflexões, analisa-a criticamente”, campo este de denominado tecnologia.

Paiva (1999) apresenta as definições mais recorrentes para o termo e dessa forma nos auxilia a compreender as diversas vertentes que o tema pode seguir. Segundo o autor (1999, p. 5), uma das conceituações possíveis relaciona a tecnologia ao “modo de produzir”, dessa forma ela seria:

uma inteligência que tanto concebe a organização desses modos, articula-os e os otimiza numa realização objetiva, como também administra o desenvolvimento do processo e dos resultados (PAIVA, 1999, p. 5).

No mesmo texto, Paiva (1999, p. 5) relata ainda que outros teóricos vão definir tecnologia como a “maneira mais adequada de

se fazer”. Nesse caso haveria os diversos modos de construir e produzir, e a tecnologia estaria relacionada ao entendimento sobre quais procedimentos se mostram mais adequados para atingir o objetivo - “até mesmo uma prece” teria o procedimento mais adequado. Segundo Paiva (1999, p. 6) há ainda a ênfase que tenta resgatar a noção de tecnologia como o “conjunto ordenado de conhecimentos”, sejam eles científicos, empíricos ou intuitivos, empregados na produção de bens e em sua comercialização. Essa ênfase critica a confusão que se faz entre o conhecimento necessário para se constituir um procedimento com a instrução sobre o procedimento. Dessa forma, uma fábrica que executa determinada tecnologia não é uma fábrica mais tecnológica, ou seja, seguir a instrução tecnológica é diferente de produzir e dominar uma tecnologia. O autor apresenta também que tecnologia pode ser caracterizada como:

o conhecimento que permite a antevisão dos impactos gerados pela atividade técnica, ou seja, por tecnologia entende-se aquele conhecimento de natureza prospectiva, que viria a permitir administrar determinada situação (PAIVA, 1999, p. 6).

Novamente associando o termo tecnologia ao grupo de conhecimentos necessário para dominar a natureza, mas dando ênfase na possibilidade de utilizar esses conhecimentos também para prever impactos da produção sobre o meio ambiente, por exemplo.

Ainda refletindo sobre a interação humano-natureza, recordo da conceituação de Rüdiger (2005, p. 153) em que a tecnologia é “parte de um projeto pelo qual o homem transforma a natureza e se lança na história”. Nessa mesma direção, Feenberg (2010b, p. 79) defende que “a tecnologia não é somente um simples servidor de algum propósito social predefinido; é um ambiente dentro do qual um modo de vida é elaborado”.

Dessa forma, para Feenberg (2010, p. 90), “a tecnologia, em qualquer sociedade, é um elaborado complexo de atividades

relacionadas que se cristalizam em torno da fabricação e uso de ferramentas.” E completa afirmando que a tecnologia “representa um escape parcial da condição humana”.

Defendendo aspectos similares, Trigueiro (2008, p. 61) considera que a tecnologia “não é uma coisa, um objeto, um equipamento, ou mesmo um conjunto de conhecimentos – tudo isso é apenas uma dimensão do fenômeno tecnológico, seu lado aparente.” O autor também enfatiza o aspecto social da tecnologia, por entender que “uma tecnologia pressupõe, necessariamente, uma escolha – uma seleção entre opções possíveis –, em que certas opções são privilegiadas em detrimento de outras.” Situação em que “cada uma das possibilidades tecnológicas representa um interesse social específico.” Dessa forma o autor busca justificar que a tecnologia não é neutra.

o fenômeno tecnológico é algo que ocorre dentro de limites estruturais bem definidos, mas aberto a novas possibilidades e sujeito a inúmeros fatores contingentes, numa dinâmica em permanente evolução. Desse modo, a tecnologia não é uma coisa, um produto ou meramente um equipamento, tampouco um conjunto de relações humanas dirigidas a um propósito determinado. A tecnologia consiste numa atividade humana socialmente condicionada, que reúne um conjunto de meios – instrumentos e procedimentos – para a obtenção de um fim almejado. Seu caráter distintivo é que ela visa, fundamentalmente, ao domínio e ao controle da natureza, seja esta física, seja social. Contudo, não são os meios, como tais, que revelam o lado mais dramático da tecnologia; tampouco os objetivos visados; mas a maneira como os sujeitos sociais relacionam significativamente meios e fins. Em outras palavras, como a experiência humana lida, concretamente, com determinados meios, em busca dos fins almejados. (TRIGUEIRO, 2008, p. 139).

Justamente por compreender os aspectos sociais da tecnologia não vou entendê-la aqui como neutra ou irrecusável. Como lembra Feenberg (2010, p. 72), “o entendimento mais comum se baseia na suposição de que as tecnologias têm uma lógica funcional autônoma, que pode ser explicada sem se fazer

referência à sociedade”. Para o autor, “o progresso técnico parece seguir um curso unilinear e fixo de configurações menos avançadas para mais avançadas”. Essa conclusão aparenta ser óbvia, segundo o autor, porque atribuímos “um olhar retrospectivo sobre o desenvolvimento técnico de qualquer objeto que nos seja familiar”. Para que esse entendimento seja possível, o autor se baseia em duas ideias na verdade desiguais:

primeiro, que o progresso técnico procede a partir de níveis mais baixos de desenvolvimento para os mais altos; segundo, que esse desenvolvimento segue uma única sucessão de fases necessárias. (FEENBERG, 2010, p. 72-73).

Ao refletir sobre isso, me parece que a noção de ciência como experimentação, e da tecnologia como ciclo de avanços incrementais de determinados modo de fazer, ajudam a conceber essa ideia de um objeto que é considerado sempre um avanço e, por isso, irrecusável. Silva (2013, p. 851) aborda o risco de a tecnologia ser entendida como um “agente autônomo do desenvolvimento histórico”, praticamente como criadora de si:

passa-se a falar dela como se não existisse um ser humano na condição de agente central e, principalmente, como se não houvesse grupos sociais com interesses diversos no processo tecnológico, os únicos atores reais desse processo. (SILVA, 2013, p. 851).

Na visão de Trigueiro (2008, p. 55), “o homem moderno toma por base que qualquer coisa científica é legítima, e, em consequência, que qualquer coisa tecnológica também o é”. O impacto desse modo de perceber a tecnologia desautoriza qualquer tentativa de posicionamento contrário a sua implementação, porque, como lembra o autor, “tal atitude é vista como pessimista, antitecnológica e retrógrada.” O autor também critica os teóricos que imunizam a tecnologia de qualquer interferência externa, como se sua concepção fosse restrita unicamente à relação criador-criatura, sem quaisquer outros interesses envolvidos:

A tecnologia tem, sem dúvida, esse caráter sistêmico e

automático, próprio de sua racionalidade instrumental. No entanto, inscrevê-la na dimensão sistêmica da sociedade, alijando de sua prática o agir comunicativo (com a ideia de autolegitimação para a tecnologia), implica, no extremo, atribuir-lhe um caráter neutro, o de um instrumento com um curso próprio e autodeterminado, meramente uma ferramenta à disposição de determinados interesses. Ao contrário, o próprio conteúdo da tecnologia é socialmente condicionado e reflete um jogo complicado de disputas e necessidades socioeconômicas. Em suma, ela não apenas contém aspectos quantitativos ou materiais, mas outros, qualitativos, relativos às variáveis sociopolíticas, que explicam, em última instância, a sua forma e o padrão dominante que assume em diferentes contextos históricos. (TRIGUEIRO, 2008, p. 142).

Para além dos casos óbvios, Sclove (1995) sugere que não se pode pensar a tecnologia apenas como uma ferramenta ou uma função porque ela tenderia a produzir mais que isso: efeitos secundários como, por exemplo, impactos ambientais (poluição, desmatamento) e consequências sociais (substituição de trabalhadores por máquinas). Continuar tratando a tecnologia como inevitável ou neutra seria o mesmo que ignorar que causa impactos e é nesse ponto que o autor irá focar ao longo de todo o seu livro. Segundo o autor, “muitas vezes os grupos de tecnologias distintas interagem de forma latente para produzir **um efeito estrutural que nenhum deles poderia realizar sozinho**”. (SCLOVE, 1995, p. 23, grifo nosso).

2. Refletindo sobre a apropriação da tecnologia

A tecnologia não é neutra em sua produção e menos ainda em sua apropriação: condições aparentemente alheias à tecnologia em questão podem ser muito influentes para sua adoção. Sautchuk (2010) em seu artigo relata a apropriação de novos procedimentos tecnológicos ligados à pesca por trabalhadores da região Amazônica. Por ser um artigo de *Antropologia da Técnica*, o autor se atenta aos detalhes e aos modos de interação entre os humanos e

os objetos, descrevendo impressões, motivações e sentimentos, nos ajudando a entender novos aspectos sobre a implementação da tecnologia.

Assim, Sautchuk (2010, p. 2) relata a atividade pesqueira em duas situações: os pescadores costeiros e os pescadores de lago. Para os pescadores costeiros, o corpo é parte do sistema mecânico do barco. Já para os pescadores do lago, os objetos são entendidos como extensões do seu próprio corpo: anzol e arpão são extensões de suas mãos. Quando na década de 1990 foi difundida a utilização da rede de espera, verificou-se rapidamente que se tratava de um sistema de captura mais eficiente. Contudo, mesmo diante do evidente aumento de produtividade, os pescadores de lago rejeitaram seu uso. Diante dessa ocorrência, Sautchuk (2010, p. 2) propõe a questão: “como explicar que uma ‘mesma’ inovação técnica, mais eficiente sob o ponto de vista econômico, chega numa vila e é adotada na pesca costeira, mas rejeitada no lago?”.

Ao aprofundar a investigação, o pesquisador percebe nuances que determinaram a decisão por rejeitar tecnologia de captura por redes. As redes eram eficientes porque bloqueavam qualquer alternativa de fuga dos peixes, porém a pescaria para aquelas pessoas vai além do ganho de produtividade:

a eficiência da rede no lago implica na diminuição das chances do peixe no confronto direto com o laguista. Isso significa uma mudança radical em relação à captura com o arpão, na qual laguista e peixe fazem uma espécie de duelo, que envolve esperteza e agilidade de ambas as partes.(SAUTCHUK, 2010, p. 3).

Para o pescador costeiro, o atributo principal como trabalhador é a resistência física para suportar as várias horas em alto mar e a exposição prolongada ao sol, logo o uso das tecnologias de captura por rede não alteram sua identidade como pescador. Entretanto, segundo Sautchuk (2010, p. 3), a rede produz uma mudança que gera grande incômodo nos pescadores do lago porque ela modifica completamente os termos da relação

entre pescador e o peixe e “a relação de igual para igual com o peixe é fundamental para a identidade desse pescador”. O peixe pode, inclusive, “vencer o pescador”. O autor (2010, p. 3) destaca que os verbos utilizados pelos pescadores ao fazerem referência ao peixe também sugerem essa interação: “por mais habilidoso que seja o laguista, não é ele que captura, mas o peixe é quem ‘se entrega’, permitindo que o arpão o alcance”. Dessa forma, o pescador considera o uso da nova tecnologia como uma “uma *covardia*, um ato vil, que desrespeita o peixe e desmerece o laguista que a utiliza” e o uso da rede seria “uma espécie de trapaça, que depõe contra o prestígio do arpoador”. (SAUTCHUK, 2010, p. 3).

A apropriação de novas tecnologias, mesmo que ampliando a capacidade produtiva, podem ser rejeitadas, como se viu. Contudo, quando se entende que a tecnologia é sempre um avanço, quem a rejeita pode ser considerado arcaico ou atrasado, ainda mais quando o benefício financeiro é comprovado. Os pescadores citados rejeitaram a tecnologia e a possibilidade do aumento de produção em nome de uma tradição, de uma forma de interação com a natureza. Foram percebidas outras prioridades, debatidos seus efeitos e decidiram não adotar uma tecnologia que seria irrecusável se seguidas as argumentações do senso comum para este tema. Não se sabe, contudo, se as próximas gerações de pescadores terão as mesmas condições de escolha: pode ser que grupos empresariais se interessem e dominem aquele tipo de pesca, gerando concorrência por preço, por exemplo; forçando que a produtividade diária seja recolocada como parâmetro de escolha para as tecnologias utilizadas.

O que fica evidente é que tanto a concepção da tecnologia quanto sua utilização seguem visões sobre o mundo e seguem interesses sobre como se apropriar do que está a nossa volta. O engenheiro ao propor os estudos de um novo conjunto de técnicas não está apenas adiantando o futuro, como ele mesmo pode imaginar, está materializando uma *visão de mundo* em que o trabalho precisa ser *sempre mais produtivo*, imaginando que esta deveria ser a

prioridade de qualquer trabalhador. O pescador, ao se relacionar diretamente com a natureza percebe sua atuação para além dos critérios de produtividade e rendimentos – mesmo que sejam essenciais para sua sobrevivência, a busca pela produtividade será limitada ao seu entendimento de como deve ser a relação entre o humano e o ambiente que o cerca. Conforme defende Feenberg:

as escolhas sociais intervêm na seleção da definição do problema assim como na sua solução. A eficiência não é, assim, decisiva para explicar o sucesso ou o fracasso de diversas alternativas de desenhos tecnológicos, uma vez que diversas opções viáveis competem geralmente na concepção de uma linha de desenvolvimento, de produção. (FEENBERG, 2010b, p. 103).

Não se trata de uma condição perceptível apenas nas áreas rurais ou onde o trabalho é realizado diretamente na natureza. Se pensarmos nas grandes cidades, a decisão entre as tecnologias de transporte coletivo e as tecnologias de transporte individual pode demonstrar quais as prioridades daquelas pessoas: ou a preferência pela otimização dos recursos no uso coletivo (neste caso o uso de carros seria muito reduzido e as pessoas cobriam do poder público a construção de mais alternativas de transporte público) ou a preferência pelo transporte individual, priorizando o conforto individual e/ou a flexibilidade em relação aos horários de ida e retorno.

Como exemplo, posso citar um caso recente e bastante conhecido no Brasil, é a cidade de Brasília que foi planejada e construída baseada, entre outras coisas, na concepção que o automóvel era um símbolo de progresso. Nesse caso, a opção de investimento se concentrou em grandes avenidas e não na construção de linhas de trens e metrô. Na década de 1950, época em que foi construída, a visão predominante associava o automóvel ao desenvolvimento, já que os automóveis carregavam as mais recentes tecnologias e eram entendidos como reflexos do futuro. A nova capital do Brasil queria se mostrar moderna e alinhada com o progresso e dedicou grandes áreas a construção de

rodovias, estacionamentos e priorizou uma paisagem de grandes edifícios, distantes uns dos outros, de modo a formar grandes monumentos. O uso do automóvel diminuiria as grandes distâncias, tornando viável aquela concepção arquitetônica. O que se teve como resultado depois de 50 anos é uma cidade com pouca interação social, belíssima em seus monumentos e construções, mas que dificulta a interação casual. Os transportes públicos nunca foram priorizados e as pessoas mais empobrecidas têm como desejo possuir também um automóvel para facilitar suas tarefas do dia a dia.

A concepção arquitetônica, que se baseou em uma tecnologia recente para época, acaba por influenciar os modos de sociabilidade de centenas de milhares de pessoas. Essa forma de construção vislumbra o ingresso da cidade em uma desejável era do progresso e da tecnologia mais avançada, e teve por resultado um modo de interação que é único e causa estranhamento a pessoas que não nasceram naquela cidade. E este é um ponto interessante: não se trata de atribuir certo ou errado à decisão, já que as pessoas nascidas na cidade gostam muito da forma como ela é organizada, se trata de evidenciar que a tecnologia pressupõe uma escolha e essas escolhas não são neutras, estão sempre baseadas em concepções de mundo, mesmo que essas concepções não entrem na descrição do projeto implementado. Neste caso a tecnologia surge como uma estrutura em que o comportamento se adapta.

3. A tecnologia como uma estrutura social

Na argumentação que estou construindo aqui, quero debater a tecnologia para além de um sistema pensado para cumprir tarefas, acompanhando a visão de Sclove (1995), vou entender a tecnologia além de sua função explícita, mas como uma “estrutura social”. A tecnologia não será entendida apenas como sistema capaz de cumprir tarefas, mas uma estrutura que ajuda a definir como

interagimos socialmente. Para o autor, a expressão “estrutura social” refere-se aos recursos de fundo que ajudam a definir ou regular os padrões de interação humana. Tecnologias podem ser qualificadas como estruturas sociais porque funcionam política e culturalmente de forma comparável a esses outros tipos mais comumente reconhecidos de estruturas sociais, como as leis ou o sistema econômico, por exemplo.

Para ilustrar esse entendimento, Sclove recorre a um exemplo real simples: uma vila espanhola que descobriu que sua água encanada veio à custa da integração da comunidade, já que sem a necessidade de buscar água no poço, as relações que ali aconteciam tenderiam a diminuir. Para o autor, esse é um exemplo de uma tecnologia ajudando a estruturar as relações sociais. Ao pensar sobre o exemplo citado, mesmo que simples, torna-se evidente que a adoção de tecnologia tem impactos sobre valores constituídos e nesses casos a tecnologia, no mínimo, coloca a necessidade de repensar tradições, seja para reforçá-las ou abandoná-las. Isso leva a pensar outras questões: quais seriam os impactos, por exemplo, de mais veículos individuais e menos transporte coletivo? Geraria impactos para além da função de transporte? Tal estratégia tecnológica foi, ou é, suficientemente refletida em sua disseminação?

Na visão de Feenberg (2010, p. 76), “há diversas soluções possíveis para um determinado problema e os atores sociais fazem a escolha final entre um grupo de opções tecnicamente viáveis”, por conta disso, é possível afirmar também que “a definição do problema muda frequentemente durante o curso de sua solução”. Dessa forma, a tecnologia

não pode mais ser considerada como uma coleção de dispositivos e nem como a soma de meios racionais, como ocorre mais frequentemente. Estas são definições tendenciosas, que fazem a tecnologia parecer mais funcional e menos social do que de fato é. (FEENBERG, 2010, p. 76).

Sclove (1995, p. 13) afirma que as estruturas sociais

tecnológicas “ajudam a constituir sistemas sociais de cooperação, ou isolamento ou dominação”. Para o autor, a tecnologia estabelece restrições físicas ou sanções legais e sociais que estão entre os meios através dos quais ajudam a estruturar comportamento humano. Cita que a simples escolha na arrumação de cadeiras muda a interação social em escolas ou asilos: a simples mudança de *layout* das salas influía fortemente na interação das pessoas. Não seria semelhante nossa atual fixação pelas pequenas telas? Ao adotar, e louvar, tal tecnologia como solução para a mobilidade, quanto de tempo foi dedicado para a reflexão sobre seu impacto nas interações mais próximas?

Segundo Sclove (1995, p. 13), **“além de criar novas oportunidades e constrangimentos, as tecnologias também reconfiguram padrões anteriores”**. De acordo com o autor:

cada pessoa vive em uma paisagem estética que reflete as escolhas tecnológicas agregadas feitas por outras pessoas ou organizações. A textura psicológica da nossa vida cotidiana reflete a influência de inúmeras escolhas e práticas tecnológicas na qual não participaram. (SCLOVE, 1995, p. 14).

Diante dessa afirmação, poderia, então, a tecnologia influenciar a cultura?

No entendimento de Feenberg (2010, p. 76), “enquanto um objeto social, a tecnologia deveria estar sujeita a uma interpretação como qualquer outro artefato cultural”. Sclove (1995, p. 15) responderia no mesmo sentido e em sua análise afirma que “além de influenciar materialmente a experiência social, as tecnologias também exercem influências culturais simbólicas e outras”. Cita um exemplo simples e curioso:

sofás modernos geralmente têm dois ou três assentos separados. Não há justificativa técnica ou econômica convincente. [...] Almofadas do sofá separadas definem espaços pessoais distintos e, assim, respeitam, mas também ajudam a perpetuar a ‘cultura ocidental moderna’ da individualidade e privacidade. (SCLOVE, 1995, p. 15).

De acordo com Sclove (1995, p. 17), é preciso entender que “as tecnologias não apenas afetam sociedade ou estados, eles também constituem uma parte substancial das sociedades e estados”, justamente por ser uma estrutura social. O autor (1995, p. 17) defende que em muitos aspectos “as tecnologias contribuem para a definição de quem são as pessoas – o que elas podem e não podem fazer e como elas entendem a si mesmas e ao seu mundo”. Compreender esses aspectos ajudaria a derrubar “o mito comum de que as tecnologias são moralmente ou politicamente neutras.”

O que se viu até aqui, na argumentação de Sclove e de Feenberg, é um entendimento da tecnologia além do que é percebido usualmente. O entendimento sobre a tecnologia ganha aspectos sociais, culturais e políticos, mesmo as que não são criadas para esse fim. Fica evidente nas argumentações a tentativa de apresentar a tecnologia como uma estrutura social, que também influencia nossas interações, ampliando ou limitando-as de alguma forma.

Na percepção de Trigueiro (2008, p. 60), “a criação e o uso de novas tecnologias podem dar origem, ao mesmo tempo, a condições de emancipação e de transformação de sujeitos”. Dessa forma, a tecnologia é entendida pelo autor tanto como “fator de transformação como de manutenção de estruturas sociais.” O autor defende que, assim como outros processos sociais, “a tecnologia requer uma legitimação, tanto por parte dos seus praticantes mais imediatos, quanto por outros setores da sociedade” e considera que

não é suficiente compreender como se constitui a estrutura da prática tecnológica e de que modo se articulam seus vários componentes. Faz-se necessário, também, compreender como tal legitimação garante (ou não) uma ou outra configuração possível na atividade tecnológica. (TRIGUEIRO, 2008, p. 113).

Seguindo ponto de vista semelhante, Feenberg (2010, p. 82) ensina que as tecnologias são selecionadas a partir de interesses entre muitas possíveis configurações. E durante o processo de

seleção, os “códigos sociais estabelecidos pelas lutas culturais e políticas que definem o horizonte sob o qual a tecnologia atuará.” Dessa forma, dialeticamente, ao ser introduzida, a tecnologia valida o contexto cultural em que foi pré-formada e, com isso, se engaja na defesa de uma hegemonia, demonstrando não ser neutra. (FEENBERG, 2010, p. 82).

4. A tecnologia carrega sentidos: a democratização da tecnologia e a democratização da cultura

Neste ponto da discussão chego ao argumento central da associação que quero fazer entre tecnologia e a produção de novos sentidos: a tecnologia como estrutura social que, ao ampliar ou reduzir capacidades, tem condição de ressignificar nossa interação com a produção cultural. Do ponto de vista que abordo, a tecnologia pode ser considerada como motivadora de novas compreensões e interações e de novos discursos.

O que estou defendendo é que a tecnologia pode ser entendida mais do que uma extensão do corpo, ou uma construção que permite dominar a natureza e ampliar as capacidades humanas, ela seria parte do que possibilita inaugurar novas formas de pensar e significar a relação humano e natureza. O que virá depois dessa força motivadora será a construção do discurso que a defende e a incorpora como natural. Penso a tecnologia como capaz fundar novos modos de enxergar as interações humanas e motivadora de novas construções discursivas.

Do ponto de vista das teorias sobre a tecnologia, o mesmo pensamento se aproveita: sugiro que a tecnologia seja pensada para além de uma suposta neutralidade ou determinação sobre o social, e entendê-la além das abordagens que a discutem no contexto do controle e dominação da força de trabalho. Apresentei até aqui uma abordagem da tecnologia que a entende como capaz de produzir sentidos em diversos aspectos da vida fora da produção.

A tecnologia neste caso não é somente meio de restringir ou dominar, mas motiva novos sentidos e pode ajudar a reconfigurar discursos sobre as interações sociais e, como interesse aqui, novos discursos sobre a apropriação das produções culturais.

Se pensarmos as tecnologias recentes de reprodução/distribuição de produção cultural, desde a prensa de Gutenberg até o *mp3*, veremos que não apenas criaram oportunidades de negócios baseados na arte, massificando a produção, mas foram determinantes para modelar a forma como aquela produção cultural foi consumida/apropriada. Por conhecer os aspectos sociais da tecnologia, as empresas desse setor focaram seus esforços em controlar a tecnologia com a intenção de controlar o acesso, obtendo seus lucros a partir da escassez do suporte físico que continha a produção cultural (brochura, LP, VHS, DVD *etc.*), já que a cultura em si é imaterial e abundante. Se refletirmos sobre esse fato, nos ocorre que quem controla a tecnologia controla também as interações sociais a seu favor. Ter o controle da tecnologia não somente garante a permanência dos negócios, mas garante que o modelo de negócios não mude.

A criação do gramofone (vitrola) pode ser apresentada como exemplo: como se sabe, a produção musical passou ao modelo de negócios recente a partir do surgimento de empresas especializadas na seleção, gravação e distribuição de áudio, já no final do século XIX: criada em 1889, a Columbia Gramophone Company, atualmente Sony Music, fabricava e distribuía, em escala comercial, cilindros que continham gravações de músicas. Antes da tecnologia que permitiu gravar música, qualquer negócio na música se limitava a eventos públicos ou venda de partituras, sem a possibilidade de ganhos de escala. Ao serem produzidos os primeiros gravadores e reprodutores de som, passou a ser possível explorar a produção musical como um negócio de grande escala, como um produto industrial.

Neste caso uma nova tecnologia possibilitou uma nova

forma de interação entre a produção cultural e seu público ao permitir e incentivar que a música fizesse parte do ambiente doméstico: as propagandas que vendiam essa tecnologia nas décadas de 1910 e 1920 prometiam que a experiência dos concertos em teatros ou das festas populares seria prolongada para o ambiente familiar. Este era o grande apelo: ampliar a experiência. A tecnologia possibilitou a ampliação da experiência de apreciação da música e em decorrência disso possibilitou a criação de um mercado que se baseou no suporte.

Por meio do suporte, a produção de música se (re)estrutura a partir da lógica de intermediários: entre o artista e sua audiência estava a gravadora, a distribuidora e o comércio varejista do ramo; além das empresas que forneciam os reprodutores de suporte (Vitrola, K7-players, CD-Players). Percebo que a opção pelo suporte é importante para esta indústria porque torna possível materializar a cultura e gera direitos de propriedade sobre todo o processo de produção, desde a criação musical à embalagem do CD/DVD. Por meio do suporte, pode-se empacotar cultura e, como consequência, fechar a ideia, limitando sua divulgação e até mesmo sua evolução (LESSIG, 2001).

Em decorrência dessa nova possibilidade de interação com a produção cultural e o novo modelo de negócios que se consolidava, a propriedade intelectual é apresentada como a própria causa da criação, ou seja, passam a defender/acreditar que sem a remuneração advinda dos direitos autorais o processo criativo estaria fadado a um completo colapso. Desse modo, durante o século XX, proliferou-se a doutrina de que a fonte da criatividade é econômica, não está na tradição, nem na cultura, nem nas motivações pessoais de reconhecimento (SILVEIRA, 2009).

Também baseado na disseminação de uma nova tecnologia, houve uma reviravolta nas bases do modelo de negócios dessa indústria: no final dos anos 1990, uma nova tecnologia ameaça a centralidade do suporte para o modelo de negócios que controlava a tecnologia de reprodução de som. Nessa época se populariza um tipo de compressão de música

digital que facilitou o compartilhamento entre computadores por meio da rede mundial, era o chamado *mp3*.

Chegou-se a uma tensão, comercial e tecnológica: de um lado a indústria fonográfica, tradicionalmente controladora do setor; de outro lado as grandes empresas “.com” ansiando por gerar conteúdo e acesso – sua fonte de lucros seria promover a internet livre e anárquica. A primeira tem modelo fechado, preso ao suporte, em busca de massificação e grande lucros; já a internet cresceu segmentada, compartilhada, aberta e de fácil acesso e livre. Como bem lembra Silveira:

no cenário digital, da forma como a internet foi estruturada, o capital controla a infraestrutura de conexão, mas não controla os fluxos de informação, nem consegue determinar as audiências. (SILVEIRA, 2008, p. 34).

Estava evidente o conflito: de um lado a indústria fonográfica tentando proteger e fundamentar seu modelo de geração de receita, optando por estratégias de criminalização da prática de compartilhamento; do outro lado os defensores do acesso ampliado entendendo que o acesso deve ser garantido, que a produção cultural deve ser livre e que os artistas sejam sustentados não pelas cópias do suporte, mas pelas experiências que poderão proporcionar, principalmente em suas apresentações ao vivo.

O uso tecnologia na produção musical se baseou em desejos legítimos tanto do artista quanto da audiência, e as empresas se posicionam como facilitadoras para a realização do potencial de aproximação entre estes e, de fato, fizeram esse papel. A questão só ganha contornos menos admiráveis quando a ideia é restrita a quem puder pagar por ela: o aspecto negativo do controle está justamente ao limitar acesso ao que gerar mais lucros e submeter tanto artistas quanto audiência as vontades de quem controla a tecnologia.

5. Considerações finais

Propus neste ensaio uma breve discussão sobre o impacto da tecnologia nas interações sociais, focando os aspectos sociais e políticos das tecnologias. Ao fazer este recorte tive como objetivo evidenciar que as tecnologias não são neutras e ao citar diversas tecnologias quis demonstrar que as escolhas tecnológicas tiveram impactos além dos ganhos de produtividade ou dos ganhos de escala, e redefiniram a apropriação de diversas produções culturais, como no caso da música.

Contudo, além da possibilidade de ampliar acessos e desenvolver um mercado pujante, no caso da música, a tecnologia também precisa ser pensada em sua capacidade de limitar acesso ou de possibilitar controle de acesso em nome da rentabilidade de um modelo de negócios. Como defendido aqui, a tecnologia não pode ser pensada como neutra, não podemos ignorar seus aspectos sociais e políticos, desde a escolha entre as diversas técnicas possíveis até os impactos estruturais praticamente impossíveis de serem previstos.

Controlar a tecnologia garantiu por décadas que poucos grupos de empresas do setor cultural controlassem a distribuição de produção artística. Para essas empresas que lucram com a produção cultural, é fundamental o domínio da tecnologia e tiveram sucesso neste intento por décadas. Mais recentemente, quando deixam de controlar a tecnologia que possibilita a produção e a distribuição de produção cinematográfica, fotográfica e musical essas empresas se voltam contra a comunidade de técnicos na tentativa de criminalizá-los. Não lhes interessa que a tecnologia de produção e distribuição seja democratizada e que os procedimentos sejam simplificados a ponto que qualquer pessoa possa produzir e distribuir.

O caso da indústria fonográfica é um exemplo que ilustra bem que o controle da tecnologia pode acarretar no controle da difusão cultural e que o inverso também é verdade, que a

democratização da tecnologia pode democratizar o acesso à cultura.

6. Referências

FEENBERG, Andrew. Racionalização subversiva: tecnologia, poder e democracia. In: NEDER, R. T. (org.). *A teoria crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia*. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina / CDS / UnB / Capes, 2010.

_____. Da informação à comunicação: a experiência francesa com o videotexto. In: NEDER, R. T. (org.). *A teoria crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia*. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina / CDS / UnB / Capes, 2010b.

LESSIG, Lawrence. *The future of ideas*. New York: Random House, 1999.

PAIVA, José Eustáquio Machdo de. Um estudo acerca do conceito de tecnologia. *Educ. Tecnol.*, Belo Horizonte jan./dez. 1999.

RÜDIGER, Francisco. Marxismo e antropologia da técnica. *Contemporânea*, n. 5, jul./dez., 2005. pp. 149-158

SAUTCHUK, Carlos Emanuel. O que a rede nos ensina sobre o pescador?. *Revista Coletiva*, v. 01, p. 6, 2010. Disponível em: <<http://www.coletiva.org/site/index>>. Acesso em: 10/01/2016

SCLOVE, Richard. *Democracy and Technology*. New York-London: The Guilford Press, 1995.

SILVA, Gildemarks Costa. Tecnologia, educação e tecnocentrismo: as contribuições de Álvaro Vieira Pinto. *Rev. Bras. Estud. Pedagógicos (online)*, Brasília, v. 94, n. 238, p. 839-857, set./dez. 2013.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Convergência digital, diversidade cultural e esfera pública. In: PRETTO, Nelson De Luca; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (Orgs.). *Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder*. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. A música na época de sua reprodutibilidade digital. In: PERPETUO, Irineu Franco; SILVEIRA, Sergio Amadeu (Orgs.). *O futuro da música depois da morte do CD*. São Paulo: Momento Editorial, 2009.

TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. *O conteúdo social da tecnologia*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

QUEM SÃO OS AUTORES

Bruno H. R. Melo | bhr.melo@gmail.com

Mestre em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional pela Universidade de Brasília – UnB (2016), possui MBA em Serviço Público pela Universidade de Birmingham, Reino Unido (2001), e graduação em Relações Internacionais pela UnB (1996). Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Governo Federal, possui larga experiência em cooperação internacional, gestão pública e políticas culturais. Atuando desde 2006 no Ministério da Cultura, foi Chefe de Gabinete do Ministro Juca Ferreira, no período 2015-2016.

Cleide Vilela | vilela.cleide@gmail.com

Mestre em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional pela Universidade de Brasília e graduada em Produção Cultural pela Universidade Federal da Bahia. Pesquisa instrumentos de gestão nas políticas públicas de cultura e possui experiência na área da gestão e políticas culturais. Atualmente, é pesquisadora do Observatório das Políticas Culturais (OPCULT).

Edilene Américo da Silva | edileneamerico@hotmail.com

Doutoranda em Geografia pela Universidade de Brasília; graduada em Geografia (Licenciatura - 1999; Bacharel – 2012) e mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (2002) pela Universidade Federal do Ceará. Professora do curso de Licenciatura em Geografia do Programa UAB/UnB. Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Geocartografia e realiza pesquisa nas seguintes áreas: Cultura, Comunidades Tradicionais, Ecologia e Meio Ambiente, Turismo, Zoneamento, Novas Ruralidades, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional.

Leandro de Carvalho | ledecarvalho@gmail.com

Doutorando do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília. Integrante do Observatório de Políticas Culturais. Desenvolve pesquisas sobre socioeconomia da cultura, análise de discurso político, tecnologia e políticas culturais.

Leandro Grass | leandrograss@gmail.com

Docente e pesquisador nas áreas de Sociologia do Desenvolvimento, Políticas Públicas, Redes e Participação Social. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (PPGDSCI/CEAM/UnB), na área de Políticas e gestão pública para o desenvolvimento. Mestre em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS/UnB, na linha de Educação para Gestão Ambiental. Bacharel em Sociologia e Licenciado em Ciências Sociais (UnB). Tem experiência em projetos de iniciação científica, formação política e tecnologia na educação básica. Atualmente pesquisa os processos participativos nas políticas culturais e de segurança pública do Distrito Federal.

Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi | fatima.makiuchi@gmail.com

Bacharel e Licenciada em Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina e Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília. Docente e pesquisadora da Universidade de Brasília. Integra o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (PPGDSCI/Ceam). Coordenadora do Observatório das Políticas Culturais (OPCULT).

Mayara Souza dos Reis | msdreis@gmail.com

Jornalista e analista de mídias digitais com experiência de atuação junto ao setor público, movimentos sociais e terceiro setor. Atualmente, é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, vinculado ao Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília e pesquisadora do Observatório de Políticas Públicas Culturais (OPCULT).

Wallace Wagner Rodrigues Pantoja | demithri@yahoo.com.br

Professor da Rede Estadual do Estado do Pará. Mestre em Geografia (UFPA) e doutorando em Geografia (UnB). Pesquisador do Observatório de Políticas Públicas Culturais (OPCULT), tem interesse na abordagem cultural em geografia dialogando com a fenomenologia existencial. Desenvolve pesquisas sobre Educação e Geograficidade (Trans)amazônica, Identidade e Território Religioso, atuando em projetos de cinema documental, difusão de programas e políticas culturais, proto-escritor ficcional e redescobrimdo-se indígena como sua condição de ser.

Este livro foi composto em Garamond, Adobe
Garamond Pro (títulos, gráficos e tabelas) e UnB Pro
(capa).

Impresso por Gráfica Athalaia em FSC LD 90g/m²
(miolo), FSC LD 240g/m² (capa)
Brasília, DF

Nesta publicação são apresentados resultados de pesquisas e reflexões realizadas no âmbito do Observatório de Políticas Públicas Culturais (OPCULT) da Universidade de Brasília. A obra reúne artigos e ensaios, propondo um olhar sobre as políticas públicas a partir dos conceitos de desenvolvimento e democracia e de sua relação com as premissas de diversidade, cidadania e gestão cultural .



UnB | CEAM | PPGDSCI

Ministério da
Cultura



www.opcult.unb.br